

SOBRE MÉTODO, CONVERSÕES ACADÊMICAS

Pedro Lincoln



Editora Sulina

**SOBRE MÉTODO,
CONVERSAÇÕES ACADÊMICAS**

Conselho Editorial

Alex Primo – UFRGS
Álvaro Nunes Laranjeira – UFES
André Lemos – UFBA
André Parente – UFRJ
Carla Rodrigues – PUC-Rio
Cíntia Sanmartin Fernandes – UERJ
Ciro Marcondes Filho – USP
Cristiane Freitas Gutfreind – PUCRS
Erick Felinto – UERJ
Francisco Rüdiger – PUCRS
Giovana Scareli – UFSJ
Jaqueline Moll – UFRGS
João Freire Filho – UFRJ
Juremir Machado da Silva – PUCRS
Marcelo Rubin de Lima – UFRGS
Maria Immacolata Vassallo de Lopes – USP
Maura Penna – UFPB
Micael Herschmann – UFRJ
Michel Maffesoli – Paris V
Muniz Sodré – UFRJ
Philippe Joron – Montpellier III
Pierre le Quéau – Grenoble
Renato Janine Ribeiro – USP
Rose de Melo Rocha – ESPM
Simone Mainieri Paulon – UFRGS
Vicente Molina Neto – UFRGS

Pedro Lincoln Carneiro Leão de Mattos

SOBRE MÉTODO, CONVERSAÇÕES ACADÊMICAS



Editora Sulina

ESPM

Copyright © Pedro Lincoln C. L. de Mattos, 2021

Capa: Humberto Nunes

Editoração: Katte Produções

Preparação dos originais e revisão: Vânia Möller

Editor: Luis Antonio Paim Gomes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação CIP
Bibliotecária Responsável: Denise Mari de Andrade Souza – CRB 10/960

L736s Mattos, Pedro Lincoln C. L. de
Sobre método, conversações acadêmicas / Pedro Lincoln C.
L. de Mattos – Porto Alegre: Sulina, 2021.
224 p.; 14x21cm.

ISBN: 978-65-5759-046-1

1. Metodologia. 2. Epistemologia. 3. Comunicação. 4. Filosofia.
5. Conhecimento. 6. Educação. I. Título.

CDU: 101
165
37
CDD: 101
370

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA MERIDIONAL LTDA.

Rua Leopoldo Bier, 644, 4º andar – Santana
CEP: 90620-100 – Porto Alegre, RS – Brasil
Tel: (51) 3110 9801
www.editorasulina.com.br
e-mail: sulina@editorasulina.com.br

{Setembro/2021}

IMPRESSO NO BRASIL/PRINTED IN BRAZIL

A meus (agora ex-) alunos.

Nota introdutória

Que livro é este?

Antes de tudo, este não é um manual de metodologia de pesquisa nem sequer um livro “científico” – qualificação que necessariamente envolveria linguagem típica. É um livro que acaba falando de ciência e método. “Acaba falando” porque – de novo, pondo o gênero discursivo na raiz da qualificação do texto – o autor, diante de um público (prioritário) de **estudantes de pós-graduação *stricto sensu***, quer conversar com eles e, como fazem parte de programas de pesquisa científica e vivem o drama diário das práticas metodológicas ali aceitas, “acaba” falando de ciência e temas conexos.

Aqui se tem **conversação**. A linguística contemporânea vê no significado pragmático da conversação, a intenção argumentativa entre os interlocutores. Então, por esta via e nos limites dela, este livro **levanta perguntas e argumenta** sobre método em sentido amplo (epistemológico) e específico (práticas), sobre ciência e certos ambientes em que esta é praticada, a saber, os ambientes acadêmicos dos cursos de mestrado e doutorado em área de ciências humanas e sociais.

O livro é um projeto de risco. A rigidez e o formalismo dominam a linguagem sobre método como maneira correta, supostamente única, de falar e ensinar a respeito do assunto. Mas tal hábito foi longe demais. Ensaios metodológicos evocam discurso árido, restrito, próximo à tecnologia e, geralmente, pouco amigável. Pensando outro caminho, o autor se perguntou: valeria a pena tentar, sobre os temas de ciência e método nos ambientes da pós-graduação, uma redação em estilo conversacional que preservasse a essencialidade e o rigor conceituais, mesmo

em textos breves? Esta pergunta está na origem do livro, um projeto de risco que, vez por outra, ao longo desses 50 capítulos, precisará de uma recepção leve e até bem-humorada do leitor.

Os 20 anos de experiência do autor¹ em ambiente de pós-graduação e pesquisa em administração no Brasil (Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Administração – UFPE/Propad e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – Anpad), que se apoia nas ciências sociais próximas, o estimularam a **tentar** o que via como projeto experimental. Assim, escreveu semanalmente em um blog (<https://medium.com/sobre-método-mesmo-assim>) textos curtos, entre 800 e 1200 palavras, em estilo de conversação com os leitores. Algumas centenas desses foram estímulo a tornar o experimento algo mais definido, como um livro. Excetuado o Capítulo 1, aqui se reproduz parte dos 60 posts publicados entre fevereiro de 2017 e maio de 2018, ainda que com sensíveis modificações. Só agora, três anos depois, o autor se convenceu de que devia disponibilizá-los desta forma (o que explica alguns exemplos da época).

Um **Guia de leitura** apresenta os títulos na ordem em que foram publicados no blog – “ordem lógica da inspiração” – nada mais que isso. Ele foi feito em forma de longa tabela com a intenção de o leitor ter uma visão do conjunto da obra e, sobretudo, a **opção de ler cada capítulo na ordem que quiser**. Saberá, também, por esse **Guia**, que os títulos se prendem aproximadamente a uma de três grandes temáticas, e poderá definir seu interesse à leitura de um descritor de poucas linhas, inclusive porque o título de cada texto cumpre prioritariamente função comunicativa, no que contrasta com o estilo acadêmico que ali se esmeraria na expressão do conteúdo. Aliás, dentro do permissivo de um estilo propositalmente não acadêmico, as referências bibliográficas são feitas **fora** dos padrões prescritos (ABNT, APA etc.), embora suficientemente

¹ Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1559369195932922>

precisas. Nisso, nenhuma “insubordinação”, só caracterização de estilo.

Duas observações adicionais sobre o perfil do livro: (a) o autor confessa sua “pontinha” de preferência por questões epistemológicas por trás do método, talvez viés de sua formação em filosofia; (b) o leitor perceberá – e é verdade, sim – em alguns capítulos, um tom de ironia e crítica ao academicismo, que disfarça vazios e personalismos e se distancia da imaginação científica. Assim, exerce o *castigat ridendo mores...*²

Enfim, qual é a intenção da obra, a ideia que alimentou seu autor?

É despertar a criatividade na forma de fazer pesquisa, **libertando** o melhor da paixão pelo conhecimento. Isso passa pela crítica ao formalismo da metodologia e à concepção totalitária da ciência moderna. Mais: a pressão por publicação acadêmica em níveis injustificáveis, e certa desatualização tanto em epistemologia da ciência quanto em metodologia de pesquisa estão tornando os ambientes da pós-graduação *stricto sensu* superficiais e estressantes. Assim, **os estudantes** de mestrado e doutorado – especialmente das ciências humanas e sociais – **tornam-se o público-alvo** deste livro. Contudo, o autor imagina que as situações e questões subjacentes aos temas podem preocupar professores e até círculos além da academia.

O autor agradece à Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) pelo incentivo, apoio e coedição deste livro.

Pedro Lincoln C. L. de Mattos

Recife, agosto de 2021.

² Adágio latino. Em tradução livre: “Crítica os costumes provocando o riso”.

SUMÁRIO

Este livro foi concebido para que seja do leitor a escolha da ordem e a sequência de leitura dos capítulos. Para subsidiá-lo nisso, é apresentado ao final um Guia de leitura com descritor e temática de cada um deles, e com a indicação da página em que se encontra.

Prefácio	13
1. O amanhã, a serpente de bronze e a tradição do conhecimento	19
2. Ter o que dizer versus ter que dizer	23
3. Entrou no mestrado? Então apaga, apaga. Começa tudo de novo... ..	26
4. E é aí que o diabo se esconde... ..	30
5. A busca da realidade pela pesquisa. Mas que “realidade”?	33
6. A dica metodológica: na berlinda ou no banco dos réus?	36
7. Teorias e Modelos. Como entendê-los?	39
8. Ver para crer ou crer para ver?	43
9. “Você pode divergir quanto à interpretação do fato, mas não quanto ao fato em si”	47
10. “Isso é fato estatístico!”	51
11. “Contra fato não há argumento”	56
12. O fato, o Direito e a identificação da realidade social	59
13. Foucault e o “chão epistemológico”	63
14. “Pós-verdade”	66
15. A “carga de leitura”	70
16. Afinal, por que mesmo a referência bibliográfica?	73
17. O Referencial Teórico	76
18. Professor (só isso mesmo, o título)	80
19. “Fala sério, professor!” (Reflexões sobre a crueldade do ofício)	82
20. 007, <i>License to kill</i>	85
21. A “industrialização” da pesquisa acadêmica e seus códigos-fonte	88
22. A ciência, o método e a teologia medieval	91
23. Perguntando sobre a pergunta “o que é ciência?”	95

24. O negócio de Fausto	100
25. Só a ciência pode contestar a ciência	103
26. Construindo o mundo a partir das pessoas	106
27. Que (não) fazer com as pesquisas de <i>survey</i> ?	109
28. Métodos objetivos de pesquisa das relações entre as pessoas. Que loucura é essa?	114
29. O Rio Sauaçuhy	118
30. O casamento e o pensamento	121
31. “Isso daria um case!”	124
32. Aprender a escrever em “academês”?	128
33. <i>Data bases, Desk Research, Data Mining, Research Tools...</i> Que fazer com a informação?	132
34. Meu Deus! Que fizeram à pergunta de pesquisa?	136
35. Alguém me explicou cientificamente. OK. Mas, que faço agora?	140
36. O óleo de coco, o resfriado e o modelo de pesquisa da ciência experimental	145
37. Orientação de teses e dissertações. “Casa de ferreiro...”	150
38. Para não morrer afogado no mar das bibliografias	154
39. Em ambientes científicos e conversas sobre ideias, dialogamos mesmo?	159
40. Que pensar de “participação cidadã aberta” na coleta de dados de trabalhos científicos?	164
41. Triangulação: formalismo sedutor na pesquisa acadêmica?	168
42. Deve a pesquisa acadêmica liderar o conhecimento em áreas de prática profissional? – Equacionando a questão	172
43. “Como [x] não seria verdade, se dá certo e funciona?”	178
44. “Posso analisar com objetividade e números o conteúdo de uma entrevista.” Ótimo, mas que <i>game</i> é esse?	183
45. “Como montar um trabalho para publicação” (um aconselha- mento perverso)	188
46. “Hipóteses falsas podem gerar previsões verdadeiras.” E agora?	192
47. Crenças epistemológicas “secretas” da academia	196
48. O revisor de <i>papers</i>	199
49. Com licença, uma perguntinha sobre o “relativismo”	203
50. “Não sei”	207
Guia de leitura	211

Prefácio

Quando lemos um texto assinado por um autor que não conhecemos somos levados a imaginá-lo, inspirados pelas múltiplas possibilidades suscitadas pela leitura. Mas, quando nos debruçamos sobre um texto assinado por um autor que, além de conhecermos, admiramos como pessoa e intelectual, fatalmente temos facilidade de associar a escolha das questões abordadas, dos raciocínios construídos, dos argumentos explorados, do estilo de escrita adotado, até mesmo dos exemplos que ilustram as ideias. Afinal, como afirma o Gabriel Perissé, “nós somos aquilo que escrevemos e escrevemos aquilo que somos”. Assim sendo, é possível encontrar o autor do livro intitulado *Sobre Método, conversações acadêmicas* em cada título, parágrafo, frase, até mesmo nas reticências e nas passagens destacadas em negrito.

Conheci o professor Pedro Lincoln Carneiro Leão de Mattos – o cearense mais pernambucano de que tenho conhecimento – em setembro de 1997, nas instalações do Club Med Rio das Pedras (Rio de Janeiro), por ocasião do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnAnpad). Um cenário bem distante daquele que eu imaginava atrair a academia brasileira! Em meio à generosidade da natureza e ao luxo despojado, eu buscava me situar entre os iniciados e iniciantes que se reuniam para discutir a agenda da época e celebrar encontros e reencontros. Rapidamente o professor Pedro Lincoln me chamou atenção tanto pelos temas de interesse, consistência das reflexões e atenção conferida aos forasteiros recém-chegados, quanto pela indisfarçável chateação de ter perdido o programa do evento e as inúmeras anotações decorrentes das discussões que emergiram durante as sessões que escolheu participar.

Desde então a amizade fluiu cadenciada pelas reuniões anuais promovidas pela Anpad e se aprofundou depois de 2001,

com a criação da Divisão Acadêmica de Ensino e Pesquisa (EPQ) – sim, este ano celebramos 20 anos de existência desta importante iniciativa liderada por ele! Momento em que as questões derivadas do ensino e da pesquisa passaram a entrar pela porta da frente do EnAnpad! A amizade se consolidou quando nos unimos para criar as condições que permitiram a promoção do primeiro Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade (EnEPQ), em 2007 – uma iniciativa que buscava ultrapassar os formalismos típicos da abertura dos congressos e de fato aproximar a pós-graduação (Anpad) da graduação (Angrad).

O interesse do Pedro pelas questões que transitam entre ciência e método, particularmente as reflexões de natureza epistemológica, é amplamente conhecido pela comunidade acadêmica do campo da Administração. Nessa jornada, eu tive oportunidade de ler grande parte de seus textos e ouvi-lo inúmeras vezes, sempre cercado de pessoas interessadas pelas exposições que nos brindava, cuidadosamente amparadas por leituras transversais, abundantes argumentos e elevada capacidade de articulação.

Apesar do tempo dedicado à formação e ao exercício da gestão acadêmica, da pesquisa e da docência, sobretudo na pós-graduação, a paixão pelo conhecimento afastou o Pedro da ideia de aposentadoria facultativa. O gosto pelo exercício que aproxima a leitura da reflexão e da autoria impediu que mesmo após a aposentadoria compulsória, ele se distanciasse das questões que têm mobilizado a sua vida intelectual e do diálogo tecido com estudantes, professoras e professores. É nesse contexto que passa a dedicar tempo e energia à elaboração de textos relevantes, oportunos e curtos, regularmente publicados em um *blog* [<https://medium.com/sobre-método-mesmo-assim>]. Inevitavelmente, seu raio de influência transborda na medida em que extrapola o Programa de Pós-Graduação em Administração (Propad) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), instigando em mais essa oportunidade o *slogan* “Pernambuco falando para o mundo”!

Dessa forma, restabelece a conversa que ele não deseja interromper com uma comunidade que conhece bem em virtude da intensa e extensa convivência. A palavra conversar se origina do latim “conversare”. O prefixo “com” se origina de “cum”, significa “junto com”, a raiz “verso”, por sua vez, significa direcionar para algum lado. Assim sendo, “conversare” transmite a ideia de direcionar a atenção para determinada pessoa e para isso se faz mister estar na companhia de alguém com quem se tem proximidade, afinidade, convívio. Isso explica o desejo de ele promover “conversações acadêmicas” com mestrandos e doutorandos – para ser fiel à forma como ele escreve.

Coerente com a ideia de que o diálogo requer a formulação de perguntas (dúvidas, questões, problemas), reveladoramente a metade dos títulos atribuídos aos 50 capítulos que integram o livro ganham a forma de questões, não raro, provocativas:

- A busca da realidade pela pesquisa. Mas que “realidade”?
- “Pós-verdade”: novo paradigma, mal-entendido epistemológico ou modismo mesmo?
- Perguntando sobre a pergunta “o que é ciência”?
- Meu Deus! Que fizeram à pergunta de pesquisa?
- “Posso analisar com objetividade e números o conteúdo de uma entrevista”. Ótimo, que *game* é esse?
- “Hipóteses falsas podem gerar previsões verdadeiras.”
E agora?

Ao escrever o livro *Sobre Método, conversações acadêmicas*, Pedro assume um estilo marcadamente pessoal e por isso a mescla do conteúdo e da forma gera uma comunicação irreverente, provocativa, instigante, sem desafinar no exercício da crítica que transita entre o bom humor e a ironia fina. Não faz concessões ao formalismo e à concepção totalitária da ciência moderna que não poupam o ensino, a aprendizagem, tampouco a aplicação do método científico, inibindo o florescimento da imaginação científica entre os jovens mestrandos e doutorandos.

O uso recorrente de metáforas não se restringe a um recurso estilístico, pois além de aproximar o autor de leitoras e leitores, ajuda a discutir questões complexas, com leveza, bom humor e ironia. Vejam exemplos do que desejo chamar atenção: “... se o caso é de teses de doutorado, aí não dá. Tem que entrar no mar e procurar peixe novo, não dá para ficar ‘caranguejando’ próximo à praia”; “conhecimento prêt-à-porter”; “conhecimento pop”; “garris da racionalidade”; “espuma” e “fumaça” de retórica”; “artigo ‘free lancer’”; “cofre secreto da epistemologia da ciência”; “morrer afogado no mar das bibliografias”; “show de citações bem arrumadinhas”.

A intimidade com autores clássicos, a exemplo de Claude Lévi-Strauss (antropólogo), Claude Shannon (matemático e engenheiro), Ferdinand de Saussure (filósofo e linguista), Gilles Lipovetsky (filósofo), John B. Watson (psicólogo), John L. Austin (filósofo da linguagem), John Searle (filósofo), Jürgen Habermas (filósofo e sociólogo), Karl Popper (filósofo), Ludwig Wittgenstein (filósofo), Luiz Antônio Marcuschi (linguista), Michel Foucault (filósofo e historiador), Pierre Bourdieu (sociólogo), Zygmunt Bauman (sociólogo), entre outros, associada à diversidade de questões tratadas revelam a maturidade intelectual e a estatura teórico-metodológica de um mestre sensível a diferentes linguagens – como ser indiferente à passagem que contrapõe Watson a Raimundo Fagner Cândido Lopes (o cantor e compositor cearense)? Ou quando resgata Cícero Dias (artista pernambucano que fez da pintura a sua forma de comunicação com o mundo) para chamar a atenção sobre os limites da objetividade em projetos de pesquisa que envolvem pessoas? E ainda recorre a Oswaldo Montenegro para situar o método empírico experimental!

Por tudo isso, trata-se de um texto que revela larga experiência no traquejo com a ciência, com o conhecimento e o método científico, com os códigos acadêmicos, com a comunidade acadêmica, sem desconsiderar questões pedagógicas relacionadas ao ofício do professor e às responsabilidades que recaem sobre a atividade de orientação. Exemplos do que eu

chamo atenção estão estampados nos capítulos “Professor (só isso mesmo, o título)”; “Fala sério, professor!”; “Orientação de teses e dissertações. ‘Casa de ferreiro...’”.

Para quem tiver com apetite para ler um texto instigante, interesse pelas questões tratadas, gana para formar um mapa de boas leituras e autores, desejar aprender sem abrir mão de boas risadas, a companhia desse livro é fortemente recomendada.

Manolita Correia Lima
Professora do PPGA ESPM

São Paulo, setembro de 2021.

1. O amanhã, a serpente de bronze e a tradição do conhecimento

Quando Yuval Harari lançou, em 2016, seu aguardado segundo *best seller* *Homo Deus: uma breve história do amanhã* estava, a meu ver, simbolizando um divisor de águas no desenvolvimento da cultura ocidental. Em novo movimento, no rastro do seu livro anterior, *Sapiens: uma breve história da humanidade*, propunha olhar para o futuro a partir do presente, já não mais do passado.

Não vou discutir o livro. Quero falar de **conhecimento**, e ele me parece um bom ponto de partida.

Estudar o passado para entender o presente (o *Sapiens*) ou estudar o presente para prever o futuro (o *Homo Deus*), são dois padrões metodológicos imemoriais, o segundo geralmente preferido. Ao Haruspex, espécie de sacerdote que na Roma antiga inspecionava as entranhas de um animal sacrificado em seu templo para ali “ver” um futuro procurado e à nossa vidente que observa cartas ou búzios espalhados à frente do cliente aflito por seu futuro faltam, sim, o rigor da observação e do cálculo, a racionalidade da relação efeito-causa e outras exigências das sociedades modernas. Isso agora chegou, e temos a ciência!

Nas páginas de Harari, referidas à ciência, há um presente reconstruído com o mesmo impulso e otimismo de um futuro projetado. Sua obra, seu sucesso, despertam, porém, duas perguntas sobre o conhecimento. Primeira: no fundo, e além da ciência em si, em que **confia** Harari? Segunda: será preciso ver nossa própria história sob outra forma, além do método científico?

Diz a *Bíblia* (Números, 21:4-9) que o povo israelita em sua longa peregrinação pelo deserto, a certa altura (provavelmente quando ia em direção a Ácaba, sul da atual Jordânia) foi vítima de uma invasão de serpentes venenosas e o pavor coletivo

dominou seu acampamento de tendas improvisadas. Não havia conhecimento suficiente nem tempo de produzir solução e, mais ainda, nem clima social para uma coisa ou outra. Para **qual recurso** se apelou então? Seu líder Moisés, pela mão protetora de Jahweh, mandou forjar uma serpente de bronze e colocou-a em lugar de destaque. Os que a olhassem com fé na proteção do Deus de seus pais, que os tirara do Egito e lhes prometera uma terra onde jorraria leite e mel, seriam curados. A fé naquela mão invisível, que já os havia salvado de outras pragas e catástrofes até ali, no deserto, voltaria a salvá-los.

Para aquela catástrofe, não havia uma solução aprendida, não havia conhecimento. **O recurso foi a confiança na experiência coletiva passada** – e aquele povo voltou-se ao Deus de seus pais.

Perdidos entre as estrelas e enfrentando, todos os dias, pela sobrevivência, uma natureza mais poderosa, em que confiamos nós, a humanidade? Reportemo-nos a uma cena presente, a pandemia do SARS-CoV-2. Qual tem sido a nossa “serpente de bronze”? Com que recurso pudemos contar, quando outros não serviam para barrar o vírus?

Havia **uma tradição de conhecimento** em que confiávamos!

Quando Edward Jenner, ainda no século XVIII, em luta contra a peste da varíola, experimentou a reação do corpo de um garoto (!) inglês ao vírus da varíola bovina, a microbiologia já era uma aquisição consolidada. Louis Pasteur, um século depois, ao desenvolver a vacina contra o cólera, reportou-se a Jenner que criara a *Variolae vaccina* (do latim *vaccum*, vaca, gado bovino), e adotou aquele nome “vaccina”. O conhecimento da vacina se expandiu em todo o mundo: há mais de 30 anos o Brasil extinguiu a poliomielite que Jonas Salk desenvolvera apenas 40 anos antes. Foi **uma tradição** – etimologicamente passar de mão em mão – que permitiu hoje desenvolvermos diversas plataformas de vacina contra o SARS-CoV-2 em menos de um ano.

A **ciência**, com suas inúmeras metodologias, é **uma tradição de conhecimento** e a confiança está, de fato, em uma tra-

dição bem-sucedida! (Perdão, mas a “confiança no futuro”, com todos os indicadores do presente, como em *Homo Deus*, é algo de ordem emocional e nunca seria científica...)

Sim, porque a ciência progride como **prática** de conhecimento eficaz, não foi preciso saber bem o que é um vírus para desenvolver aquelas vacinas. E quando a ciência diz “o que é”, de um objeto que admite, “é” significa “para efeito de distinção de outros (classificação)” e “para o que pretendo fazer” com ele. A confiança na ciência vem de sua eficácia, uma categoria de prática. Não se trata de necessidade de ordem lógica.

De fato, em outro espaço de conhecimento mantêm-se discussões sobre **como** conhecemos, com que certeza podemos afirmar algo sobre o mundo e qual linguagem melhor expressa o que sabemos. **A epistemologia** (ramo da filosofia do conhecimento) segue a passos muito mais lentos e em sentido completamente diferente da ciência moderna. Enquanto esta avança rapidamente, substituindo um conhecimento por outro supostamente melhor, a tradição da filosofia do conhecimento se faz pela dúvida, pela nova pergunta, pelo desafio ao paradigma estabelecido. O que tem, assim, colhido? A eliminação de autoilusões, a identificação de desvios e o amadurecimento cultural do *Homo sapiens*.

Assim, enquanto a ciência vai a toda parte com sua dimensão objetiva, a filosofia convida à atividade **reflexiva**. Entre estudar o passado para entender o presente (o *sapiens*) ou estudar o presente para prever (!!!) o futuro – como disse ao tomar Yuval Harari como ponto de partida –, há um terceiro padrão: estudar o passado para **entender-nos** no que **aconteceu**; “acumular” a história para compreender como e com que limites chegamos a conhecer; que somos o resultado mesmo desse passado; que não há como romper com ele e que, perante a incerteza do futuro, só resta... nós próprios.

(Neste livro, vocês, mestrando e doutorando que se iniciam à ciência, vão ver este autor entre a ciência e a epistemologia, ocupado com a primeira e de olho na sedução da segunda.

Se a ciência pode tornar as sociedades humanas, coletivamente, menos dependentes da natureza, a filosofia pode tornar mais livre e senhor de si cada ser humano.)

2. Ter o que dizer versus ter que dizer

Neste capítulo e no próximo, de tema conexo, vou pôr o foco no novel **mestrando**,³ o recém entrado no **mestrado**. Pensando em ser-lhe solidário, convido você a nos projetarmos no ambiente dele. Entrar “na dele”, fazer como diariamente se faz para entender os personagens dos filmes e novelas. Passo, então, a conversar com um **mestrando**.

Nos **mestrados** e **doutorados** pedem-lhe para **dizer**, falar sobre, escrever. **Dizer** é, desde o começo, e também no meio e no fim, o que você tem a **fazer** ali; o que se espera de você, por onde vão avaliá-lo individualmente. Seu “produto” ali é uma fala individual. Se antes você sabia fazer muita coisa, possivelmente atuando em sua empresa ou organização pública com sucesso, agora não: tem que aprender a **dizer** – sozinho e por escrito –, que é outra coisa, outra linguagem, outra habilidade.

A praxe corrente naqueles cursos é definir, como avaliação final de cada disciplina, que você apresente um *paper*, um breve escrito (“trabalho”) acadêmico, ou algo mais alentado; no final do **mestrado** acadêmico há uma dissertação à sua espera; no **mestrado** profissional você pode, em vez de uma dissertação, apresentar um projeto técnico-profissional, ou coisa parecida; mas

³ Ao longo desses textos, algum leitor, e sobretudo leitora, poderá se perguntar a meu respeito: “por que ele não usa formas léxicas explícitas para cada gênero (neste caso, “o/a **mestrando/a**”)? – Por fluência fonética e porque, até o momento, no português formal, adotado por toda a imprensa e pelas editoras, a forma “o, os” para artigos, substantivos e pronomes, é usada para quaisquer gêneros, desde que o português eliminou o neutro e quando todos (ou qualquer um) passaram a ser referidos, não havendo, inclusive, solução que satisfaça a “não binaridade” de gênero. Não preciso confessar aqui – mas o faço – que, em toda a minha vida de professor, nunca encontrei motivos para diferenciação de gênero **para a condição de** aluno, professor, pesquisador, leitor ou pessoa interessada no que eu ali falava. Note-se que isso é diferente do tratamento personalizado, quando se faz, é claro, a devida diferença, ou usado para públicos exclusivos de pessoas de um gênero.

no final do doutorado você não se livra da tese (ah, “a minha tese”!...) além de, durante ele, ter outros tantos trabalhos para escrever e publicar. Tudo isso são situações de “**ter que dizer**”.

Ora, a patologia metodológica é **ter que dizer antes** de ter realmente **o que dizer**. Chega ou se aproxima o momento de dizer e começa a bater aquela angústia. Algo parecido com a chamada síndrome da “página em branco”. Você começa a escrever, sim, mas no dia seguinte não gosta, vê que é “abobrinha”, que estava “enchendo linguiça”, simples ajuntamento de trechos pré-escritos, “falsas” inspirações, superficialidade... e aí apaga. E se continuar nessa, vai ser o orientador ou os membros da banca de projeto que vão riscar tudo.

Sinto muito, mas também o “vou escrever sobre x” (ter um assunto definido) não é ainda “**ter o que dizer**”. Tal definição pode também estar contaminada pelo mal do “dizer obrigatório”. E mais: há um recurso protelatório que não tira você do estado de “**ter que dizer**”: fazer levantamentos bibliográficos sobre o tal assunto. Isso reduz a ansiedade, gera algo para entregar ao orientador e às vezes pode dar – o próprio levantamento – um *paper!* Mas não saiu do lugar. Tratando-se de sua dissertação, você pode até ir além e chegar a redigir o capítulo do tal “referencial teórico” e, mesmo assim, não ter ainda “o que dizer” com ela. Isso acontece e se prolonga porque o regime na pós-graduação é de cobrança por trabalho pronto, papel escrito. Isso é “produto”, e a academia não tem outro estímulo maior.

Contudo, de tanto ouvir aula e ler textos, você acaba capaz de escrever algum. O problema é que seu trabalho tende a ser da categoria “exercício”. É um exercício escolar, coisa de que você já tem uma imagem e para a qual já tem uma disposição prática desde o ensino fundamental. Esse *habitus*, que é propensão, mas também habilidade, se reforçou na graduação. Exercício é coisa penosa, condição necessária, e a motivação é escolar, mesmo quando o assunto lhe parece interessante. Ter que dizer “algo sobre” está associado a **demonstrar que** (que sabe, é capaz de etc.). Ao contrário do que parece, o exercício é um estilo de

comunicação no qual quem escreve está menos presente. Está viciado, então, por certo artificialismo. Põe-se em risco o que de melhor teria a pós-graduação: experimentar criar, situação em que o script é seu, ainda que o vocabulário e a gramática lhe sejam dados.

Testar esta competência nova é coisa que vem com um impulso de dentro, o desafio de produzir um saber.

No mestrado, você é um artista à procura de inspiração. Dela precisa para **ter o que dizer** (no *paper*, na dissertação, no artigo, na tese). E o toque de fada, que transformaria obrigação em inspiração, é **promover relacionamento**, investindo na afinidade entre linguagem e relacionamento – por ser ela uma forma de relação, como professa a filosofia pragmática da linguagem. Você precisa ser tocado por algum **contexto real**, envolver-se com algo que está acontecendo – mesmo que por trás de estatísticas e versões da mídia –, talvez com pessoas e grupos, e estabelecer aí um relacionamento simbólico.

No ambiente autorreferenciado da pós-graduação acadêmica, tende a prevalecer o “relacionamento” com as instituições internas, sendo os contextos externos filtrados pela cultura interna. Sem dúvida, em um bom grupo de pesquisa você pode, sim, encontrar um “ter o que dizer” em seu trabalho individual, e a dissertação sair bem, com o apoio daquele grupo. Mas fique atento ao filtro interpretativo! A coisa mesma de que você fala, seu “objeto” de pesquisa, tem face e voz próprias. Só elas inspiram.

Assim motivado, seu ato de fala (o *paper*, a dissertação, o artigo, a tese) ganha intenção, direção e objetividade. Podem estruturar-se sua pesquisa e seu texto. A partir daí se retirará o “*versus*” do título acima. E quando se **tem o que dizer**, **tem-se que dizer**. Saudável compulsão.

3. Entrou no mestrado? Então apaga, apaga. Começa tudo de novo...

Levou muito tempo até que eu encontrasse certa imagem, de outra situação, mas que me permitisse entender o fenômeno social que ocorre com quem entra em um programa de pós-graduação, especialmente em áreas sociotécnicas,⁴ a que geralmente corresponde uma profissão. A imagem é a do neófito numa comunidade religiosa, iniciando nova vida. Não há mudança de nome, votos e vestes, mas há algo ali... estou exagerando? Pode ser. É o risco das metáforas. Uso essa aqui para realçar um traço que vejo comum aos dois casos. (Lembremo-nos de que Kuhn, em *A estrutura das revoluções científicas*, de 1961, descreveu, na história da ciência, o fenômeno da adesão a um novo paradigma como uma conversão religiosa.)

Então, qual é o tópico (aquilo a que se deseja referir) nessa metáfora do neófito na comunidade religiosa? **É certa rejeição de sua própria experiência anterior** – no caso do mestrado e doutorado naquelas áreas, por desvalorização do saber prático

⁴ Faz-se necessário inserir aqui uma nota de esclarecimento mais precisa sobre a “área sociotécnica”, que não entendo como subárea das ciências sociais, mas como uma conceituação categorial não devedora nem vinculante àquelas, já delimitadas formalmente. É termo que se usa frequentemente neste livro. Entende-se aqui por “área sociotécnica”, um campo de **prática** profissional, suficientemente caracterizada para receber, socialmente, denominação própria, e que agregue, especialmente, duas características: (a) tratar-se de “técnica”, no sentido-raiz de habilidade sistematizada de fazer, produzir, social ou economicamente, coisa que, nas sociedades modernas, tende a estruturar-se como **profissão**, não mais em nível artesanal ou diletante; (b) reportar-se, no critério de criação, de crítica e de desenvolvimento da atividade, a **uma compreensão mais ampla da sociedade**, de sua política e da economia de seus processos internos. Por este motivo, faz-se em articulação com as ciências sociais e com outras caracterizadas pelo conhecimento-técnica. Trata-se apenas de um conceito categorial, visando a diferenciação, não uma categoria formalmente definida por norma ou consenso.

ou profissional. Decreta-se um recomeço. Como? Em que supõe justificar-se? O que significa isso para a nova carreira? Vou me explicar.

Penso sobretudo nos candidatos ao mestrado que **não** vieram diretamente de programas de iniciação científica (PIBICs, na graduação, ou coisa assim), mas que vêm de uma experiência profissional qualquer, mesmo que combinada com magistério.

Há, no **mestrando**, toda uma idealização de novo patamar de carreira, completamente distinto da qualificação adicional de uma especialização profissional, um MBA, por exemplo. É você mesmo, sim, mas em uma espécie de “nova edição”, porque receberá um título oficial, será “mestre”, e no futuro, quem sabe, “doutor”. Afinal, aquele programa de pós-graduação (*stricto sensu*, claro) é um ambiente seletivo de professores altamente qualificados, sob fiscalização e avaliação permanentes do MEC, e de “mestrandos e doutorandos” em número restrito, que passaram por processo seletivo rigoroso.

E o que está por trás de tudo aquilo, que lhe dá tal distinção social? O conhecimento científico! Conseguir entrar ali, e vencer, tem o encanto de um sonho e desperta as energias de um grande desafio. Merece anos de sacrifício, tomando grande parte de seu tempo, sua rotina de vida, e envolvendo sua família. Como todo grande sacrifício, o mestrado e o doutorado têm atração e força secretas.

Mas, vamos lá! Então você foi aceito (parabéns, abraços). Já pode sentir-se outra pessoa. Disposição total. O que é preciso fazer? Quando começa? Está pronto e maravilhado com o programa das disciplinas, com a linguagem nova, abrangente, conceitualmente rica. Ali, sem dúvida, deve estar o que há de melhor. Tem um preço, sim, mas está preparado para pagá-lo!

Começam as aulas, a turma vivendo um clima de ênlevo, certa alegria pura nos sorrisos de quem passa a ter um novo laço grupal: a condição diferenciada de **mestrando**. Poucos alunos; logo se aprendem os nomes e algo da qualifi-

cação profissional trazida. Os colegas mais antigos, alguns já terminando, são acolhedores. Há praxes na casa e os regulamentos, claro. Os professores são exigentes, mas mostram-se gentis, espirituosos e, em geral, têm condições de corresponder ao enorme crédito que lhes é dado de entrada. (Mais adiante notarão quão sutil e inquestionável é ali a forma de “dominação”, no sentido weberiano do termo, só comparável a de líderes religiosos em comunidades de vida reclusa. Mas isso não é para agora.)

O noviço (ops! o novo mestrand) passa, nos primeiros meses, por um processo intenso de aculturação, em que o grupo é fundamental. De repente, os exemplos de sua experiência profissional dados em aula por você como “concretização” da teoria apresentada, parecem cair no vazio e não são comentados pelo professor; citados nos *papers*, não constituem argumento. Aos poucos, é inevitável duvidar-se do valor da experiência anterior (“sem fundamentação teórica”). À medida que começa a ser capaz de falar (escrever) na língua deste novo lugar, marca-se para você um recomeço. Cada vez mais, por falta de uso paradigmático, sua experiência anterior é isolada. Depois, você poderá até voltar àquele mundo profissional, mas já será outra a sua condição.

Descrevi, acima, o que costuma acontecer. Vamos, porém, ao ponto central: a justificação subliminar do “abraçar a nova vida” e deixar a anterior em segundo plano. Como uma verdade que se impõe, você é levado a ter pelo conhecimento científico uma espécie de crença. **Você troca a crença na prática pela crença na teoria.** Por isso vai muitas vezes ficar chocado ou desorientado, ao longo do curso, com a diversidade e até antagonismo das posições de autores (e professores) sobre um assunto. Escolhe um autor, uma linha, talvez a do seu orientador. Afinal, não pode haver fiel sem credo...

E daí para frente você poderá surpreender-se muitas vezes, encontrando-se com artigos, livros e autores, a tomar posição quase apriorística, do tipo: “este é da minha linha, vou ler. Este

outro, não. Deixa de lado”. E assim, lamentavelmente, se completa a primeira “antilição” de pluralismo da ciência...

(É por isso que não me canso de dizer: a primeira coisa ao entrar na pós-graduação é saber o que é ciência. E distinguir ciência, uma instituição cultural e histórica, de academia, uma corporação profissional. Capítulos adiante tentarão deixar isso claro.)

4. E é aí que o diabo se esconde...

Sim, porque na pós-graduação, como na vida, não temos só anjos da guarda. Há diabinhos à nossa espreita. E não é fácil dizer onde eles se escondem. Mas vamos lá.

Vejam o seguinte diálogo entre um empresário do setor econômico “x” e um professor de curso de pós-graduação dessa área:

- “O que fazem vocês na academia, os pesquisadores?”
- “Estudos, ora.”
- “Sim, mas...”

Dando atenção ao não dito no significado da linguagem, o diálogo já poderia parar por aqui. Quem pergunta, sendo de fora da academia, grupo social muito específico, obviamente tem alguma ideia do que ali se faz. Então sua pergunta quer ir mais além. O pesquisador, porém, ao responder daquela forma, não deixa a perspectiva de seu próprio grupo e se refere ao operacional da atividade. Objetivamente, “estudos” – é isso que ali se faz. O “estrangeiro”, que não parece satisfeito deixa, contudo, no ar, uma adversativa, um “mas”, e espera que a entoação de voz signifique o resto.

Imagine agora que a primeira resposta ao “que fazem vocês” fosse:

- “Estudamos problemas de seu setor.”
- (Uma conversa fluente se seguiria – é provável.)

Onde reside a diferença, posto que os “estudos” mencionados no primeiro dos diálogos podem referir-se aos “problemas” do segundo? Percebe-se, mas não é fácil verbalizá-la. Porque o significado só se revelaria **na análise das estruturas de relação** tipicamente sedimentadas na academia – assim nos orientaria Lévi-Strauss. E é justamente ali, nas estruturas, que o diabo se esconde!

Não pretendo desvendá-lo. Mas algumas vezes ele deixa o rabinho de fora... Onde, então, pela análise, eu procuraria a diferença crucial entre **um programa** desejavelmente “**voltado para fora**” e outro “**voltado para dentro**”?

Sem pretender dar ao leitor um roteiro de resposta, mas apenas uma ideia diferencial, eu lhe pediria para imaginar algo composto pelos cinco pontos seguintes.

1. Um programa de pós-graduação em área sociotécnica⁵ precisaria estar associado a **determinado setor social**, industrial, de mercado ou de governo, de preferência local, mantendo vínculos explícitos de presença e cooperação **com as instituições deste setor**, que seria a referência tanto para a seleção do corpo docente quanto de sua produção acadêmica.

2. Para cada projeto de pesquisa, a **relevância** teria que ser mais questionada do que seus procedimentos metodológicos.

3. Se, em uma área tipicamente tecnológica, **o processo da pesquisa** que gera o produto-solução é onde se dá a criação e o rigor, caracterizando **ali** o método, em uma área sociotécnica, dada a fluidez das variáveis e a dimensão singular das situações econômico-sociais, a criação se volta para a **estratégia** de produção da “solução” procurada para o “problema”, e passa a ser o critério maior do método.

4. O elenco de disciplinas ofertadas e o balanceamento de carga horária exigida entre elas seriam feitos diretamente em função da área de concentração do programa.

5. Posto um núcleo duro de disciplinas (“cursos”, em alguns lugares), mínimo e obrigatório, em que as grandes sínteses teóricas são a base e o objeto principal, provavelmente reunidas em livros quase antológicos no campo, o plano de trabalho de cada uma das demais disciplinas deveria compor-se do estudo de um elenco de pesquisas que se tornaram paradigmáticas, tanto pelas conclusões que avançaram quanto pelo caminho metodológico que adotaram. Essa estrutura mostraria: (a) que a ciência é uma tradição de pesquisa; (b) que o desenvolvimento dela

⁵ Ver nota 4, no capítulo 3, sobre o significado aqui atribuído a este termo.

pode ser aqui e ali marcado por etapas e mudanças de rumo.

Ao contrário disso, os programas sociotécnicos voltados para si acabam dedicando excessivo espaço para estudos e pesquisas teóricas, os pesquisadores competem na sofisticação do processo metodológico, entregando-se às estratégias e técnicas *dernier cri*, vindos dos grandes centros acadêmicos de referência, e alimentam uma espécie de arrogância (*l'academie et de là bas* – já que o francês é o idioma dos requintes...).

E o aluno de mestrado ao entrar nesse meio?

Ora, não há ser humano mais objetivo e de mais senso prático que o aluno de mestrado! Logo aprende o ritmo da música... não precisa de análise para entender-lhe o significado. E logo estará ensaiando os primeiros passos. Aprende a admirar os textos recheados de citações – valor em si? – e foca nos modelos de pesquisa, no “como se faz”, porque **seu problema** concreto está ali e não exatamente no seu “problema de pesquisa”. Entrará precocemente na dimensão formal da pesquisa, maximizada pelo modelo endógeno, e desenvolverá valores justificativos de sua suficiência, supondo que depois, de volta ao mundo profissional, encontre as aplicações...

Que fazer? Não esperem de mim neste livro caminhos novos e dicas metodológicas de como tirar aquela duvidazinha no uso de tal estratégia de pesquisa. Este livro não lhe será um “manual de metodologia *light*”. Vou em outra direção. Estou convencido que o mais importante é desobstruir caminhos para que desperte a criatividade recolhida. Meu interesse, nesse sentido, é voltar a atenção para questões de base, inclusive sobre ciência e certeza do conhecimento. Às vezes será bom desestabilizar, mostrar inconsistências e formalismos em nossas práticas de pesquisa, sugerindo sentidos novos para algumas que envelheceram pelo formalismo.

Criticarei colegas professores? Nada contra **eles**. Porque, como disse de início, é nas estruturas das **relações** de que participam (práticas, ambientes e regras) que o diabo se esconde.

5. A busca da realidade pela pesquisa. Mas que “realidade”?

“Felicidade foi-se embora e a saudade no meu peito ainda mora. [...] A minha casa fica lá detrás do mundo, aonde eu vou em um segundo quando começo a pensar. O pensamento parece uma coisa à toa, mas como é que a gente voa quando começa a pensar” (Lupicínio Rodrigues).

Em contraste com esta deliciosa fantasia imaginativa, Mark Zuckerberg declarou há pouco tempo que o Facebook teria, já agora, uma nova versão, ampliando as capacidades de produção e envio de imagens, mas que seu objetivo era, no horizonte de dez anos, que os usuários do aplicativo, usando óculos especiais (*VR goggles*), “entrassem” plenamente na realidade virtual através de seu celular, podendo fazer verdadeiras viagens turísticas, por exemplo, a qualquer momento e sem sair do lugar. Começaria a realizar-se, assim, a “máquina de experiência” de que falava Robert Nozick há 40 anos (a tal da “autoprovação natural” do prazer e da felicidade, substituindo a brutalidade das drogas, pensava ele...). A prática da imersão na realidade virtual nos levaria, por fim, a acreditar numa possível mimetização mental da realidade (*simulated reality*), na confusão de consciências paralelas sofrida por Neo em *The Matrix*.

A sensação de vertigem despertada pelo filme aterrorizou muita gente – como pode acontecer adiante com aquelas tecnologias solipsistas. Estaríamos a caminho de perder o senso de realidade? Um estado de alucinação psicótica adquiriria status de normalidade?

Aí alguém diz: “Para! Para! Para! Não vamos loucamente confundir o mundo construído a partir da visão – coisa que a imaginação também pode fazer – com o mundo real”. Afinal, o ilusório permanente nos nossos sentidos, sobretudo no mais

influyente deles, a visão, é algo rigorosamente demonstrado há séculos e boa parte do esforço da ciência é não depender das falácias deles, das armações de um tal “cérebro”. Embora nunca deixe de depender dos sentidos nos instrumentos que usa, o método científico tornou-se capaz de indiretamente detectar o erro dos sentidos. Eis então respondida a pergunta do título. E viva o método da ciência! Com ela, a humanidade caminhará sua marcha épica, ainda que de futuro incerto!

Sinto muito, mas não é nada disso. O século XX sepultou este lado ingênuo do iluminismo. E Karl Popper (*A lógica da descoberta científica*, 1939) marcou um divisor de águas ao mostrar que as conclusões do trabalho científico não podem deixar o campo hipotético, não importa o número e sucesso dos testes. As teorias científicas são conjecturas altamente justificáveis (Karl Popper, *Conjectures and refutations*, 1963), capazes de embasar nossa ação, mas só isso. Mesmo crente fiel do teste empírico, o cientista sabe o limite de seu jogo de linguagem – e daí para frente trata-se apenas de jornalismo científico (feito às vezes pelos cientistas fora de sua fechada comunidade).

Durante quase dois milênios e meio a filosofia ocidental (desde a polêmica entre as escolas de Parmênides e Heráclito) procurou uma resposta satisfatória para esta pergunta incômoda: **como podemos ter certeza de que nossos esforços de conhecimento expressam fielmente o mundo de que falamos?** O pêndulo entre os extremos do objetivismo e do subjetivismo passou por respostas geniais como a do idealismo hegeliano, até que parou. E recomeçou-se a discussão pelo lado da linguagem.

Voltemos, agora, ao nosso ponto de início. Podemos ver além da realidade que nós mesmos criamos pela tecnologia ou pela imaginação lúdica? (Aliás, qual destas “brincadeiras” é a melhor?) Ou, falando sério, não teria razão Einstein quando se referiu à física teórica: “esses conceitos e princípios se revelam como **invenções** espontâneas do espírito humano?” (*Como vejo o mundo*. 1981 [1931], p. 48. Grifo meu). Não, à primeira pergunta. Sim, à segunda.

A imagem forte do primeiro filme da trilogia *The Matrix* de Joel Silver faz lembrar o pensamento de Descartes (*Meditações sobre a Filosofia Primeira*, de 1641): não se pode garantir distinção clara entre estado de sonho e estado de vigília; e poderíamos estar, de fato, iludidos em cada percepção do mundo externo. Teria Descartes sonhado com a realidade virtual ou com a mimetização externa da mente, de que se fala hoje?

Mas não é objetivo deste livro demonstrar teses. É propor conversa. E eu estou me alongando. Então deixem-me dizer-lhes de modo claro três convicções minhas.

1. Nossa metodologia de pesquisa em ciências sociais ainda é caudatária dessa concepção de “ciência que desvenda a realidade” (cada pesquisador, é claro, achando que faz isso certo, pelo seu lado...). É muito elementar, quase ingenuidade de senso comum.

2. Considero de força, no mínimo, igual às evidências promovidas pela ciência experimental à base de testes pontuais, o argumento wittgensteiniano de que, em cada conhecimento assim criado se mostra algo terrível: que não podemos conviver com o imprevisível, com o irracional, com o futuro cego – e então criamos uma linguagem satisfatória para resolver nossos problemas **práticos** e saciarmos nossa angústia de não saber.

3. Inútil querer objetivar um discurso sobre a realidade. Essa racionalização (“Há realidade? Não há? O que é a realidade?”) é meio boba. Porque já ficou bem para trás o racionalismo cartesiano, que exigia para a certeza a intermediação de um raciocínio claro (“penso, logo, existo”). Vivemos absolutamente – **absolutamente** – imersos na realidade. “Realidade”? O que é isso? Respondo: mas você já perguntou ao peixe se ele vive na água? Se ele **sabe** o que é “água”? Então...

Pois é. Não troco a liberdade infinita da minha imaginação – que “em um segundo” “vai lá detrás do mundo” – pela artificialidade da imersão virtual. Nem vou comprar os tais óculos do Sr. Zuckerberg... O mundo do poeta, o do filósofo, o do cientista, e até o do fiel, não precisam parecer reais para serem poderosos. São poderosos se movem os homens.

6. A dica metodológica: na berlinda ou no banco dos réus?

“Dica” é uma das palavras mágicas que hoje fazem girar a roda-viva do “como se faz”. Tem-se pouco tempo e muitas solicitações novas de como usar uma tecnologia, de como resolver situações, de como chegar aonde se quer. Antes, a dica era um atalho. Agora, vai passando a ser caminho. Com ela, parece que os processos operacionais estão ficando mais fáceis (acessíveis?). Mas pode ser o contrário: estão se tornando de complexidade tecnológica e informacional maior, mais inacessíveis... a não ser por uma dica salvadora.

Não nego que a dica sempre existiu e que deve continuar existindo. Mas se refletirmos sobre ela na prática metodológica da pesquisa, há mais o que dizer.

Penso primeiro no estudante de pós-graduação às voltas com sua pesquisa. Como lhe pedem para **fazer** antes de ter lido e reconhecido extensamente os passos metodológicos de outras pesquisas feitas com estratégia semelhante, a pergunta “**como eu faço para...**?” domina a cena. E aí entra a tal dica salvadora, que desengancha as coisas e alivia tensões. Então, vem a pergunta: diremos “salve a dica!”, carregando-a em carruagem (berlinda), ou, diversamente, “cuidado com a dica!”, tratando-a como perigosa? Seu lugar no dia a dia da pesquisa será em uma berlinda visível e ornamentada, ou no banco dos réus?

Veja: qual é mesmo o caso da dica metodológica? Algumas “perguntinhas” para este questionário de opinião ou de preferência de produto; um modelo de escala de graus para as respostas; uma estrutura de codificação para análise de um texto de entrevista; a fórmula para cálculo dessa minha amostra; o esquema básico de um artigo acadêmico ou de capítulos de minha dissertação; o ponto de “saturação teórica” na minha pes-

quisa com Grounded Theory – as dicas metodológicas podem surgir em qualquer caso, em qualquer esquina do trabalho!

Por quê? Por que existe isso? Em que plano você está “funcionando” quando pensa logo na dica e não consegue viver sem ela?

Primeiro, você, caro aluno, cara aluna, não é culpado (culpada)! Mostraram-lhe a metodologia como uma tecnologia de pesquisa. Puseram -lhe na mão manuais de metodologia no primeiro dia de aula da disciplina – você não havia se encantado com o desafio de uma pesquisa. Disseram-lhe que você “tinha que” fazer um artigo, uma dissertação, antes de perguntar o que você veio pesquisar aqui, neste curso. Então, você é levado precocemente **ao processo**, e tudo lhe sugere que as coisas ali se regem pela técnica, mais do que pela **criação**. A fixação na dica é uma fixação no processo.

A dica também não é culpada. É aquele tipo de vício que se instala suprimindo uma carência. Carência de quê? (Com o negrito, no parágrafo acima, acabo de lhe dar uma dica para a resposta...) Pergunte a um artista – de qualquer área – como ele encara a técnica. E quem disse que só os gênios **criam** em ciência, como na arte?

A dica só merece estar no banco dos réus quando adia, para o jovem pesquisador, a apropriação pessoal do método e o mantém acomodado no formalismo; quando lhe embota a criatividade científica. E **quando** é que esta acaba, produzindo a deformação? **Como** é que isso se dá?

Vou perguntar melhor: em que **ambiente de pesquisa** a dica passaria a ser circunstancial e acessória, não estrutural, como aqui se critica?

Compare um ambiente de fábrica com um ateliê artesanal. Sim, porque pesquisa é também **atividade artesanal**. Há, sem dúvida, um “como se faz” que passa de mestre para discípulo; mas há também uma espécie de “microambiente” onde se forma certa cultura diferenciada. Um ramo da sociologia da ciência estudou essas culturas, chamadas tipicamente “laboratórios” (pioneira-

mente com Bruno Latour e Steve Woolgar, em *Laboratory Life*, de 1979). É preciso olhar o que acontece ali.

Enquanto um “laboratório” (qualquer ambiente típico de trabalho científico) opera, há algo que vai sendo transmitido por contágio. E em vez do formalismo é preciso que seja um misto qualquer de curiosidade, de interesse no domínio de uma técnica **para poder fazer** criativamente, de modo mais solto e autônomo, como o mestre. (Supondo, é claro, que o mestre trabalha mesmo dessa forma.)

É bom distinguir duas situações. No laboratório tecnológico e pré-industrial, o processo dá menos espaço para a ideia criativa, que será então coletada à margem para a próxima pesquisa. No laboratório de ciências da prática – a comunicação profissional, a administração, entre outras que envolvem pessoas, organizações e instituições – quem opera o processo **pode**, desde a elaboração da estrutura e escolha da estratégia da pesquisa até a forma de definir instrumentos, participar pessoalmente. Envolver-se criativamente.

E como se projetam, no âmbito do indivíduo, a automação da técnica e o envolvimento criativo? O método vai, aos poucos, se internalizando no pesquisador como *habitus* científico – conceito fundamental na sociologia de Pierre Bourdieu –, que é certa disposição interior para reagir conforme as normas do *modus operandi* científico, sem tê-las em mente como técnicas a seguir. No *habitus*, por isso, o instinto criador pode encontrar espaço. (Bourdieu, *A gênese dos conceitos de habitus e campo. Poder Simbólico*, 1989.)

Assim, quem lidera o laboratório é o responsável pelo ambiente de pesquisa, pelo *habitus* de pesquisador que ali se forma. Eu não pensaria primeiro no aluno, bolsista, que se socorre da dica metodológica, e seria o primeiro a retirá-la do banco dos réus. Ficaria ele vazio?

7. Teorias e modelos. Como entendê-los?

Modelos econômicos, modelos de negócios, modelos de sociedade, modelos mentais, modelos de mercado, modelos de produção, modelos de organização... e vai por aí. São só palavras de moda ou também habitam os meios científicos e de linguagem supostamente mais rigorosa?

Sobretudo em ciências sociais, os ambientes de linguagem científica estão tendo seus preciosos termos tragados pela voracidade da mídia, por mais que se defendam. Exemplo? “Narrativa”, contracenando com “pós-verdade”. De modo que “modelo” circula livremente por aí e gera a necessidade de que, vez por outra, lhe seja dado um polimento no significado.

Vamos começar pela filosofia da linguagem, de modo que se possa, coerentemente, chegar a “teorias” (e até aos tais “modelos teóricos”).

Quer entender o significado das palavras? Olhe o seu uso, disse Wittgenstein, depois de criticar longamente o (des)entendimento milenar das palavras como se tivessem conteúdos essenciais, as supostas “essências das coisas”. Ele chama nossa atenção para outro aspecto: “o significado de uma palavra é seu uso na linguagem” (*Investigações filosóficas*, § 43), e linguagem é uma forma de jogo, que tem regras (§ 82-84) mas cada vez acontece de um jeito diferente (§ 7, 23, 68b). As “jogadas” (frases) são incontáveis (§ 23) e as formas de uso das palavras apresentam “semelhanças como em uma família” (§ 67), cujos “membros” mantêm individualidade “pessoal” – embora difícil de distinguir da “familiar” porque acontece em contextos reais e singulares.

Há cerca de 20 anos despertei para esta *Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea* (Manfredo Oliveira, Loyola, 1996), a segunda onda de um tsunami (*The linguistic turn*, Richard Rorty, 1967) que começou pela conversação e que a linguística vem introduzindo em várias áreas do conhecimento

humano. Nesse movimento, recontextualiza-se o próprio conhecimento técnico e o que se faz com linguagem de máquina. Naquele momento, escrevi algo introdutório que está em <https://www.scielo.br/j/rac/a/RKDM9vms4qkGGcyrX8Y9r8v/?format=pdf&lang=pt>. Quem quiser dar uma olhada, sintase à vontade...

“Modelo” foi tomado da família em que estão “modelar”, “molde”, “moldar”, e seu uso se reporta, etimologicamente, à **ação de reproduzir** uma imagem ou forma. Cria-se uma forma (“fôrma”) para reproduzir um objeto ou um signo. “Modelo” (como em “modelo de negócio”) não teria significado algum sem a intenção subsequente de multiplicação. O processo de derivação dos usos acaba por nos iludir e desviar, como se “modelo” pudesse servir para falar do molde, em si, fora da modelagem reprodutiva.

Quem quer multiplicar certa forma diferenciada de fazer negócios, por exemplo, concebe inteligivelmente, partindo de práticas anteriores, um “modelo de negócio”. Este é seu jogo de linguagem. A partir desta **ação linguística** desenvolve-se a reprodução, no ambiente socioeconômico, de uma maneira de fazer negócios. Como em futebol, diferente do modo de franquias em *fast food*, de seguros ou de consumo de bens culturais. Formam-se, aplicam-se, aperfeiçoam-se, transformam-se, extinguem-se, ensinam-se etc. modelos de negócios. “**Aplicam-se**”, disse eu: uma epistemologia de técnica – estrutura de **como fazer** – determina o jogo de linguagem “modelo”.

Eis, portanto, como se pode entender “modelos”.

Sem perder o sentido da ação reprodutiva, seria interessante estudar a difusão semântica de “modelo” entre as diversas áreas de aplicação científica. Parece que na sociedade tecnológica e de mercado em que vivemos, o conhecimento se faz pelo jogo de linguagem “modelo”, mesmo variando os sistemas de signos, muitos deles matemáticos (no mundo da economia, fala-se dos simpáticos “modelitos”).

E “teorias”?

Dentro da mesma lógica, a da filosofia pragmática da linguagem, e para distinguir de “modelo”, é preciso falar de “teoria”. “Teoria” faz parte de outra família de palavras e ocorre em **outro jogo de linguagem**, o da “contemplação”, com valor em si. Não se trata de divagação, pois a contemplação é do mundo, da realidade, e é praticada segundo regras da comunidade científica da área. Aí, ela é feita de forma aberta e com coragem crítica contra a prática corrente e a própria “contemplação” anterior. O jogo é praticado como “contemplação de natureza”, que produz teorias explicativas do que se tem diante de si, e como “contemplação de razões”, que produz teorias justificativas.

Bem entendido o termo, prefiro “contemplação” pela etimologia de “teoria”, que pode marcar seu caráter **ativo**. Na Grécia antiga, até o século V a.C., *theoría* era a ação correspondente a *theorein*, observar, contemplar sem participação (Péricles ia a Olímpia “*theorein*” os jogos). Ao sentido físico agregou-se o metafórico (atividade intelectual) que veio a prevalecer, por força da “Arte retórica”, cultivada como disciplina. Assim, Platão (424-348 a.C.) e em seguida Aristóteles (384-322 a.C.) deram à *theoría* um sentido especializado: a ação intelectual capaz de produzir certas formas de saber (*sophía*, *epistême* e *nous*) diferentes daquelas produzidas por práticas (caso da *phrónesis* e da *techné*). Permanecia, no entanto, o sentido de exercício disciplinado da mente, distinto dos “saberes-de-produto”.

Aliás, contra uma tradição racionalista de alienação do pensamento, e resgatando o sentido ativo de teoria, diz Michel Foucault: “a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática: *ela é* uma prática” (*Microfísica do poder*, 1979, p. 71, grifo meu).

Então, embora eu prefira a teoria-elaboração contemplativa, devo dizer que, rigorosamente, há variadas **práticas teóricas**, de qualidade sempre discutível à luz de suas raízes culturais, sendo **menos relevante** falar das peças discursivas resultantes do teorizar. Ali se **trocam relações teóricas** para construir convicções e inspirar novas práticas.

Um sentido fraco de “teoria”, ainda que presente em meios acadêmicos, seria o entendimento **formal** do termo **como recurso de análise** (como quem montasse uma demonstração matemática capaz de produzir corolários) em que **o foco é na estruturação subsequente de um “texto-produto-utilidade”**. Daí resulta um uso funcional da teoria na pesquisa acadêmica. É **outra** ação de linguagem, nada de contemplação! O que seria isso, de fato?

Tratar teoria dessa forma faz parte do *theory building*, uma ocupação da academia, essencial a sua constituição disciplinar e editorialmente fecunda. O *theory building* leva a uma arquitetura conceitual com justificativa na sua própria lógica interna, muitas vezes deslocada dos (ou sem apoio suficiente nos) contextos históricos mais relevantes da filosofia, da sociologia, da economia e da política. Um artefato conceitual “solto no ar”.

“Teoria”, então, passa a ser entendida como “instrumento conceitual **para**”, e acabamos realmente na sua **identificação com modelo**. Passamos a falar de “**modelos teóricos**”. São modelos, não teoria. (Sintaticamente, o substantivo é “modelos”, adjetivado por “teóricos”). Aliás, esta era exatamente a ideia de Robert Dubin (*Theory development*, 1978), pioneiro desta concepção formal de teoria. Assim, não saímos da epistemologia da *técnica*, a do como fazer.

Como veem, eu insisto em praticar teoria. Pelo menos para ver com mais liberdade a corrida aos modelos, sem entendê-los...

8. Ver para crer ou crer para ver?

Crer para ver, sem dúvida! Nossas crenças são os nossos olhos: condicionam o que vemos e o que, mesmo óbvio, não vemos. São Tomé, que condicionou sua crença à comprovação física de Jesus ressuscitado dos mortos, segundo os Atos dos Apóstolos, **que** me perdoe. Porque existem, na estrutura e no significado da ação humana, **crenças subliminares** que tendem a dirigi-la (ou bloqueá-la). Quando atingidas, a ação racional entra em crise e tende a promover alguma harmonização na instância do eu consciente.

(Esclarecimento prévio, talvez desnecessário: “crer”, como entendo aqui, não se refere a crença religiosa ou profissão social de um credo, embora isso não lhe seja totalmente alheio.)

“Crer em”. Digo “**crer em**” – não apenas “crer”, pois a crença não é um ato subjetivo, ainda que interno ao crente, mas objetivado – é tomar inteiramente por referência alguém ou algo fora de si. Quem crê “em” toma uma direção, volta-se intencionalmente para, como se lhe perguntassem: “para agir decididamente assim, em que, provavelmente, você acredita?”. Não é algo relativo à cognição nem à simples volição (conceitos da psicologia empírica), mas ao que move silenciosamente a ação **humana**, excluindo, assim, o instinto, a marca do passado e os impulsos psíquicos que fogem ao controle consciente. E implica **admissão**, ainda que só praticamente demonstrada, de uma formulação verbal.

A crença faz parte do que Edmund Husserl⁶ chama de “mundo-da-vida”, e também de “razão oculta”, essa camada de **saberes subjacentes** à prática consciente ordinária. Como

⁶ HUSSERL, Edmund. *The crisis of European Sciences and transcendental phenomenology: an introduction to phenomenological philosophy*. Evanston: Northwestern University Press, 1956.

diz Habermas,⁷ que seguiu Husserl, são as nossas **expectativas de normalidade**. E continua: “essa camada de saber elíptico e sempre pressuposto só pode ser retirada do modo inacessível ou do fundo inquestionável onde se encontra, e transformada em tema, através de esforço metódico e, mesmo assim, pedaço por pedaço” (1990, p. 91).

Levanto aqui este tema ousado porque me parece essencial à formação da competência crítica de quem faz pós-graduação. É preciso reconhecer com clareza os pressupostos e limites de nossa prática real do conhecimento científico. Quanto mais tomarmos consciência crítica de nossas crenças – a filosofia e a sociologia nos ajudarão – mais poderemos superar o formalismo, sermos criativos na metodologia e, honestamente, abandonarmos a prática viciosa que considera usar o arsenal dos algoritmos para produção de textos “em escala competitiva”.

“**Ver para crer**” é o que diz o paradigma dominante da ciência empírica. A base do chamado “método científico” é a observação cuidadosa do mundo externo: alguém **primeiro ver**, ver bem, testar, verificar, e só depois afirmar, mesmo assim sob restrição, pois ainda não viu o que ainda não lhe aconteceu (diz-se que se “acredita” serem as coisas daquela forma). Do ponto de vista do processo metodológico, o “**crer para ver**” não invalida o “**ver para crer**”. Mas torna essencial recriar o lugar da empiria (a experiência como instância epistemológica) nas ciências sociais, em nossa pesquisa.

E, a propósito, sabe qual é a crença mais difícil de se reconhecer como crença? **A crença no método!** Pensa-se que o método é o critério maior da certeza. E não é. O método, como a própria racionalidade, que viesse a ser usado para demonstrar a própria validade última, estaria simplesmente incorrendo em raciocínio tautológico (justificando-se com os próprios termos), um erro elementar de lógica. Todo pesquisador crê no seu pró-

⁷ HABERMAS, Jürgen. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

prio método, e lhe é difícil admitir que aquela é, afinal, apenas uma maneira de trabalhar.

Não nos iludamos, pois, com o nosso (ou alheio) processo racional na prática da pesquisa. Ele corre sobre crenças profundas – em capítulos subsequentes falarei delas. Está apenas na superfície. Como assim?

Naquele processo, tudo é objetivado: **você está jogando o jogo metodológico formal de sua pesquisa**. Ali, mesmo que outros conheçam suas crenças de pesquisador, a regra é que o jogo seja todo jogado no nível social da comunicação argumentada, **tudo explícito e justificado**. Avaliadores de seu trabalho também olharão a dimensão racional, a lógica e a consistência do seu texto. Eventualmente, crenças afloram à superfície da linguagem e se expõem, dolorosamente, “escorregões” ideológicos ou desalinhamento de intenções naquela peça. Se este for o seu caso, um bom avaliador reprovará você, que não entendeu o jogo, o jogo da ciência. E sabe por que esse jogo é válido? Porque esta é a única maneira de viabilizar o diálogo entre pesquisadores e a construção coletiva do saber científico: **distingui-lo rigorosamente** das crenças pessoais subliminares!

Como, então, você pode deduzir, o **pluralismo** está na essência de uma ciência social viável! Não é porque a racionalidade é o valor metodológico maior e absoluto. É justamente porque ela é limitada pela existência irremovível da crença. A construção social do saber possível exige o pluralismo, ou seja, o reconhecimento ilimitado do direito argumentativo do outro que, em princípio, pode estar tão certo quanto você.

É curioso observar que, mesmo treinados e praticantes de um conhecimento objetivo, uma linguagem rigorosa e racional, muitos acadêmicos – aliás, os melhores – são pessoas que se dedicam quase apaixonadamente ao que fazem. Não há proporção entre sua retribuição financeira e a competência que acumulam, ou a agenda cheia que sempre têm. Aproximam-se do voluntariado. Na área de ciências sociais e humanas, alguns transformam suas convicções teóricas em atitudes e crenças pessoais;

tanto que muitas vezes chegam a construir, ou restringir, seu relacionamento próximo sob o critério daquelas convicções. Isso tudo não mostraria a marca forte de uma crença subjacente à sua ação?

Enfim, uma última observação: alto nível de sinceridade de propósitos e honestidade intelectual são essenciais a um programa de pós-graduação. Porque o estudante tende a acreditar que, apesar dos defeitos merecedores de crítica, aquilo tudo tem um sentido cultural e profissional superior – e é verdade; tende a crer na carreira acadêmica – e está certo; tende a crer na ciência – e ela merece. O que sobrará, na dureza do trabalho acadêmico, se lhe forem abaladas tais crenças?

9. “Você pode divergir quanto à interpretação do fato, mas não quanto ao fato em si.”

Observe as seguintes proposições:

(i) “Foi constatada uma inflamação neste tecido. E foi constatada *in vitro* e *in vivo* uma redução dela com a administração de certa dose de ibuprofeno (ou de fenoximetanosulfonilida, para ficar mais bonito...). Você pode divergir quanto à causa da inflamação e até quanto ao tipo de vínculo entre o fármaco e a redução da inflamação neste caso, mas não quanto aos dois fatos (a inflamação do tecido e a redução da inflamação), constatados por meios seguros e métodos científicos.”

(ii) “Fato é uma coisa, interpretação é outra. Certo ou errado, completo ou incompleto, o resultado deste exame de laboratório é este aqui. Cada médico interpretará conforme suas convicções, experiências e outros fatos do caso. Mas aqui estão fatos observados.”

(iii) “Enquanto se discute um fato, ainda não temos ali um fato, e a ciência pode acabar com essa discussão.”

(iv) “Há hipóteses e teorias alternativas, mas não propriamente fatos alternativos.”

Não venha me dizer, caro leitor, que você não concorda com isso tudo...

Meus Deus! Quanta fé em “fatos”! E quanta confusão sobre o que se opera na **constatação** (a inflamação, a redução, a reação no laboratório, proposições *i* e *ii*), uma forma de gerar significado! Quanta confusão sobre o que decorre desta constatação para sua interpretação: **nova significação** (diagnóstico que o médico, por fim, lhe deu)! E quanta arbitrariedade na atribuição de interpretação única e definitiva

a certa constatação (proposições *iii* e *iv*), gerando **mais uma nova** significação factual (o “fato-verdade”, aliás um mito...)!

Assim como uma palavra fora de qualquer sentença, ainda que subentendida, não faz sentido (por exemplo, eu chegar aqui e, “do nada”, dizer apenas: “casa”, todos ficariam “no ar”), assim ocorre com o que chamamos “fato”. Não é possível ter “fato” sem atribuição de significado, ou seja, o fato só “se apresenta” a nós por um significado atribuído. E a questão está toda nessa atribuição, um enunciado com contexto semântico (da simples linguagem verbal à codificada da programação de máquinas) e pragmático (um ato de fala de alguém para alguém).

Como se vê, a “factualidade” do fato não resiste à análise demonstrativa. O que faz o fato parecer-nos tão naturalmente “um fato, e pronto” é um significado extrínseco, **criado e atribuído por prática cultural**. Não é originário, “natural”. Uma constatação em exame laboratorial não é nada para quem não souber previamente qualquer coisa a respeito. Ou não saberá dizer nada a respeito, ou “verá” ali algo de que já tem experiência identificadora prévia, ou sequer notará uma presença. Parodiando Wittgenstein, que se referia à impossibilidade de pensamento antes de qualquer linguagem, pergunto: que eram os fatos ANTES de alguém lhes dar um significado, qualquer que seja?

Amigos, não se pode excluir a linguagem significante da construção “factual” da realidade!

Continuemos, porém.

Certa vez, ao discutir o assunto com um colega, uns vinte anos atrás, ele argumentava contra mim, defendendo a “existência indiscutível” do fato, apenas fato, o “fato em si”.

“Se eu tiver ido à sua casa ontem – disse-me ele – e hoje nos encontrarmos, e eu lhe mostrar uma foto nossa, lá, você não poderá dizer que isso é um fato ‘já revestido de interpretação’. Há fatos simples e incontestáveis.” E completou: *“O relógio acaba de bater dez horas, eis um fato”* (era um daqueles relógios antigos).

Realmente, hoje estamos cercados de registros e dados por todos os lados. Mas um deles “por si” (um número, por

exemplo) não seria nada. A fonte do dado, o título da tabela ou a estrutura de um cadastro “frio” dão significado semântico ao registro ali feito, tornam-no “fato significativo” (na verdade, um pleonasma). E quando eu leio o tal registro, quem registrou “fala” novamente aquilo a mim, e gera-se um significado pragmático. É impossível **referir-me** a um fato sem um contexto qualquer, semântico e pragmático, que lhe dê significado. Não há “fato em si”. E a certeza absoluta que se pretende dar a um fato significativo é mito, não tem privilégio sobre qualquer outra predicação.

Voltemos lá ao diálogo com meu amigo.

– *Sim, estive ontem na sua casa. E daí? O que você está querendo dizer ao mostrar-me esta foto agora? Eu lhe disse que não estive lá? Você quer comentar algo de minha visita ontem? Por que você começa sua conversa falando de ontem, com esta foto?*

E continuei:

– *Se eu só disser a alguém: “o relógio deu dez horas!”, essa pessoa, para dar sentido ao que acabo de lhe dizer, imediatamente vai sondar minha entoação de voz ou o contexto do que está acontecendo, ou o que estamos naquele momento esperando – a que se relacionaria a menção à hora do momento. Se não encontrar sentido algum, a pessoa para e olha para mim, esperando que eu continue, para poder entender. E se eu insistir, dizendo apenas a mesma frase (“o relógio deu dez horas!”), ela dará ao meu ato de fala algum sentido, do tipo: “este cara está meio perturbado, dizendo coisas sem sentido”. Ou: “está querendo brincar comigo!”.*

Ele riu, mas parece que não entendeu, quando disse:

– *Estou me referindo ao fato em si da sua visita de ontem.*

Para não perder o amigo, eu parei ali. Nem comentei que “fato em si **da** visita de ontem” soava esquisito.

Como professores dificilmente aceitam lições de colegas, fiquei sem lhe dizer que ele, “seccionando” algo de um contexto passado, apenas acabara de criar uma entidade de análise (“o fato da visita”) e, por tê-lo usado de forma significativa nesta sua última frase, criou **um novo fato**, agora argumentativo (contra

a minha posição). Fora disso, sobraria apenas um vazio artifício de linguagem chamado “fato em si”. Parei ali, sim, mas imagine o mal-estar se eu, ainda por cima lhe tivesse dito: “Meu caro, rigorosamente falando, ou seja, como afirmação **com pretensões de realidade**, este seu ‘fato em si’ é *nonsense* (expressão sem sentido)”.

P.S. Você acha que eu brinquei de sofisma neste texto? Não brinquei. Expressei minha convicção sobre o que a filosofia da linguagem, na segunda metade do século XX, trouxe à epistemologia tradicional e moderna. (E se quiser deliciar-se com algumas “ciladas” e paradoxos da linguagem, dê uma olhada em: Gilbert RYLE. *Dilemas*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.)

E no fundo intencional do que escrevi, não falei de “fato”, falei de **totalitarismo epistemológico!** (Deixo isso no ar...)

10. “Isso é fato estatístico!”

Respeite os fatos estatísticos porque são coisa objetiva (ou seja, qualquer um pode conferir como foram produzidos) e útil. Mas faça deles a ideia correta, porque circula por aí uma concepção fetichista: por força própria desvendariam os mistérios da realidade! Você já os olhou de perto? Atente à sua **convencionalidade**. E no fim você dará mais valor ao trabalho estatístico – o seu e o dos outros.

Alguns exemplos bem elementares.

Primeiro exemplo: o IBGE “levanta” (na verdade, produz) dados sobre gênero e sobre desemprego no Brasil. Contudo, vejam:

- (1) “gênero” – não é hoje um “fato” em plena discussão? Quantos e quais devem ser propostos ao respondente? Se você só lhe dá duas opções, algo vai se perder;
- (2) “desempregado” **precisa** de definição prescritiva pelo IBGE: “procurando emprego” ou apenas “disponível para emprego”?

Então não é um fato absoluto e inequívoco que há X pessoas de tal gênero ou X “desempregadas”. Assim são elas **consideradas**.

Todas as pesquisas científicas que produzem estatísticas passam pela definição de categorias e “construtos” (conceitos objetivados) antes de as informações serem identificadas como “dados primários”. Que fique claro: **o fato**, no tratamento científico, só surge “categorizado”, **identificado** por uma categoria de casos similares, por um conceito, e é ilusório pensar que preexiste a ela – antes de ser pensado segundo esta categoria, o “fato” tinha outra denominação, talvez de senso comum. E aquela categoria é definida por alguém credenciado socialmente

(algum título, algum cargo). Note bem, tal definidor tem seus critérios, teria **alternativas**, e por isso é que alguns pesquisadores “levantam” **dados** diferentes dos de outros, chegando a conclusões diferentes.

Segundo exemplo. Um estudo do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgado em abril de 2017, sobre alunos de 15 anos em 72 países, afirmou **um fato**: que os **estudantes** brasileiros (44%) se sentem mais felizes (“muito satisfeito com a vida”) que os da Coreia do Sul e Hong Kong (20%). Você pode até estranhar a presença, aí, de um “fato” (como entendido no uso comum), inclusive porque a mesma pesquisa diz que 80,8% dos estudantes brasileiros se sentem ansiosos, mesmo fora de provas. Mas fatos gozam do pressuposto da credibilidade, e você segue adiante...

Como qualquer estudo, acadêmico ou não, de nível científico, o PISA define o que entende pelos termos que usa (por exemplo, o “bem-estar dos alunos”, objeto da pesquisa, “se refere ao estado psicológico, cognitivo, social e físico e às capacidades que o estudante precisa para viver uma vida feliz e com realizações”).

Vejam então, aí, a convencionalidade: (a) é preciso o PISA dizer em que sentido usará o termo “bem-estar”, pois poderia ter outros significados (definições); (b) pergunta-se: em que pensava o aluno no dia e na hora em que se disse “muito satisfeito com a vida”?; (c) a “satisfação com a vida”, no entendimento médio do brasileiro significa o mesmo que “satisfação com a vida” no contexto cultural do coreano?

O que, mais, se vê nestes exemplos? Uma técnica **consistente** de observações (entrevistas, no caso do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), com 540.000 jovens, e no caso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com os indivíduos das casas visitadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e escalas numéricas). Trata-se de **artefatos lógicos** que permitem uma engenhosa “redução”

da variedade dos casos singulares à sua ocorrência – esta sim – **computada** por “categorias de variedade” e diferenciada dentro de certa escala.

Note-se que a qualidade forte é a **consistência lógica do discurso**. A correspondência intrínseca da linguagem a seu referido, uma realidade (por exemplo, como se sentem aqueles estudantes brasileiros e coreanos perante suas vidas individuais) não pode ser atingida. É razoável que seja pressuposta (hipótese sustentável), e isso é **suficiente para orientar nossas ações**, no caso, a formulação de políticas educacionais.

A propósito, pensa-se comumente que **o número** (14% de desempregados) representa **um fato**, “é aquilo e pronto”. A clareza (“certeza”) do número não é do que ele representa, é da distinção dos “pontos” na escala a que pertence. O que vem a ser um número? Originalmente, **uma criação humana** para resolver o problema prático da contagem (Bento de Jesus Caraça, *Conceitos fundamentais da Matemática*, Lisboa, 1970). A contagem começou pelos dez dedos da mão (donde o sistema decimal), derivando-se daí inúmeras variações **por imaginação lógica** – a criação do zero não tem 2.000 anos. O artefato número não garante o que se diz (também se mente – e até melhor – com números), porque a solidez da afirmação não está no número, mas no argumento.

As relações de diferença (numérica) **entre** variáveis estatísticas de parâmetros compatíveis são atributivamente muito mais seguras do que as pretendidas inferências denexo causal entre elas. Só perante o senso comum a correlação (quando “A” acontece, “B” também) se disfarça de causalidade. Distraia-se agora um pouco com estas “correlações espúrias”: <http://www.tylervigen.com/spurious-correlations>.

Um último exemplo: você, em uma pesquisa social com questionário, faz uma pergunta “X” de escolha única (de “sim” ou “não”, por exemplo) a 10 pessoas: 3, dizem “sim”; 7, dizem “não”. Você conclui: é um fato objetivo e incontestado que a maioria pensa “não” sobre “X”. O que há aí de incontestado? Apenas

que entre 10, 7 é maioria, o que é uma certeza lógica e relativa aos próprios termos (os valores em uma escala numérica e o significado de “maioria/minoria”), algo de ordem lógica e relativo à semântica da linguagem. Daí para a frente, resta-nos a certeza **prática** das probabilidades de ocorrência – se aquelas 10 forem uma boa amostra – quando você for aplicar esta relação (7/10) a outros casos. E quanto ao “X”? O “X” foi escolhido e formulado **por você**, ora. Você deu um sentido à cena da entrevista. Você não “descobriu” ali um **fato estatístico significativo**. **Você o criou** na hora que perguntou. As pesquisas em diálogo aberto estão menos sujeitas à ilusão do “fato”.

Sim, a convencionalidade dos fatos não é tudo. Mas costuma ser escamoteada.

E a cientificidade? A cientificidade dos fatos estatísticos **não está** no fato de que representam estritamente o que se passa (a “realidade”) – entre outras razões por serem convencionalizados – **mas**,

- (a) na consistência com que são definidos e “levantados”;
- (b) no uso correto das escalas de grandeza com que se comparam situações ou pessoas diferentes, que podem ocorrer sob diversas maneiras e “ritmos”; e
- (c) na forma linguística aberta ao contraditório, ou seja, poderem gerar uma resposta “inesperada”, divergente (a lógica popperiana da negação).

Os fatos científicos são uma linguagem criticamente **bem construída**. O estudo científico não é algo mágico, repito, mas a melhor maneira de fundamentar nossas decisões de investimento, de impacto sobre outras pessoas, de políticas públicas de saúde etc.

Faz quatro séculos que o mito do **fato-critério-final** domina o senso comum da ciência e da cultura ocidental. Mas a história tem o poder de puxar o tapete do presente mais inabalável. O significado epistemológico de “fato”, ou seja, dentro

de um contexto de investigação ou teoria do conhecimento é **uma construção conceitual da cultura ocidental** (que gosta dessas coisas). E só ficou bem claro com a afirmação forte do empirismo, há quatro séculos. Quer saber mais sobre isso? Veja: WOOTTON, D. *The invention of science. A new history of scientific revolution*. Harper Collins: NY, 2015.

11. “Contra fato não há argumento”

Isto costuma ser dito como a encerrar uma discussão. Ou seja, o senso comum – não confundir com “bom senso” – considera que não há contra-argumento à “prova dos fatos”. Mas a análise metodológica, o que diria disso?

Os dois últimos capítulos procuraram, primeiro, desmitificar a solidez do “fato em si” e, depois, circunscrever o tipo de certeza ou segurança dos fatos estatísticos, que são coleções de observação, intencionalmente planejadas e bem construídas, os “dados”, usando as qualidades lógicas do número e do cálculo. O objetivo era, então, mostrar que os fatos se reduzem ao significado interpretativo que se lhes dá. Não falei, porém, desta espécie de **força** do fato que faz alguém dizer “contra fato não há argumento”. O que é isso?

É a **evidência**. A evidência dos fatos? Não!

Começemos pela metáfora envolvida no termo, a de visão clara. Ela própria nos ajudará. Como, pergunto, pessoas com visão sadia podem não concordar, ou agir de forma diversa, vendo uma ocorrência qualquer de urgência, na rua, por exemplo? Não considerado o comportamento gregário, cada uma poderá referir-se a isso de forma diferente, pois o significado do que é visto por elas só se completa em cada uma. A evidência do que está acontecendo também varia, algumas duvidarão do que veem. A evidência não é uma qualidade do fato, mas um estado de quem se envolve com ele.

Então vejam: a evidência não encerra uma discussão. Antes, **inicia-a**. Discutem-se evidências, cada pessoa trazendo sua “visão clara” sobre situações ocorrentes ou ideias. Isso joga, para o nível subjetivo, esse elemento sensível da convicção, a evidência, e abre, no nível social das trocas argumentativas, o palco do consenso e do dissenso, em que se dá a objetividade.

No mundo da ciência e da técnica, uma evidência argumentativa é produzida quando se mostra **uma relação supostamente segura** entre um evento, uma situação, uma opinião etc. e **um sistema ou contexto de que podem fazer parte**. Assim, produz-se evidência em juízo, em relação a um sistema jurídico; em um laboratório de química, em relação aos princípios básicos da química; em um estudo de caso em administração, em relação ao contexto decisório e seus parâmetros; em uma demonstração matemática, em relação a um sistema de equações ou axiomas; em um consultório médico, em relação ao sistema orgânico e a estratégia clínica; em determinada análise econômica, em relação ao modelo macro ou micro econômico; em uma oficina mecânica, em relação ao sistema físico e mecânico do caso; na interpretação de uma situação social, em relação à(s) teoria(s) pertinente(s); em um seminário sobre, por exemplo, o conceito de mais-valia, em relação ao sistema teórico de Marx. E assim por diante.

Acima, eu disse:

(a) “sistema ou contexto de que **podem** fazer parte”, porque a discussão argumentativa visa justamente passar do “podem” para o **fazem** parte (asserção mostrada sustentável). Até lá, tem-se conjecturas, hipóteses, opiniões em discussão, e durante esta, evidências se constroem e se destroem, como aliás sempre aconteceu em ciência, ao longo de séculos;

(b) “uma **relação** segura entre...”, ou seja, a evidência é de ordem **lógica**. Como disse Wittgenstein: “Tudo que é descritivo num jogo de linguagem é do domínio da lógica” (*Da Certeza*, parágrafo 56).

Portanto,

(a) não há “a evidência dos fatos”. Fora da pura coloquialidade, tal coisa não tem sentido (sustentável). Porque, repito, fatos não “falam” por si e porque a evidência só

acontece quando algo se mostra coerente com o sistema ou contexto de que faz parte;
(b) o foco de interesse se desloca da evidência para a **argumentação** que a sustenta ou desconstrói.

Isso nos remete de volta ao contexto posto em “contra fato não há argumento”. Este dito tem um contexto pragmático mais profundamente enraizado **em nosso dia a dia argumentativo**: das hierarquias e dos *tópoi*, que são lugares argumentativos pressupostos ou implícitos nas evidências aceitas, as quais, de fato, neles se apoiam – como o analisaram Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (*Tratado da argumentação. A nova retórica*, 1999, p. 75-105) –, prolongando uma longa tradição que remonta à filosofia clássica. São exemplos das hierarquias e dos *tópoi*: a superioridade dos homens sobre os animais; dos deuses sobre os homens; dos valores humanos sobre os valores das coisas; a quantidade maior de algo sobre a menor; o fim sobre o meio (o qual, porém, na ordem prática, vem primeiro e tudo condiciona); o duradouro é preferível ao transitório; o todo é melhor que a parte; o que é admitido por mais pessoas, ou é habitual, é melhor que o contrário; o único (raro) vale mais que o comum, etc., etc.

Pois bem, segundo os mesmos autores, “fatos” e “verdades” (os próprios!) são lugares-comuns (expressão de Aristóteles) em torno dos quais as pessoas procuram acordo, **como quando** alguém diz: “contra fato não há argumento”. E, assim, o caminho percorrido neste texto nos trouxe de volta, talvez mais esclarecidos, ao seu título.

(Realmente, conhecimento criterioso – base de toda pesquisa – dá trabalho, meus amigos...)

12. O fato, o Direito e a identificação da realidade social

A cultura positivista que ainda domina as ciências sociais e sua metodologia de trabalho tem laços profundos com poderosas instituições de esteio da civilização ocidental, como é o caso do Direito. E a interalimentação entre Direito e cultura positivista é feita pela concepção de “fato”. A associação é entre “fato” e “a-realidade-que-vale” (para o universo jurídico). Quanto mais vezes as instituições e os argumentos jurídicos circulam na sociedade referindo-se a “fatos” – tratados pelo lado da “materialidade”, ou seja, sua quase tangibilidade objetivamente inegável – mais se enraíza, na aceitação argumentativa do senso comum, a ideia de fato individual, bem identificável no tempo e no espaço. Aí se encontraria a “realidade inegável”.

Convencido de que as discussões epistemológicas não são imunes ao senso comum, mesmo o qualificado, em que “fatos são fatos”, quero aqui partir do lugar do “fato” no Direito para apontar mais uma possível insuficiência ou restrição do conceito fato-realidade, quando se quer entender melhor o que acontece. Minha intenção é mostrar que a **identificação** da realidade social exige mais. Ela seria impermeável (ou ficaria truncada) a olhos que só veem fatos – com todo respeito que merece a concepção de Durkheim e de toda a sociologia positivista.

Quando Montesquieu publicou, em meados do século XVIII, *O espírito das leis*, influente fonte doutrinária da política moderna do Ocidente, não podia imaginar que neste Brasil longínquo, adentrado ao século XXI e imerso em crise política, estivesse de volta a quase antinomia jurídica entre finalidade da administração social da justiça e positividade da lei. Em 2017, na onda das discussões suscitadas pelos processos da Operação Lava Jato, então forte, o STF se viu dividido e oscilante entre

salvar a eficácia do sistema penal contra a corrupção e refugiar-se nos limites textuais da lei, este fiel de balança que equilibra vontades e opiniões divergentes.

Vejam vocês até onde vai a coisa do “fato”. A discussão se dava em torno da figura do “**ato de ofício indeterminado**” (ou “potencial”), indispensável, segundo alguns, para a caracterização penal da corrupção. Incorreria em crime de corrupção passiva – pergunta-se – o agente público que de alguma forma passa à condição de beneficiário do favor de agentes privados? Nas circunstâncias do fato registrado pela autoridade policial, não havia o “toma lá dá cá”; não foi exercido qualquer ato de ofício do cargo público (fato), mas o denunciado foi declarado réu e seria julgado com base no parágrafo 1º, artigo 317 do Código Penal ou no seu artigo 333. A letra da lei, que supõe fatos, não o alcançaria, mas sim o “ato de ofício indeterminado”, caracterizado pelo juiz Sérgio Moro, em palestra na Universidade Harvard em 16 de março de 2018, quando citou Don Corleone, de O poderoso chefão: “Não quero nada agora, mas um dia, talvez um dia, eu vá te pedir algo e então precisarei que você retorne o favor”.

Um “ato de ofício indeterminado” soa semanticamente estranho. Onde ele começa e onde termina? Como pode ser apontada culpa por algo “indeterminado”? A hermenêutica dos termos da lei, acrobática que seja, precisaria ser capaz de evidenciar uma relação entre fatos e termos caracterizadores do crime. (Porque a literalidade sempre andou de mãos dadas com os fatos.) Caso contrário, abrir-se-ia uma fenda no sistema, por onde ficaria difícil conter o poder arbitrário.

E aqui começam a aparecer os “culpados” pelo embaraço: **os fatos**.

Ora, a realidade não é “feita” apenas de **fatos**. No mundo da vida, pode-se falar de **estados**. “Fato” é um recorte no tempo, em cuja caracterização interfere a cultura. De um ponto de vista explicativo, **os estados de coisas** têm muito mais poder causal que os fatos, laboriosamente costurados pelo conceito

de causalidade. Os estados de coisas são contextos de referência, tecidos por toda informação segura e disponível, inclusive pela ciência. Tanto assim que provas factuais são revistas por tribunais de apelação, diante de novos contextos interpretativos. Mas, apesar de serem a fonte da causalidade, eles acabam reduzidos à factualidade. Dito de outra forma, a **positividade** do fato pode diluir-se diante das circunstâncias, enquanto a **objetividade** do discurso argumentativo (acusatório ou defensor), esta sim, mantém-se como elemento permanente e unânime no contraditório. Assim, o estabelecimento de uma relação promíscua entre **este** agente público e **este** interesse privado, por exemplo, é um estado de coisas real, tratável como causa ativa. Não é um “conjunto de circunstâncias” cuja soma vale como prova.

Então, os “fatos” não podem entrar na questão como critério epistemológico, não há neles consistência como garantidores de verdade. Os fatos, devidamente identificados e suficientes para a **afirmação social** da culpa, são **um recurso argumentativo** do discurso objetivo, só isso. O que pode “a verdade” dos fatos exigir mais que isso? Já que a culpa subjetiva, afinal, só diz respeito à ética, não interessa ao direito, a ele cabe definir, para efeito **da ordem social**, quem deve ser tratado como culpado ou inocente.

Que o ato responsável (criminalmente responsabilizável) não se caracteriza apenas pelo fato materialmente identificável parece muito natural a outras áreas do saber, à sociologia e à própria filosofia moral. As pessoas sempre agem em perspectiva. Agem estrategicamente, frequentemente seus atos (presentes) se definem por um cálculo de retorno futuro. As ciências sociais hoje têm consenso sobre isso. Como, então, excluir liminarmente do ato socialmente responsabilizável a perspectiva e o cálculo estratégico? Como limitar o conhecimento ao fato?

E encerro: alguém imaginaria o juiz Sérgio Moro apoiando a justificação de sua sentença contra corruptos, não na materialidade de fatos individuais, mas no conceito bourdieusiano de *habitus*, que esclareceria, daria unidade e força a toda a in-

investigação factual apresentada pela polícia? Por coisas assim é que ainda se mantém o “nunca provaram nada”. Paciência... O Direito é um corpus doutrinário autárquico.

13. Foucault e o “chão epistemológico”

No primeiro parágrafo do prefácio de *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*, Michel Foucault (1926-1984) transcreve de Jorge Luís Borges uma citação deste a “certa enciclopédia chinesa”, e nesta está escrito que: “os animais se dividem em: (a) pertencentes ao imperador; (b) embalsamados; (c) domesticados; (d) leitões; (e) sereias; (f) fabulosos; (g) cães em liberdade; (h) incluídos na presente classificação; (i) que se agitam como loucos; (j) inumeráveis; (k) desenhados com um pincel muito fino, de pele de camelo; (l) et cetera; (m) que acabam de quebrar a bilha; (n) que de longe parecem moscas”.

Mas não é um texto hilário... E vale perguntar: por que nos vem o riso ao lê-lo?

Foucault conclui: “No deslumbramento dessa taxionomia, o que de súbito atingimos [...] é o encanto exótico de outro pensamento, é o limite do nosso: a impossibilidade patente de pensar isso”.

É do autor o conceito de “chão epistemológico”. Todos temos um piso, um solo a partir do qual pensamos e fora do qual não poderíamos entender bem algum outro, uma ordem epistemológica subjacente ao discurso (tratamento analítico de um assunto). Não estou falando da “incomensurabilidade dos paradigmas” (um não pode ser usado para “medir” outro), discutida por Thomas Kuhn. O “chão” não aparece, a não ser sob forma de análise. Foucault chama isso a *epistême* de cada cultura realmente distinta, e que os indivíduos portam em sua linguagem.

Em *Crítica da razão pura*, Kant (1724-1804), e com ele boa parte da tradição filosófica alemã, colocou isso **na metafísica**, com a ideia de princípios “transcendentais”. (“Transcendentais”, porque apenas podemos nos dar conta de que os abraçamos, não podemos pensar sem já estarmos a usá-los.)

Foucault, porém, coloca isso **na história** – sem retorno – das culturas, socialmente situadas. Analisando outros, não podemos deixar de fazê-lo com o nosso próprio momento cultural, mesmo usando todos os elementos disponíveis de reconstituição histórica. Culto historiador da cultura, ele praticou e sistematizou como método a “arqueologia do saber” e nos surpreende ao mostrar, por exemplo, que “*a produção*” e “*o homem*”, como os entendemos hoje, **não existiam** antes do fim do século XVIII. Não temos como afirmar que “já existiam, só que com outros termos”, pois os contextos de compreensão e de formação dos significados são únicos, históricos, evoluem, se formam e, mais adiante, mesmo permanecendo os termos, já serão outros. Só imperfeitamente (sob a forma de análise) são resgatados.

O pensamento original de Walter Benjamin (*O trabalho de arte na era da reprodução mecânica*, 1936; *Teses sobre a Filosofia da História*, 1940) também era esse. O presente tem sempre uma narrativa para o passado, e precisa tê-la para orientar-se – afastada, porém, sua ilusão de já reconhecer-se lá, prenunciado, e agora comprovado, em sua condição de verdade definitiva (um “fim da história” tem sido periodicamente anunciado – perdoe-me Yoshihiro Fukuyama).

Para o melhor ou para o pior, o nosso chão epistemológico, a nossa *epistême*, tende a ser hoje a ciência empírica e a tecnologia (quase sempre associadas). Vivemos imersos em ciência e tecnologia, nossas práticas. Tanto que caberia apenas explicitar este fato, não o justificar. Elas se instalam como a linguagem universal, invadindo outras culturas. Nelas somos todos alfabetizados desde os primeiros anos de escola, e as tratamos como recurso último de sobrevivência coletiva, fonte das soluções econômicas, sociais e (até) pessoais!

Entretanto,

(1) com Foucault, Benjamin e muitos mais, e apesar de toda a literatura de ficção científica, a ciência formou-se historicamente e **é histórica, sim**. Ela não é o fim da histó-

ria. A característica mais permanente na prática das ciências da natureza e tecnológicas não é o teste empírico, é testar-se indefinidamente. E nas ciências sociais tem sido a capacidade de manter sob contestação os próprios critérios e a pesquisa dos pares.

(2) Não precisamos essencialmente da tecnologia nem para acertar, pois há outros meios, dependendo de escala, tempo e circunstâncias – nem para viver. E isso é precondição para podemos atribuir o valor justo ao saber tecnológico e à própria cultura de ciência.

E por que isso agora, no contexto dessas conversações *Sobre Método?* É para estimular, ao entrar-se na seara da epistemologia, a modéstia intelectual e a disposição de contestar, como tentaremos em vários outros capítulos, certos “solos epistemológicos” em que repousam nossas crenças inabaláveis e, especialmente, nossos métodos de pesquisa e formação de evidência.

14. “Pós-verdade”: novo paradigma, mal-entendido epistemológico ou modismo mesmo?

Chegou a “pós-verdade”! Foi mais ou menos como a chegada ao mercado de um novo bem de consumo, e aconteceu quando, em 2017, o *Oxford Dictionary*, como entidade legitimadora do “lançamento”, e com base em dados do Google, declarou a expressão como o verbete de 2016. O processo legitimador, contudo, indispensável a qualquer tipo de institucionalização, já começara há mais de uma década em outro mercado vicejante, o da editoração de neologismos acadêmicos (Ralph Keyes, *The post-truth era: dishonesty and deception in contemporary life*, 2004). Como todos sabem, a academia também tem modismos. Vamos ver quanto tempo este vai durar...

Quem vende a pós-verdade diz que ela é a indiferença à “verdade dos fatos”, situação produzida pelo dominante ambiente de mídia. A *The Economist* associou “pós-verdade” à “mentira com arte” e Kellyanne Conway, conselheira de Trump, falou de “fatos alternativos”. E, de repente, na evolução etimológica do termo, pós-verdade já parecia estar por trás das *fake news*.

Mesmo reconhecendo, como acima, a origem da coisa no mercado acadêmico, não consigo levar isso além do circuito imprensa-política. Mas o que me irrita, confesso, é quando vejo a afirmação da “pós-verdade” **como certa justificação teórica** daquilo que, de fato, é uma crise de referências.

Por que se tenta produzir essa justificativa? Para aproveitar-se dos ecos da “pós-modernidade” – coisa séria – das últimas décadas no século XX? Ou porque se acredita ser o ambiente frenético da mídia o novo paradigma civilizatório, acima de qualquer outro critério?

Vou primeiro ao mal-entendido (ou falácia) daquela justificação, para chegar, depois, a esse nervo exposto da crise cultural que a imprensa de massas revela.

À **procura do erro**, em toda a história da filosofia ocidental, tentando esclarecer o próprio senso comum de cada época, sempre se distinguiram dois problemas: (1) o que se diz do mundo corresponde mesmo à realidade? Procura-se erro de atribuição. É o problema ontológico da verdade. Aqui se situa a informação equivocada; (2) o que alguém diz a outrem corresponde mesmo ao que pensa? Procura-se o vício de intenção. É o problema moral da verdade. Aqui se situa a informação falseada.

Quanto ao problema 1, o século XX retirou de cena o pretensioso homem do iluminismo moderno, ainda dominante nos séculos XVIII e XIX, assim como o homem ingênuo dos anteriores, crente no que lhe diziam seus sentidos, mesmo ajudados e criticados por instrumentos. Não há como garantir que o nosso conhecimento, inclusive aquele sob teste controlado, é “o espelho da natureza” (título do antológico livro de Richard Rorty, de 1979). Ciência não é isso. Com “o fim das certezas” (título do livro de Ilya Prigogine, prêmio Nobel de Química, de 1996), para a razão humana não há porto seguro.

Não podemos ter muitas pretensões em relação a um estado cognitivo simples e absoluto. Friedrich Nietzsche (1844-1900) nos libertou desta ilusão. A propósito, leia-se dele esse texto curto e denso, tido como obra prima da literatura universal, *Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral*, de 1873. Aí restringe-se o autor, com justeza, ao sentido do “problema 1”, acima. Somos, antes de tudo, seres de imaginação.

Quanto ao problema 2, a expectativa natural das pessoas, de que parte Habermas em seu *Teoria do agir comunicativo* (2 v., Martins Fontes, 2012), é a de que o falante, aquele que dirige a palavra, tem o pressuposto da retidão do discurso alheio até que eventualmente se mostre sua intenção de uso estratégico do ou-

vinde. Percebido por este o desvio, desmorona-se a credibilidade e se rompe o sentido natural da comunicação humana.

Ora, a “pós-verdade” **mistura** estes dois sentidos, ou foge a essa distinção clássica (verdade ontológica e verdade moral).

Como? Joga-se com a suposição esdrúxula de que o pressuposto da verdade moral é a verdade ontológica. Aí está o ponto. Só as coisas como elas realmente são vinculariam a consciência moral. Como o século XX abalou nossas “antigas certezas”, deixando-nos à procura de novas referências (Boaventura de Sousa Santos, *Um discurso sobre as ciências*, Porto, 1987), ninguém estaria obrigado a dizer o que realmente pensa, porque, a rigor, nunca acertaria com a verdade. Eis aí...

Como, então, não tratar essa estória de “pós-verdade” como um modismo, uma bobagem?

E o que dizer do ambiente de mídia (inclusive “redes sociais”), entre a direção natural da comunicação humana, de que fala Habermas, e a perda da função legitimadora do jornalismo tradicional? Vou responder indiretamente e com uma historinha, para a qual peço sua tolerância e bom humor.

Circulou nas redes, pela mesma época do *boom* da pós-verdade, uma entrevista rápida, mas contundente, do ator Denzel Washington. Pediram-lhe, a propósito de falsa notícia de imprensa sobre ele, que falasse “disso tudo”.

– “*Se você não lê a notícia – respondeu – você é um desinformado. Se lê a notícia, fica mal-informado.*”

– “*E aí, como ficamos?*” – perguntaram.

– “*Hoje – analisou – vivemos em uma sociedade onde o que interessa é ser o primeiro a dizer, não a dizer a verdade. Porque há informação demais, ninguém se importa [...]. É dizer e vender*”. E deu o recado direto à repórter:

– “*A responsabilidade de vocês é dizer a verdade.*” Mas voltou ao assunto (referindo-se à nova habilidade da imprensa com notícias falsas):

– “*Você acaba ficando bom [hábil] em tudo que pratica...*”.

Deu uma paradinha e completou, para terminar a entrevista com uma risada geral:

“... *inclusive* ****” (usar o vaso sanitário).

É assim mesmo que se deve bater na frivolidade dos modismos.

15. A “carga de leitura”

Todo aluno e professor de pós-graduação a conhece. E não evoca momentos agradáveis.

Não faz muito tempo, em uma banca de concurso escutei um professor sênior dizer que adotou como referência para a própria prática docente em cursos de pós-graduação, a máxima de um mestre seu que dizia: “não considero que tem atividade acadêmica séria o aluno que lê menos de 3.000 páginas por semana.”. Certa surpresa da assistência. Sorrisos, talvez disfarçando reação dúbia entre aprovação e desaprovação. Alguém chegou a se manifestar: “uma média de 600 páginas por dia útil” – com a concordância do expositor. Sendo ele alguém que se apresentava como candidato a professor titular de uma universidade federal, sua “seriedade” acadêmica não poderia mostrar-se menor. Mas ficou claro que algo inquietava o senso comum daquela audiência...

A exigência, nada nova para mim, e que lembra os grossos volumes de xerox que, antigamente, circulavam entre os estudantes com capítulos de livros ou artigos baixados de *journals*, é uma prática comumente encontrável em doutorados de universidades ciosas de seu prestígio internacional. É a **carga de leitura** dos mestrados e doutorados! Não apenas o fantasma, o bicho-papão de que inutilmente se queixam os estudantes, mas uma instituição já catalogada como parte do bem disfarçado, elegante e inteligente (no sentido de *witty*) sadismo acadêmico.

Não é estudo sério **iniciar-se** em uma disciplina, geralmente teórica, com mais de dois ou, no máximo, de três artigos ou capítulos de livro, como leitura prévia a **cada aula** (algo em torno de 60 páginas) – sabendo-se que o aluno cursa simultaneamente de duas a três disciplinas, de duas aulas cada, por semana, fora outras atividades, como reuniões e preparação de textos (isso supondo-se que trabalhe em tempo integral). É difi-

cil ao iniciante entender bem o texto, dar-lhe o valor que merece e integrar aquilo ao seu próprio universo! Quanto mais, como no caso acima, 500 páginas por aula! Confessemos que há certa hipocrisia indisfarçável nessa prática. Todos sabem que não dá. Começa a aula, o professor fazendo de conta que todos **estudaram** tudo e os alunos disfarçando a insegurança, às vezes a frustração, muitos só tendo lido o resumo de artigos. E assim se desenrola a discussão dos textos, cada um “pisando em ovos” no que diz, ou uma superficialidade geral das perguntas (e, portanto, também das respostas, para serem entendidas).

O que sobra disso ao final do período? De um lado, cumpriu-se um programa com belíssima seleção de leituras, capaz de impressionar colegas professores e eventuais avaliadores. De outro, todos os alunos “pegaram o jeito” de escrever *papers* de dez a quinze páginas, sobre tema de sua escolha, coletando e compondo alguns dos textos “lidos”. Como – pergunta-se, por outro lado, o professor – avaliar cada um sob aspectos de estrutura, clareza conceitual, cuidado textual, alguma criatividade, e dar feedback ao aluno? Eu não sei. E segue esse estado de coisas. “Para o mês sai a nota da disciplina!” Saiu e, “ufa!, paguei mais uma”! E assim se alimenta a cultura formalista no ensino de pós-graduação.

Deixando o aspecto didático de lado, que pensar, metodologicamente, disso?

Consideremos que na “carga de leitura” de mestrados e doutorados há três tipos de textos acadêmicos: os artigos que resumem e apresentam pesquisas empíricas sobre o tema; os textos teóricos ou metodológicos básicos; outros textos, de natureza instrumental (relativos a fontes de dados, softwares, normas etc.). Creio que de pesquisas empíricas já feitas sobre o tema só deveriam ser estudadas as melhores, estruturalmente modelares. E o aluno deveria pesquisar e ler o resumo (*summary*) de dezenas de outras, eventualmente buscando elementos do texto das que mais o interessassem e, sobre o conjunto, formulando observações.

Mas o “núcleo duro” da iniciação a uma disciplina está nos textos teóricos e metodológicos ditos “puros”, de preferência

os clássicos e paradigmáticos. Porque é para a teoria que convergem as grandes discussões, os problemas característicos, o melhor dos esforços de avanço. Forma-se um pesquisador, sobretudo um doutor, no estudo sério destas fontes axiais da tradição científica.

A compreensão de um conceito teórico não é algo trivial, nem intuitivo. Ele resume longo amadurecimento e pesquisa, às vezes vários outros textos, de seu autor. Exige dominar-se a trama de sua justificação teórica e empírica. Nesse ponto, “leituras” iludem – o aluno dá aos termos do autor significados de outros contextos que já conhece. Não, amigo, amiga. Se quer aprender, não imagine que já sabe. Faça uma “parada reflexiva” sobre o texto, com movimentos do ponto ao contexto maior, deste de volta ao ponto, eventuais retornos comparativos e – indispensavelmente – esforços de pôr no papel sua compreensão crescente, vez por outra, revista.

Nesta última observação quis referir-me à concepção básica de linguagem em Wittgenstein: não há pensamento sem (sua) linguagem, verbal, no caso; o tal “pensamento claro à procura da palavra” é ilusão; clara, aí, é sua ansiedade no “balbuciar mental” da ideia em formação, como diz ele. O pensamento só se reconhece claro – e isso não é imediato – no **texto** claro. E não há “linguagem privada”, interna a você (expressão e tese central daquele filósofo em *Investigações filosóficas*, de 1953 e em *O livro azul e marrom*, 1958, ambas obras póstumas).

Ainda: o movimento recursivo entre ponto e seu contexto, a que me referi acima, é da própria natureza da análise hermenêutica, na linha de Dilthey, que foi identificada já no início do século XIX por Schleiermacher como a circularidade da interpretação (o “círculo hermenêutico”: não se entende a parte sem a consideração do todo nem o todo sem suas partes). E é assim que se progride na compreensão de um texto.

Isso é o que eu sei sobre o estudo de textos teóricos e metodológicos. Agora, não me pergunte o que fazer então com a “carga de leitura”, que isso eu não sei...

16. Afinal, por que mesmo a referência bibliográfica?

Quer uma dica para saber a qualidade de um livro de metodologia de pesquisa? Vá ao sumário (antigamente, “índice”) e veja se ele dá destaque às regras de citação e referência bibliográfica. Se dá destaque, prefira outro. Agora, quer uma dica para saber se um autor é pesquisador de boa estirpe? Olhe, ao longo do texto, como ele cita e referencia suas fontes. Como assim? Vamos conversar sobre o assunto e tentar desfazer esta dissonância inicial.

Antes de tudo, as **normas** de referência bibliográfica – que incluem as citações – não são tema de metodologia de pesquisa. São de **apresentação** de textos em meios acadêmicos. Os especialistas nisso não são os pesquisadores, são os bibliotecários e documentaristas. Existem instituições normalizadoras, como a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e publicações específicas. Com a internacionalização da publicação acadêmica, o sistema da American Psychological Association (APA) está sendo cada vez mais exigido dos autores por periódicos classificados. Quanto aos softwares de padronização bibliográfica, que prometem fazer o trabalho por você, nunca me dei bem com eles, inclusive porque não desobrigam de conhecer o uso das normas para revê-lo e corrigi-lo.

Sem dúvida, há 20, 30 anos os casos mais frequentes de técnica de referência bibliográfica fazem parte da disciplina Metodologia de Pesquisa nos cursos de graduação. Eu mesmo ensinei vários anos. Mas na pós-graduação isso deve ser tratado como praxes do trabalho científico, objeto de esclarecimento por especialistas, após estudadas as normas pelos alunos. Coisa à parte, preliminar.

A pergunta é esta do título: **por que** citar, referenciar? E por que isso **não é** uma formalidade, uma chatice?

Começo logo com força: faça sua referência como uma **reverência**. Não um gesto de mesura, mas com sentido interior de respeito. A quê? Algo ali merece reconhecimento consciente e, no mínimo, cuidado. Com o quê? Sugiro três respostas.

Primeira, você encontra na referência bibliográfica – e deve reverenciar – algo do DNA da ciência: ela é **uma tradição de trabalho**, de pesquisa. Ao longo de séculos, milênios, pessoas especialmente dotadas registraram cuidadosamente sua pesquisa, o melhor que tinham a apresentar. Sucessivamente, vidas preciosas foram a isso devotadas, em uma relação não comercial com sua sociedade. De mão em mão – uma “tradição”, do latim *tradere*, entregar a outro –, de instituição a instituição, a cadeia do conhecimento exigente, criativo, foi se expandindo e se depurando. E chegou à nossa geração, a você, com milhares de opções. Então, ao compulsar a obra de um autor, procure **Autores**, não apenas autores. E terá chegado até você aquela tradição.

Segunda. A referência, especialmente no caso da citação textual e direta, é o reconhecimento prático do direito de propriedade intelectual. Não me restrinjo aqui à força social e coercitiva da lei. Antes disso, bem antes disso, a questão é que **na autoria citada há valores a respeitar**: o duro trabalho de alguém, seu ideal acadêmico, talvez sua história de pensamento, sua crença pessoal e seu estilo próprio de escrever.

Terceira. O texto acadêmico-científico tem a credibilidade como resultado da leitura, não como pressuposto dela – não comece pelos títulos acadêmicos. Você tem que **explicitar suas fontes**, junto com suas razões, para ser acreditado. Isso é objetividade. Não digo que o autor tenha que manter diante de si a pergunta constante de um leitor desconfiado: “de onde você tirou isso?”. Não. Inclusive porque, basicamente, ali tudo é seu, que assina o texto; responsável, inclusive, pela adequação nas referências feitas. Só que, no caso, o diferencial serão a citação

nos seus pontos de apoio específicos e a coerência dela com a tradição de pesquisa em que você se coloca.

Mas, você sabia que há “pecados” contra a referência bibliográfica? O “pecado da bobagem”, pensar que quanto mais citações, melhor, esse é elementar. Imagina que o leitor pega a lista de referências ao final do texto e se impressiona! Mas que leitor faz isso? O que não leu ainda, não vai ter tempo de ler ou não tem critério na leitura. Portanto, desconsidere.

O lado lamentável da referência bibliográfica é que, ali, às vezes se disfarça a “malandragem acadêmica”. Sejam claros: a desonestidade intelectual tolerada corporativamente entre acadêmicos. Por exemplo. Todos sabem que muita gente **copia** de outro trabalho, às vezes em bloco, **citações gerais** (as de obra toda, pelo sistema autor-data, não de certo trecho, as textuais), sem de fato ter acessado cada uma dessas obras citadas. A pesquisa de tais fontes foi de quem? Mas esse “autor malandro” pensa: “e quem vai saber?... os detectores de plágio só identificam textos”.

Assim, se fôssemos rigorosos na exigência de citação indireta – a citação de citação, antigamente com uso do *apud* (leia-se “ápud”), em que o autor usa de forma geral ou textual o trabalho de outro – muito artigo premiado se desmancharia... Ou será que já chegamos a um ponto tal do “publicar ou perecer” que o formalismo passou a ser a regra metodológica maior? Um ponto em que a “regra” passou a ser a citação valendo por si mesma, não importando o reconhecimento acadêmico do citado nem, sobretudo, o lugar certo da citação no argumento? Valeria a quantidade. “Dá para aproveitar e citar? Então põe lá, será mais uma”...

Vamos terminar este texto com o lado bom da história. Tente chegar, um dia, a sentir-se orgulhoso de uma citação que faz. Sentir que a seção, o parágrafo em que você a fez não teriam valor de outra forma. Saboreie uma bela citação!

17. O Referencial Teórico

Gosto de teoria, sim, mas não morro de amores pelo “Referencial Teórico”. Qualquer acadêmico ou aluno de pós-graduação da área de ciências sociais conhece esse personagem. Ele comparece a quase todos os trabalhos como componente estrutural, título de seção ou capítulo – por isso a grafia em maiúsculas – e creio que é bem-quisto pela maioria dos estudantes. Por quê?

Porque aceita ser tratado, naquela composição, com certa independência do resto, e teria seu mérito próprio. Sempre haverá o Referencial Teórico, e nenhum orientador ou avaliador vai ser contra o estudante que mostra ali seu esforço inicial. Além disso, tem a seu favor o levantamento bibliográfico e quase toda a chamada *desk research* que lhe garantem conteúdo farto. Acaba sendo, pois, a primeira seção ou capítulo da dissertação ou tese a ser escrito, aliviando tensões (“pelo menos já consegui isso!”). Assim, por várias razões, o Referencial Teórico se torna um ponto de apoio psicológico do aluno nos momentos de insegurança.

E mais, vejamos: “referencial” é quase “reverencial”, que lembra “cerimonial”, “ritual”. O Referencial Teórico compõe, de fato, o cenário da **ritualização do trabalho de pesquisa** que faz o estudante, o acadêmico, passar ao largo da criatividade e fugir do caráter artesanal da pesquisa científica. (Sim, porque quanto mais se afasta disso, mais pende para a pesquisa tecnológica, presente em menor escala nas ciências humanas e sociais.)

Vamos neste capítulo tentar entender o que alimenta certas disfunções do Referencial Teórico. Pergunta: há um isolamento da teoria em nossos trabalhos de pós-graduação, ou se joga naquela “rubrica” algo que não é teoria? Resposta: as duas coisas, e por um mesmo mal-entendido. Qual?

O paradigma de pesquisa vigente entre nós, o empirismo, **separa** da experiência a concepção; do teste, a hipótese in-

terpretativa; do experimento, a teoria que o justifica. Eis que o dado, a palavra do entrevistado, a observação ou a foto colhida no ambiente de interesse, em suma, “esses pedacinhos de mundo” parecem ganhar valor em si e “contêm” o que procuro... O significado está neles e eu o “capto”, seja pela estatística seja por qualquer outra forma de análise objetivada que um software torna possível. O teste é “revelador”; a natureza “falará” e dirá se estou certo ou errado; eu, “do lado de cá”, em minhas suposições teóricas. Esse é o paradigma que se institucionalizou entre nós.

Há, pois, o espectro metodológico das ciências de natureza atrapalhando a estruturação da pesquisa de objetos sociais e humanos de interesse. E essa questão da estruturação do processo de pesquisa e do texto final que a comunica é onde se insere o tema que levanto, o do Referencial Teórico.

Retomemos a diferença de paradigmas. O experimento, clássico nas ciências de natureza, **normatiza** a sequência: formação teórica da hipótese, construção instrumental do teste empírico (cujos registros ficam em anexo), análise e conclusões do teste ou confronto empírico. Estas etapas são precedidas de excursão, em que se recorda algo do conhecimento anterior, de teorias e pesquisas bem aceitas, indicando-se as diferenças e o ponto em que se pretende ir além. Mas mantém-se o traço comum: **primeiro**, os prolegômenos, os conceitos e as discussões teóricas; **depois**, o teste objetivo, a experiência anódina, o confronto “neutro” com **uma** “natureza”. Essa é a estrutura geral do estudo científico nas ciências empíricas.

Que fazemos nós então, nas ciências humanas e sociais, para parecer também “ciência”? Primeiro os prolegômenos, o **Referencial Teórico** – pois que no nosso caso tem-se muito mais riqueza discursiva – e depois o resto. Referencial Teórico, sempre. O resto varia.

Como refazer o caminho dessa distorção no processo metodológico?

Ora, temos, nós também, “olhos” para ver o mundo. De dois tipos: o olhar extensivo e o olhar compreensivo. No primei-

ro, procura-se o que uma realidade socioeconômica “projetou”, o que as entranhas do organismo social produziram, sua face externa, até computável. Mas o olhar compreensivo quer entender algo do que ficou entre as pessoas (ou, melhor, em suas relações), de onde está saindo o que se vê e que é tratado como “dado”. Refiro-me sobretudo a esse tipo de olhar, mas sem excluir o anterior.

Prossigo. Nas ciências humanas e sociais – aquelas em que o homem fala do homem –, você, antes de observar o mundo, tem que **examinar e definir o seu próprio olhar**, esclarecer-se sobre ele para poder dizer o que pretende em sua pesquisa. Mais, a **conceituação** que você, fazendo isso, reunirá, ao chegar à etapa de redação, na seção que chama “Referencial Teórico”, não pode estar desconectada do que você se propõe “ver” (observar sistematicamente), seu “objeto”. Ela tem que, originalmente, ter sido feita **sobre** (ou partindo do) seu campo empírico e, melhor ainda, que você já tenha tido algum contato direto com ele. O campo que se observa é o mesmo que inspira a conceituação. O pesquisador sabe, em geral e de antemão, algo daquele campo? Claro! E quanto mais melhor! Você, porém, não deveria definir previamente que conceito ou teoria vai “usar”, “aplicar”. Nada de rituais discursivos independentes, prévios e válidos por si! As ciências sociais não produzem artefatos. Deixa isso para as tecnologias produtoras de soluções instrumentais. As nossas são substantivas (ou não são “solução”).

Não faz sentido caracterizar aquela seção como apresentação de seu levantamento bibliográfico! Mostrar o que leu, ou que é capaz de discorrer sobre isso. Acha isso importante, como no caso do doutorado? Então crie uma seção “Revisão de Literatura”. Porque o Referencial Teórico deveria ser a análise teórica **do** seu objeto, o aspecto de interesse e “de referência” definido por você **no** campo empírico. Ali dentro, virá **apenas** o que constrói **o seu** problema de pesquisa. Que fique claro: Referencial Teórico é um discurso (análise discursiva) específico, não é revisão de literatura.

E por que jogar no Referencial Teórico as **informações** circunstanciais, históricas e institucionais que caracterizam seu campo de pesquisa? Nada a ver! Qual é o problema de **criar outra/as seção/seções** para estes elementos? Merecem-no. Eles devem ter sido o resultado de longa e cuidadosa pesquisa sua, despertam o interesse do leitor para a realidade do problema investigado. Então dê a este bloco de informações título específico e deixe o Referencial Teórico em paz, que não tem nada a ver com isso!

Desculpem-me, mas minha cruzada é contra o formalismo em nossa pesquisa. E ele sempre encontra, ardiloso, onde se esconder.

18. Professor (só isso mesmo, o título)

Você é professor? Não se apresse em responder que é ou que não é. Se você me dissesse, em qualquer das duas situações, que “gostaria de ser”, eu me surpreenderia.

Deve haver alguma explicação mais profunda para que muita gente na pós-graduação de ciências sociais hoje prefira considerar-se “pesquisador”, em vez de “professor”. Por quê? “Professor” é título, “pesquisador” é função mais nobre. O status parece estar migrando daquele que dá tempo à conversa com a moçada, para este, que escreve *papers* para seus pares. Também há quem prefira, coletivamente, dizer-se “profissional da educação” ou “trabalhador em educação” – mas não sei por quê. Talvez porque, esvaziado o sentido intrínseco do trabalho, restar-lhe-ia uma posição na estrutura ideológica da relação capital – trabalho.

Às vezes penso, que após décadas e décadas de lenta degradação social do ofício, de comoventes elogios ao professor como “uma coisa de vocação”, um “sacerdócio”, ou outra sublimação boba qualquer para compensar sua desimportância social, o termo “professor” vai sendo evitado. Alguém deixa uma função importante no governo e vai “dar aulas” em uma universidade – fala-se na imprensa. Para ser breve: só estou vendo um uso de “professor” se consolidar: o modo como jogadores de futebol referem-se a seu treinador...

Como vocês estão vendo, ando meio pessimista com o lugar que a sociedade está reservando ao professor. Se for titulado academicamente, os títulos não significam muito, fora da própria academia. E nem me entusiasmo em argumentar pelo valor daquele papel social. Se a cultura não é nossa aspiração comum e civilizatória, não tem jeito. O lugar está ficando para o cliente,

o executivo, a “celebridade” na mídia, o astro de TV ou cinema e, agora, até para o microempreendedor individual (MEI).

Em contrapartida, porém, convido você, professor, a deixar “lá fora” essa corrida maluca por um lugar ao sol. E procurar na prática diária de sua atividade a luz “de dentro”. Porque um professor fará parte dos valores silenciosos que não cabem mesmo em sociedades de massa.

Que mais diria eu? Sei que este texto será lido eventualmente por estudantes e professores de pós-graduação. Mas vou chamar a atenção para o que diz Rubem Alves – professor Rubem Alves – em vídeo que um ex-aluno me mandou, falando do professor de educação infantil. Sim, lá onde aparece talvez a essência da coisa, o elo entre gerações. Peço-lhe escutar a gravação (9:50 min), mas cinco minutos já o fariam pensar. Ah! **Fazer pensar** – olha aí a coisa! <https://www.youtube.com/watch?v=qjyNv42g2XU>.

Falando meu mestre, calo-me eu. Até!

19. “Fala sério, professor!” (Reflexões sobre a crueldade do ofício)

Antes de tudo, o *Fala sério, professor!* é título de um *best seller* da leitura jovem colegial, de Thalita Rebouças (2007). Muito bem achado. Quero pedir licença à autora para tirá-lo do contexto específico da série de edições para aquele público, em que surgiu há cerca de 17 anos, para refletir com vocês, e incluo no auditório os colegas professores, sobre algo sério do ofício do professor de pós-graduação.

Preste atenção, agora, ao subtítulo. Claro, não estou me referindo à “crueldade” de professores, mas a como lhes é cruel o ofício de “professar”. Também não se entenda aqui “professar” no uso corrente de declarar a própria fé ou convicções pessoais. Honestidade pessoal é indispensável, sim. Mas a origem etimológica de “professar”, “professor”, o latim “*pro*” + “*fari*”, **afirmar** de público, algo mais próximo de “proferir” uma verdade, me dá oportunidade de refletir sobre uma dimensão epistemológica, não apenas ética, daquele ofício. Que entender, então, pela “crueldade” dele?

Lembrando o mote do segundo capítulo deste livro, o professor está geralmente na difícil situação de “ter que falar”. Sem dúvida, seu trabalho ali – imagino a sala de aula da pós-graduação – é sobretudo por o aluno em contato direto com uma grande tradição de conhecimento em textos públicos. Tal ofício o ultrapassa em muito. Mas fica-lhe um protagonismo inevitável, o professor é a representação concreta do mundo ali tratado, e fatalmente terá que **afirmar**. E mesmo que não adote um estilo pessoal afirmativo, supõem-se preferências dele sobre o assunto, já que, da imensa quantidade de temas e textos disponíveis, seleciona alguns com que compõe um programa próprio da disciplina para a qual foi selecionado.

Então ocorrem duas coisas: (a) o aluno supõe que o professor **sabe** – e isso é muito arriscado, cruel; (b) está permanentemente em jogo sua credibilidade – o que, convenhamos, é uma pressão desumana, então, cruel.

Por quê? A convicção e a crença pessoal do professor sobre teorias interpretativas, modelos e técnicas que propõe são relativas à reflexão pessoal e longa experiência. A formação delas leva tempo e é incerta. Por outro lado, a **segurança** e a **coerência** em um discurso prolongado por dezenas de horas de fala pública, como ocorre em uma disciplina de pós-graduação, põem, elas próprias, questões inevitáveis face à natureza do conhecimento científico, que ali se supõe, e ao tipo de certeza de que ali se trata.

O aluno, que já tem larga experiência com os “truques retóricos” dos professores, aqui e ali vai percebendo os “escorregões”, os “furos”, os exageros, o que “não bate com”, o insatisfatório e a fuga a respostas. “E aí? Será que ele sabe mesmo ou...?” Que grau de credibilidade merece?

Eis então armado o (cruel) problema: em meio às muitas opiniões, estudos e linhas de pesquisa não só diferentes, mas divergentes (até em bancas de teses e dissertações!), com tantos métodos alternativos, como inspirar segurança ao aluno?

De fato, o ambiente acadêmico-científico é esta coisa paradoxal de discursos afirmativos em disputas sem-fim. Uma arena em que às vezes se tem dificuldade de discernir a razão e o sofisma, a honestidade e a vaidade intelectual, o subjetivo e o objetivo. E no fim das mais seguras afirmações científicas encontra-se o elemento crença! Dizem as conclusões de um estudo sério e competente: “**Acredita-se** que... [algo funcione assim, que algo se explique desta e daquela maneira]”. E não dá para ir além desse “**acredita-se** que”.

As ciências ditas “exatas” inspirariam mais segurança? Elas trabalham com probabilidades de ocorrência, estimativas, modelos formais, sistemas autorreferentes e hipótese de partida. Não se poderia, no entanto, dizer com mais razão que “exata” é sua linguagem instrumental, as matemáticas, por exemplo? Que

a precisão dos resultados é devida mais aos métodos e medidas do que à realidade que, depois de passar nessa “máquina racional”, aparece, **na prática**, suficiente para podermos **agir** com segurança? (Ponho a pergunta, mas é esta a convicção que professo.)

Mesmo nisso, no entanto, que ninguém se iluda: conceitos fundamentais de fenômenos científicos, inclusive aqueles para os quais se criam modelos matemáticos, expressam-se por metáforas! (Veja-se, de um dos mais respeitados cientistas do século XX, Theodor L. Brown, *Making truth: metaphor in science*, 2003.)

Agora voltemos ao caso das ciências humanas e sociais. Diversamente das ciências “exatas”, ali se abdica da exatidão e da precisão como critérios de aceitação do verdadeiro, e se entra, pacificado, no mundo da **opinião apenas sustentável**, da melhor opinião disponível. Só isso? Só. Com a ressalva de que esta “opinião bem trabalhada” é diferente da opinião corrente, jornalística, comum, que Aristóteles chamou *doxa*, por oposição à *epistême*, o saber conceitualmente elaborado. Mas é opinião, sim. Se tem dúvida, leia, de outro cientista famoso, Abraham A. Moles, *As ciências do impreciso* (1995). Leia mesmo... ele mexe com a gente.

Não se vai além daquele “acredita-se que”, acima. Mas até aí já ocorreu a grande diferença bem expressa pela paráfrase: “há razões e argumentos para se acreditar que...”. É isso! Temos então um fio de meada que leva à segurança esperada do professor pelo aluno: as razões suficientes, os argumentos que merecem fé.

E é assim que chegamos às salas de pós-graduação. Ali se pede segurança e coerência ao professor para dar-lhe em troca credibilidade. Então a demanda implícita é: “Fala sério, professor!”

Bom, esta é só uma reflexão com vocês, colegas. E, considerando a realidade de nossa competência limitada, eu não saberia dizer se esse título da Talita Rebouças fala mais da seriedade ou da situação cruel em que nos põe o nosso ofício.

20. “007, License to kill”

Assim se apresentava ele: “Bond. James Bond”. E como era identificado? “007. *Her Majesty’s secret agent. License to kill.*” Personagem marcante na interpretação de Sean Connery, Roger Moore e outros, deliciava plateias de cinema com suas estripulias, truques tecnológicos, escapadas espetaculares, galanteios irresistíveis. Mas sempre me chamou a atenção a prerrogativa “*license to kill*” – e matava mesmo, trivialmente, sobretudo “idiotas” de países exóticos por onde viajava.

Que coisa! Licença para matar! De onde provinha tal “licença”? Como era possível? E quase por diletantismo, imaginei três condições necessárias: (a) estar acima de qualquer critério legal externo; (b) estar em contexto social autoritário; (c) poder exercer-se a qualquer momento (regime de “licença prévia”).

Em sociedades sob regime de democracia legal, não há paralelo que justifique tomar o herói 007 como analogia. Se entrarmos, porém, em um ambiente acadêmico e perguntarmos a **estudantes**, a analogia poderá ser entendida. E certamente o será se forem eles **orientandos**.

Então, vamos falar claro sobre certo aspecto chocante da relação professor orientador-estudante orientando.

O poder que não se exerce ordinariamente, mas sabe-se permanente, sempre pendente, está ativo e é mais assustador. Não há salvação para o mestrando ou doutorando fora de seu orientador. O colegiado do curso, do qual tudo depende, segue o orientador que, no regimento da maioria das universidades no Brasil, faz parte da própria banca examinadora e a preside. Então, entrar em rota de colisão com ele é caminho quase certo para acabar fora do curso, anos de vida perdidos, fracasso, fim de sonhos – uma morte organizacional.

Tomemos, para melhor entender o espantoso poder do orientador em pós-graduação, aquelas categorias de análise su-

geridas acima para o caso da curiosa “licença” do valoroso agente de Sua Majestade.

Uma das características sociais mais profundas do professor universitário é a autonomia de critério. Ninguém anula uma nota avaliativa dada por um professor a um aluno. Ninguém. Em casos raríssimos o colegiado de professores pode mandar fazer outro exame, com outro professor. Mas aquela nota é indelével. Nem juízes têm sentença assim “não anulável”. E vejo uma razão mais profunda para isso. É que o professor, o acadêmico, discute livremente o critério de qualquer sentença, juízo, lei, avaliação, crítica e teoria. Tudo. Critica e propõe outra/o no lugar. Ele é o senhor do critério. Profere critérios.

Em movimento corporativo e autodefensivo, um professor, até mesmo em colegiado, raramente se opõe a um juízo de colega. Mais ou menos como um médico em relação ao diagnóstico ou tratamento de outro médico. Esta regra inviolável o protegerá quando estiver vulnerável. O paciente é **do** médico, o aluno é **do** professor. Mais ainda, o orientando é **do seu** (único) orientador.

O espaço aqui não permite analisar melhor, mostrar outras cores do quadro. Então, isso pode ser uma caricatura. **Pode**, apenas. E acrescento só mais uma coisa.

O ambiente autoritário que se origina da virtual incontestabilidade do professor perante o aluno – mesmo dissimulada em chistes e brincadeiras inteligentes – mostra-se no exato momento em que for preciso marcar distância; ou na ironia fina sobre o trabalho do aluno, feita de público. Então, o golpe será certo, pode crer. Enfim, entre professor e aluno, palavras e razões de semântica igual têm valor social completamente diverso.

Mas esta questão não é, afinal, sociológica. É ética também, e mais: **independentemente** de ser objeto de interesse sociológico. Estou com Kant, para quem a ética é uma esfera autônoma, uma racionalidade diferente. “*Razão Pura*” (sobre o ser) e “*Razão Prática*” (sobre o dever) mereceram do filósofo tratamento e escritos distintos.

A coisa está clara, por exemplo, no Código de Ética da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), item 1.7, que trata das relações professor-aluno. Termos duros, sim, mas cabíveis.

“A situação do aluno e do orientando em relação ao seu professor ou orientador tende a ser de dependência e fragilidade. Por isso, o abuso dela, por comportamento arbitrário, desrespeito, descaso e assédio moral, reveste-se de especial gravidade. Aí não se atinge apenas a honra de uma pessoa, mas a natureza pedagógica do relacionamento e a dignidade do ofício docente.”

Que devo eu acrescentar? Nada, mas a menção à estranha licença do agente secreto de Sua Majestade poderia produzir em nós, professores, um choque salutar.

21. A “industrialização” da pesquisa acadêmica e seus códigos-fonte

Ninguém é contra intensa produção de pesquisa na pós-graduação! Entre nós, de ciências sociais, no entanto, o foco está todo na sua **operacionalização**. Há hoje inquietações generalizadas com certa “industrialização” da pesquisa acadêmica – e eu me associo a elas. Resultado? Produção efêmera!

Nessa grande máquina, supostamente científica, professores e alunos poderiam dizer-se “rodando sob um software” – e aí vão seus projetos, seus currículos, suas vidas. Queixam-se do sistema. Gostariam de adaptá-lo a sua área específica e a outras formas de vida acadêmica, inclusive ao contato mais prolongado com alunos. Gostariam... porque, naquela metáfora do grande software, em que as regras do sistema Capes são a linguagem de máquina, que só funciona por uma linguagem de programação, os “códigos-fonte” são a **metodologia de pesquisa**. E eles não são abertos!

Então pergunto: quais seriam **os modelos metodológicos**, **os** mecanismos reprodutores, que estariam viabilizando a produção industrializada de pesquisas acadêmicas na área de ciências sociais, em especial as áreas sociotécnicas?

Arrisco-me a indicar seis desses padrões metodológicos representativos desse que chamo “paradigma industrial”, ou seja, de reprodutividade fácil, tendente a abusiva.

1. Os estudos de **aplicação** de modelos teóricos e testes estatísticos. Vejam a funcionalidade da coisa: alguém delimita um campo empírico e nele colhe observações de interesse, sejam de estratégia de comunicação ou negócios, de configurações de mercado, de relações inter e intraorganizacionais ou quaisquer outras. O objetivo é identificar e explicar um fenômeno ali visualizado. Recorre-se, então, a algum **modelo** identificador e explicativo do tal fenômeno, por sua vez já criado com base

em observações (estudos) anteriores. A adequação (“aderência”) desse modelo analítico ao caso é verificada por testes estatísticos. O modelo é, pois, uma estrutura artificial “intermediária” e reprodutiva de uma linha de estudos observacionais. E na prática destes estudos, não se sabe bem, como entre “ovo e galinha”, se o modelo é procurado em função do campo empírico do pesquisador ou se este campo é buscado para viabilizar os testes daquele. Na fecundidade dessa causalidade recíproca, multiplicam-se oportunamente os estudos.

2. Os levantamentos de produção bibliográfica (ou, como já foram chamados, de “estado da arte” em uma área durante certo período). Eles são ricos em informação bruta, facilitados por bancos de dados já existentes e por algoritmos de busca, mas pobres em resposta ao “tudo bem, e daí?”.

3. Os softwares de análise textual de discursos, entrevistas abertas etc. Criar ferramentas traz o risco de seu inevitável uso abusivo. Quem põe no mundo um algoritmo poderoso não sabe o que alguma “mente maligna” poderá fazer com ele... Estaríamos aqui, pergunto, diante da própria “maldição da técnica” – não pode guardar a boa intenção que a criou?

4. O estudo de caso com pretensões mal definidas. É o *case*, no ambiente acadêmico... Depois que Robert Yin lançou em 1994 seu *Case study research: design and methods*, mestrandos e doutorandos encontraram ali uma fonte credenciada para “operacionalizar” pesquisas, vendo em cada canto “casos-que-dariam-um-artigo”.

5. Os papers rápidos para contabilizar presença em congressos, geralmente como produto de disciplinas. São de dois tipos: (a) os discursivos, “costurando” autores em torno de uma ideia qualquer; (b) os construídos a partir de breves coletas de dados, com meia dúzia de entrevistas, ou da oportunidade de aplicação de um questionário em grupo pequeno e já reunido, de que são exemplos típicos classes de alunos e colegas em um ambiente de trabalho.

6. Os “fatiamentos” de teses e dissertações, cada capítulo sendo potencialmente um artigo. Ajustes apressados na seção

introdutória de cada um são feitos, e eis que nascem vários “filhotes” da tese! Renuncia-se a trabalhar na publicação da tese inteira, um livro, como antigamente; evita-se o trabalho que dá de fazer uma boa síntese, em 12, 15 páginas, da argumentação central, com links para os bancos de dados integrais, para ter, em vez disso, vários títulos concorrendo a congressos e periódicos.

Ouvi, em mais de uma oportunidade, um mesmo colega dizer ao candidato em banca de tese: “Infelizmente esta talvez seja a pesquisa mais marcante de sua vida acadêmica. Dificilmente temos, depois do doutorado, oportunidade de fazer outra pesquisa tão longa e sob dedicação total”.

Comentemos melhor isso. Nas áreas médicas e farmacológicas as pesquisas de longo espectro temporal vêm ganhando credibilidade sobre as conclusões de experimentos pontuais de laboratório. Pacientes voluntários são observados por décadas. Na antropologia, o pesquisador se insere no campo, por longos períodos. Apenas quando cercadas por estudos de contexto econômico e social, as séries estatísticas de dados indicadores mostram a realidade histórica e evolutiva dos fenômenos. Afinal, os fenômenos sociais, não menos que os biológicos, **só se revelam no tempo e na diversidade de contexto.**

É preciso contrapor algo. Pesquisas de acompanhamento! Grupos de pesquisa trabalhando em unidade e sem fragmentação comprometedora! Quem de nós planeja, ou consegue via CNPq, apoio a uma pesquisa de acompanhamento de problemas ou de soluções de política pública ou empresarial em formação ao longo de 10, 12 anos? No máximo, historiamos, por dados ou testemunhos *ex post*, uma solução bem-sucedida, ou fazemos estudos longitudinais com estatísticas financeiras, de produto, de vendas etc. já disponíveis nos sistemas formais de armazenamento de dados. Contudo, como mostrou Bruno Latour em *Ciência em ação* (Unesp, 2000, p. 11-36), um objeto de pesquisa depois de pronto (“ciência pronta”) é bem diferente de enquanto está acontecendo (“ciência em construção”).

Sim, é na metodologia que se descobrirão os códigos-fonte que viabilizam a produção industrializada da ciência.

22. A ciência, o método e a teologia medieval

Não duvido, caros leitores, que “teologia medieval” tenha sido o termo que mais atraiu sua atenção no título deste capítulo. E, creia-me, não é só um gancho para me levar em seguida a assunto árido (ciência ou método). É uma forma precisa – ainda que analógica – de expressar-lhes minha convicção sobre uma relação entre metodologia e ciência, que talvez você já tenha antes percebido neste livro.

Voltemos alguns séculos na história do Ocidente e ao ambiente da sociedade sacral que Umberto Eco tão bem retratou em *O nome da rosa* ou em *Baudolino*. Ali, na ponta de uma discussão apenas teológica estava, crucialmente, a vida das pessoas e valores estruturantes da sociedade.

A disputa, que remonta ao século IV e que causou cismas na Igreja Cristã, voltou forte no século XIII entre escolásticos, e aconteceu no âmbito da teologia dos sacramentos cristãos. Mais adiante, teólogos da Igreja de Roma lideraram a polêmica, face às igrejas reformadas (século XV) e à Comunhão Anglicana (Igreja Episcopal), até chegar-se a certa estabilidade no século XVI (Concílio de Trento). Pergunta-se: é válido o batismo, ou tem-se corpo e sangue de Cristo, na Eucaristia, se tais sacramentos forem executados por um sacerdote em pecado, com outras intenções ou mesmo apenas distraído?

Ou seja: a que se deve a eficácia de um rito sacramental? À própria força **daquilo que é feito** (*ex opere operato*, termos técnicos da teologia) ou, indispensavelmente, também pela participação honesta e consciente **de quem faz** (*ex opere operantis*, a flexão latina indicando o agente)? Em última instância, a força do rito prescrito está nele – através do qual Cristo age, pois mandou fazer (“ide e batizai”, “fazei isto em minha memória” etc.) – ou ela só se dá **em** uma ação realmente humana?

Desde Santo Agostinho (século V), a teologia que põe o foco na intervenção de Deus na história humana tomou posição pela virtude própria do rito sacramental, já que o verdadeiro agente é Cristo, bastando que o sujeito que ali recebe a graça divina a tal não se oponha. Predomina o *ex opere operato*, ainda que mais tarde completado pela exigência de que o rito seja oficialmente executado pela Igreja Católica (*ex opere operantis Ecclesiae* – assim ajustando-se a expressão). Ao contrário, a teologia que vê o homem, a quem Deus gratuitamente quis dar a salvação, no centro de sua própria história, não vê obstáculo em colocar no processo causal do rito, sob influxo divino, o agente responsável (*ex opere operantis*), mesmo que se trate apenas da repetição da Palavra bíblica (caso de algumas igrejas evangélicas).

A querela teológica “*ex opere operato*” versus “*ex opere operantis*” parece-me uma polarização adequada para introduzir tendências na concepção de método em trabalhos científicos. Impôs-se a ideia de que o método age por virtude própria, “*ex opere operato*”.

Em seus primórdios, ainda no século XVI, a ciência empírica da química (e, em parte, da física) marcou-se em ruptura total com a alquimia, em que se misturavam conhecimento experimental, reais descobertas de efeitos da matéria manipulada e crenças em forças invisíveis, objeto de reconhecimento pelo alquimista, que venerava o que não conhecia. Enquanto a alquimia representava a tradição e o deslocamento do olhar humano para os sinais da divindade presente, a ciência representava o iluminismo de então – a crença fundamental nas potencialidades do homem racional, desafiado a assumir e resolver suas próprias limitações e problemas.

Foi a submissão de crenças e teorias ao experimento, excluindo do quadro explicativo do universo qualquer “agente secreto” ou fator superior, e a reprodutibilidade na aplicação de princípios sistematizados que possibilitaram à nova ciência um recomeço para a observação; que geraram prestígio e partici-

pação no poder político em tempos de emancipação do poder religioso, enquanto impulsionavam a Revolução Industrial na Europa. Assim, em pouco mais de um século, a história viu a completa marginalização da alquimia e das seitas que cultuavam saberes exotéricos, inclusive alguns baseados em tradições da matemática.

Notem bem: a afirmação **valorativa** da observação autóctone, retoricamente bem expressa pela filosofia empírica, e a **reprodutividade prática** de princípios experimentais constituem o método científico em sua forma original. Ora, **valoração** é um elemento **cultural**. Reprodutividade, um elemento técnico, uma **questão de fazer**. Mas foi com base nelas que a civilização moderna veio a atribuir ao método empírico virtude própria. Aplicando-o corretamente, obtém-se acesso à natureza da matéria. Ele age “*ex opere operato*”. E este é o grande paradigma metodológico da ciência moderna. A interferência do agente humano, da “**subjetividade**” (um “*ex opere operantis*”) distorceria o processo. Quanta conclusão nos inspiraria esta viagem às origens...

A revolução científica do século XVIII foi uma revolução metodológica – desde então ensina-se uma maneira consistente e eficaz **de praticar** ciência. E, três séculos depois, o pesquisador de hoje que aguarda ansioso o momento em que seu computador produzirá, em dados claros e precisos, os resultados estatísticos de testes químicos, físicos, econômicos e sociais está plenamente convicto de que, em instantes, revelar-se-á a ele algo original e verdadeiro do mundo real. É a matéria, são as forças econômicas e sociais falando, elas próprias, “*ex opere operato*”. Vejam aí a coisa!

Deixando fora da cena causal sua própria estrutura interna, **o método** operou, como em um passe de mágica, o efeito de revelar um objeto desejado. As opções, críticas ou não, de quem o criou, adaptou-o ao caso, admitiu-lhe restrições, tudo o que pudesse ser devido à virtude de quem opera (*ex opere operantis*) passa aos bastidores, pois o palco é cedido à obra, um conhecimento palpável e eficaz. Repito: vejam aí a coisa!

Ao final, temos hoje que, exceto para círculos muito restritos de pesquisadores profissionais, o estereótipo do cientista, alimentado pela mídia e movido por suas crenças metodológicas e valores, é o do **alquimista contemporâneo**.

Amigos, cuidado com o fetiche do método!

23. Perguntando sobre a pergunta “o que é ciência?”

Perguntar “o que é”, a forma mais comum de procurar saber, é também a mais arriscada. Risco de levar você à situação pior: continuar sem saber o que queria – tantas são as maneiras de responder – e ficar pensando que sabe. Como o objeto da pergunta (ciência) é fundamental, vale a pena primeiro entender melhor esta forma de perguntar.

Chegar com relativa segurança a “o que é” seria até fácil se, como imaginou Platão (427-347 a.C.), as coisas tivessem essências puras em algum espaço imaterial (o *tópos noetòs*), só acessível ao pensamento abstrato, apresentando-se a nós neste mundo sob a forma composta e complexa dos objetos singulares da nossa experiência. Ele foi seduzido pelo argumento de Parmênides sobre a pureza conceitual do ser – parte do célebre poema em que a deusa da verdade começa dizendo “o ser é, o não ser não é” etc. – argumento que lhe garantia a estabilidade das essências e a viabilidade da razão como recurso maior da vida humana; ou, pelo menos, a vitória sobre seus adversários, os sofistas – termo que injustamente se tornou pejorativo.

Aristóteles disse ao mestre que não precisava ir tão longe com aquele *tópos noetòs*, mas construiu uma maravilhosa arquitetura lógica com a mesma finalidade de ter o acesso garantido e potencialmente ilimitado da razão ao mundo real. Dois milênios depois, com o advento da confiança maior na observação empírica (século XVII), o racionalismo clássico recuou, e deixou de dar as cartas no mundo da ciência. Mas manteve reserva de domínios, pois a própria ciência empírica recorria a ele, na filosofia, para responder a perguntas reflexivas sobre si própria.

Assim, nossa cultura erudita ocidental não se deu conta do erro dos clássicos gregos que entenderam como sendo de

pensamento (razão) estruturas que eram da linguagem, algo cultural que se formou ao longo de milênios, variando de lugar para lugar. Isso vale para a própria antiguidade clássica de que participaram Parmênides e Platão, onde o verbo grego *éinai* (ser) teve vários significados, inclusive transitivos, até fixar-se em um deles, o identitário (eu sou [nome], eu sou [predicado]), talvez pelo próprio uso do seu substantivo *Tō Ōn* (o Ser).⁸

Nossa cultura, em tal tradição clássica grega, se manteve no dilema entre razão e experiência, e acabou dando precedência à ontologia (o discurso sobre o mundo objetivo) em relação à epistemologia (o discurso sobre como podemos chegar a conhecer, tal mundo). Finalmente, já no século XX, começamos a entender que o problema está nesta – é o das condições de um conhecimento válido – e começa pela linguagem, concebida como uma forma de relação e comunicação social. Richard Rorty mostrou isso em *The linguistic turn: essays on philosophical method*, 1967, 1992, e Habermas em *Postmetaphysical thinking: philosophical essays*, 1988, 1992.

É por aquela herança clássica – cultivada ainda em círculos intelectuais restritos – que queremos sempre começar “isolando uma essência” e querendo definir “o que é”, em vez de começar indagando primeiro, no nível da linguagem, sobre a *démarche* de quem fala, perguntando-lhe de volta: “por que você está querendo saber isso agora?”, “aonde você quer chegar?”, “qual o contexto da nossa comunicação?” (formal ou conversacional), ou seja, “que ponto de vista você, que fala, assim me propõe?”.

Então, abandonada a ideia platônica de essências únicas para as coisas, vale a pena primeiro esclarecer algo em nossa per-

⁸ Esse assunto é fascinante. O leitor pode aprofundar-se nele, em língua portuguesa, indo a trabalhos do professor Gabriel Trindade (SANTOS, J. Gabriel Trindade. El nacimiento de la verdad. *Méthexis*, v. 17, 2004, p. 7-23), ou – e talvez sobretudo – do professor Charles Kahn, sete deles em publicação do Departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio): KAHN, Charles H. *Sobre o verbo grego ser e o conceito de ser*. Departamento de Filosofia PUC-RIO, 1997. (Cadernos de Tradução, 1.)

gunta “o que é ciência?”. Ao pensar em “ciência”, em que sentido ou direção (intenção de fala) você se coloca? Neste capítulo, restrinjo-me a duas “direções” para essa pergunta, gerando, assim, dois tipos de resposta.

Primeiro. Pelo “valor de face” de “ciência” – talvez o melhor para os limites deste livro – você intenciona uma **forma qualificada de conhecimento**. Geralmente se entra por aí. Entre tantas e tantas formas de conhecimento, o discurso essencialista procurou o que caracterizaria, de forma única, a ciência. Como a ciência só sabe falar de sua própria prática (dizer **como faz**), essa discussão passou à epistemologia, ainda que contando com a contribuição de grandes físicos, sobretudo no início do século XX.

Karl Popper (1902-1994), que também estudou física e chegou a trabalhar com físicos e filósofos (como Bertrand Russell, Ernst Mach, Otto Neurath, Rudolf Carnap e Carl Hempel) no ramo da filosofia analítica denominado “positivismo lógico”, tornou-se um eixo de convergência dessa discussão até quase o final do século XX. Que disse ele?

Popper distinguiu entre ciências e pseudociências a partir da capacidade daquelas de, pelo seu método, identificar **empiricamente casos que tentam negar suas próprias hipóteses de partida**. As hipóteses que sobrevivem a esse “teste negativo” são boa ciência, até que sejam refutadas. Solução inteligente para uma ciência sempre evolutiva. (Sim, porque na realidade mesmo – se você quer saber, anote – a ciência, não igualmente a tecnologia, **é um fluxo cultural de debates sem fim nem limites**, mas altamente qualificado!). Isso foi Popper. Contudo, Larry Laudan, em *Beyond positivism and relativism: theory, method and evidence*, 1996, p. 210-222, enumera argumentos que vieram a enfraquecer a resposta popperiana a “o que é ciência?”. O teste negativo de hipóteses é, sim, estratégia metodológica válida e efetivamente praticada, mas não deve ser usada na questão “o que é ciência?”.

A pergunta, porém, ainda subsiste nos debates sobre ciência. E seduziu a muitos que, como eu, leram nas décadas de 1980 e 1990 obras como a de Alan F. Chalmers (*O que é ciência, afinal?* [1982], 1999, e *A fabricação da ciência*, [1990], 1994). Adotei em minhas aulas, por vários anos, de Fernando Gewand-sznejder, *O que é o método científico* (1989), de linha popperiana – um ótimo livro para a época. Depois, escassearam títulos nesses termos, e se você, por brincadeira, pedir hoje na Amazon, *What's Science*, o algoritmo de busca do portal vai lhe dar primeiro livros infantis, como se a pergunta já tivesse passado para o nível desta classe de leitores...

O que teria havido? Não sei. Mas isso me dá uma deixa para mencionar, como prometido acima, um segundo tipo de resposta (ou direção de pergunta) a “o que é ciência?”, que prevaleceu na segunda metade do século passado.

Foram as pesquisas sobre a história da ciência, feitas desde o final do século XIX, mas sobretudo na primeira metade do século XX, que evidenciaram as reais motivações dos pesquisadores; que mostraram porque a pesquisa tomou tal ou qual direção, e como – sem nenhum passe de mágica ou revelação divina – era atribuída cientificidade ao êxito, sob certa probabilidade de ocorrência, na aplicação **do método** às chamadas “condições técnicas de partida no experimento”. Já o método eram regras e critérios aceitos em determinadas épocas e comunidades de praticantes, e sempre variaram.⁹

Assim, a **ciência é, antes de tudo, um fenômeno social e histórico-cultural**, mesmo que haja traços muito estáveis ao longo do tempo – e não são metodológicos. (Eu disse: “antes de tudo”.) Hoje, então, o meu “*top of mind*” na reação à “ciência” é este aí acima grafado em negrito. E diante de uma pergunta

⁹ Quem estiver interessado em sair de uma imagem-padrão da ciência, entrando um pouco em sua história, dê uma olhada nos livros de Alexandre Koyré. Entre eles, em português, veja *Estudos de história do pensamento científico* (Ed. Universidade de Brasília, 1982).

genérica como “o que é ciência?”, eu, particularmente, não preciso ir além disso.

Vamos terminar? Não quero deixar o leitor frustrado (talvez preferisse uma resposta tradicional, a la dicionário), mas se ele se declarasse perplexo, eu concordaria. E para reforçar a perplexidade antes de terminar, vejam a cilada hermenêutica em que caio quando pergunto “o que é ciência?”. Não estaria aí pedindo apenas a **descrição** para **uma** ideia de “ciência” que já tenho? (Sim, porque de outra forma a pergunta estaria sugerindo que se falasse de um conjunto vazio.) Toda resposta à pergunta “o que é ‘x’?” tende a ser apenas descritiva e sob escolha, não essencial e única como pretendido por Platão; ou é simples recurso retórico, uma paráfrase; ou, ainda, insistindo na perspectiva analítica, a resposta predicativa de “é” seria circular, tautológica, usando na definição o objeto que se desejasse definir...

Que “bananosa”! Socorro, Wittgenstein, você que nos mostrou, nas nossas crenças, “buracos” assim!

24. O negócio de Fausto

Até onde se sabe, a lenda germânica em que Goethe baseou sua famosa obra Fausto (edições de 1808 e de 1832) surgiu realmente bem antes, no fim do século XVI. Por que teria ela alcançado tão grande penetração na Europa dos séculos seguintes? Que crise social se vivia, então? Que lição crítica a lenda expressava? Seria possível dizer que a radicalidade daquele pacto bem representa o **sentido salvífico** com que a ciência empírica moderna foi tomada pela cultura iluminista naquela sociedade, em confronto direto com a verdade da fé religiosa, solidamente estabelecida até então? Acho que sim.

Como se sabe, Fausto era um médico douto (um acadêmico da época) que fez com o Demônio, através de seu emissário Mefistófeles, um negócio de sangue sob prazo: teria um conhecimento ilimitado que lhe daria status social e acesso a todos os prazeres mundanos, em troca de sua alma e sua salvação ao final do trato.

A ciência que veio do século XVII (o “Século das Luzes”) impôs-se a outras formas de saber tradicionais e foi a expressão maior do iluminismo – a confiança ilimitada na razão humana, capaz de quebrar limites e um dia resolver nossos problemas. A salvação do homem mudava então de eixo. Mas ele teria que ousar. **Ousar saber**, “*Sapere aude*”, foi o lema lançado por Kant, no século XVIII, ao falar do iluminismo. Ousar conhecer, sempre mais e melhor, pois que agora dispunha de um método seguro para isso. Eis a ideia de berço da ciência moderna!

Em dois ou três séculos, a ciência, crescentemente desdobra em tecnologia, veio a ocupar lugar de maior referência nas estruturas de sustentação social no Ocidente, lugar, até então, da religião cristã. Papas dos séculos XIII, XIV haviam definido como dogma de fé: *Extra Ecclesiam nulla salus* (fora da Igreja

não há salvação). Mas eis que o doutor Fausto faz um pacto diferente, diz a lenda da mesma época...

...e somos hoje, por educação escolar e pela cultura de massas, determinados pela ciência e sua tecnologia, porque elas estão em cada produto usado e em cada solução das nossas vidas. A degradação do planeta e sua recuperação, a gestão das grandes organizações, o estado e a produção industrial, os fluxos econômicos e a produtividade, literalmente tudo funciona por conhecimento científico. **Sem** a ciência e sua tecnologia, tornamo-nos, inclusive como espécie, simplesmente inviáveis, não haveria salvação à vista. Assim, passamos a ter *Extra scientiam nulla salus*.

Há, no entanto, algo mais para preocupação: a ciência tornou-se o maior agente publicitário de indústrias farmacêuticas, de produtos médicos, de ONGs de preservação do planeta – e também de cursos de pós-graduação, basta ter acesso à mídia. A imagem da ciência vende qualquer coisa! Não importa a qualidade. Os “estudos científicos”, a palavra das sociedades técnicas e científicas, a entrevista do cientista, ou a simples imagem dos homens de bata branca, dos laboratórios, provetas e pipetas de dosagens químicas, tudo isso se reporta a uma autoridade maior, indiscutível – a da ciência. Que, aliás, não cobra nada pelos comerciais diariamente veiculados aos milhões em seu nome pela internet.

Tão imersos estamos todos em ciência, que é espantoso constatar: na maioria dos cursos de formação acadêmica pós-graduada, sobretudo o doutorado, **a ciência não é objeto específico**, prioritário, crítico e aprofundado. Talvez porque já vivemos a ciência e praticamos normativamente seu método na pós-graduação. Ela tornou-se “natureza”, e o naturalizado fica fora de discussão.

Mas o motivo especial para um estudo crítico-reflexivo desta forma de saber e de seu método é o nosso **deslumbramento** por ela, por ele. Alguém deslumbrado não se dá conta do que lhe está acontecendo.

Há razão para recear isso? John Grey, professor na London School of Economics, historiador e filósofo especializado em estudos sobre o iluminismo e a civilização ocidental (não confundir com o escritor americano homônimo, autor do popular *Os homens são de Marte, as mulheres de Vênus*, que se assina sempre “John Grey, Ph.D”) tem uma visão original sobre o assunto. Na linha de seu pensamento crítico ao chamado humanismo utópico, tão presente na tradição liberal europeia, e à ideia do progresso cumulativo (*meliorism*), Grey diz em seu *Straw dogs: thoughts on humans and other animals*, 2002, que **não temos conseguido**, afinal, progresso humano, ético e político tal como estamos conseguindo nos padrões de vida, graças à ciência e sua tecnologia.

Por dez mil anos a raça humana lutou com relativo sucesso pela sobrevivência, com poucos recursos civilizatórios. Mas sobreviveu. Há dois ou três séculos, com a ideia iluminista, a ciência e sua tecnologia em aceleração quase fora de controle, já é nossa própria sobrevivência que aparece como ameaça.

Na lenda, Fausto, ao final, próximo do momento de cumprir sua parte no negócio, foi salvo, na versão de Goethe, pela intercessão de sua amante perante Deus. Não sei se teremos a mesma sorte...

25. Só a ciência pode contestar a ciência

Em homenagem a Galileu Galilei, hoje chamado “pai da ciência moderna” – na verdade uma espécie de “pai-herói” – que há poucos anos teve nova biografia publicada (*Galileu Galilei, um revolucionário e seu tempo*, de Attle Naess, Zahar, 2015), vou começar convidando o leitor a voltar ao passado, quase quatro séculos atrás. De modo, porém, diferente.

Imagine você o inverso do que aconteceu na Basílica de Santa Maria Della Minerva, naquele 22 de junho de 1633. Sentados no lugar onde estavam os teólogos e religiosos do Santo Ofício, o Tribunal da Inquisição, imagine agora uma rede virtual de cientistas das mais renomadas universidades do mundo, editores de *journals* científicos em que é filtrado e refiltrado o melhor da pesquisa científica de uma área qualquer.

Em pé, diante deles, não está o professor de matemática Galileu Galilei, autor de obras defendendo o heliocentrismo de Copérnico face ao geocentrismo ptolomaico, aristotélico e bíblico. Imagine, naquela posição, algum professor polêmico de hoje – quiçá fosse você (!) – como o foi então aquele protegido por Cosme II de Médicis, grão-duque de Toscana e pelo próprio cardeal Maffeo Barberini, depois papa Urbano VII. Não há hoje os termos vexatórios do juramento retratativo que Galileu assinou perante aquele Tribunal da Fé, talvez para salvar sua vida. Mas o julgamento de professores dissidentes dos respectivos paradigmas de pesquisa pode ser igualmente devastador para carreiras acadêmicas. Juízo definitivo, inapelável.

Poderíamos prosseguir com a alegoria Santo Ofício de ontem, comunidade científica de hoje. Se vivesse em nossos dias, pergunto, Galileu poderia ser o autor não revelado (na avaliação *blind review*) de um manuscrito submetido à *Nature*, por exemplo? Certamente que sim. Mas suas demonstrações e o ca-

ráter revolucionário das conclusões estariam agora inteiramente à mercê do juízo de um tribunal... **acadêmico**.

Mesmo no século XX, a exposição mais elucidativa da teoria da relatividade restrita está em um manuscrito escrito por Einstein em 1912, a pedido, e que não chegou a ser publicado como *paper* acadêmico. Ou seja, não foi “pré-julgado” por pares.

Não podemos voltar ao tempo (até o século XIX) em que os trabalhos científicos, divulgados entre interessados por quem se julgasse em condições, eram avaliados abertamente, iniciando-se diálogo direto com públicos e de formas diversas. Alguns escritos prosperavam, outros desapareciam ou só adiante voltavam a círculos de especialistas. A triagem era “natural”. A reputação se construía aos poucos e os livros a expressavam.

Hoje, a violenta filtragem por comitês avaliadores, postados à porta de entrada de periódicos e editoriais científicos, se impôs não só pelo volume de manuscritos (da ordem de milhões ao ano), mas sobretudo porque, rigorosamente institucionalizada, a academia zela, **acima de tudo**, pelo prestígio, que a massificação corrói. Então **o periódico científico**, com seu corpo de avaliadores e editores, tornou-se o canal único, dando-se outra função aos livros, fora do controle acadêmico. Canal exclusivo e tribunal definitivo de afirmações em nome da ciência! Talvez porque estas, por definição, são gerais e – para usar termo jurídico – “vinculantes”, valem para quaisquer casos relativos à matéria. Cabe a paráfrase: *Scientia locuta, causa finita...*

Sim, porque os juízos de ciência e tecnologia aplicados a casos singulares em tribunais ou colegiados decisórios são também exclusivos e definitivos. Laudos periciais ou de juntas médicas e pareceres científicos baseiam sentenças que determinam vidas (ou valem milhões). Nem as diversas instituições suecas e norueguesas que concedem os prêmios Nobel formulam julgamento científico – julgam apenas a repercussão do trabalho a ser premiado.

A prática mudou, mas o caso de Galileu e seu paralelo com os cientistas de hoje dão lugar a uma pergunta: **por**

que só a ciência pode julgar a ciência? Como é possível que o produto de uma cultura, dela oriundo e a ela dirigido, tenha julgamento de mérito autoatribuído por um grupo restrito e fechado de praticantes? Como pode ser apropriado privativamente por uma corporação? Usurpa ela uma competência que poderia existir de forma muito mais ampla na sociedade? Ou, ao contrário, detém direito inerente à natureza do que faz? Ou ao modo único como faz?

Prossigo. Seria o método científico a verdadeira Pedra Filosofal com que o alquimista sonhava? Haveria algum segredo mágico nos métodos das ciências, mesmo que, como mostra sua história, sofram mudanças profundas e até muitos desapareçam? Ou, diversamente, será que devemos começar a pensar na ciência como o conhecimento socialmente autorizado da era moderna, como foi o religioso na Idade Média, que tem por trás **uma trama de poder?**

É. Uma trama de poder... Vamos parar por aqui, que a pergunta “por que só a ciência pode julgar a ciência?” só faz despertar outras.

26. Construindo o mundo a partir das pessoas

Cícero Dias denominou seu quadro, pintado entre 1926 e 1929, “*Eu vi o mundo... ele começava no Recife*”. O artista que, mais tarde, em Paris, conheceu Matisse, o modernismo, e tornou-se amigo de Picasso, era de Escada, interior de Pernambuco, e expressou naquele painel de 30 metros sua alma de jovem criado nos engenhos da Zona da Mata que chegava à “cidade grande”. O mundo se construía para ele a **partir** daquele ponto. E, naquele primeiro momento, havia fragmentos de lembrança, forte contraste entre pessoas em cenas rurais e prédios no Recife a que chegara. No ano 2000, já no fim da vida e famoso, ele voltava ao Recife e criava no chão do Marco Zero da cidade, defronte ao mar, sua Rosa-dos-Ventos, de 40 m², em pedras de quartzo e granito coloridas. Parece que aquele ponto de partida – bem escolhido, aliás... – definiu sua vida.

Bairrismos à parte – como todos sabem, sou um cearense radicado em Recife há mais de 50 anos –, o título daquela obra de Cícero Dias expressa o que algumas de nossas estratégias metodológicas de pesquisa do mundo social **operam em nós**. Refiro-me àquelas que, de uma forma ou de outra, nos mandam “perguntar às pessoas”. O mundo (do que pesquisamos) então começará ali. Pessoas criam mundos, sim, e é neles que realmente vivem.

Primeiro, de que estamos falando? Do “mundo-investidores”, do “mundo-cliente”, do “mundo-espectador”, do “mundo-cultura”, do “mundo-organização”, do “mundo-relações corporativas”, do “mundo-sociedade política”, e assim por diante. Esses “mundos” giram hoje em função de pesquisas. Falamos dos *surveys* (levantamentos, pesquisas de opinião) e demais estudos empíricos à base de investigação de campo em que ouvimos as pessoas, pedindo a elas respostas padronizadas (“assinale entre as alternativas abaixo”) ou abertas, mas orientadas por uma

pergunta específica, ou, ainda, completamente livres (“fale-me sobre...”, “o que você acha de...”).

A suposição é de que estratégias metodológicas nos dão conhecimento “objetivo” desses mundos. Avaliações sumárias ou aprofundadas de um serviço ou produto, prospecções de negócios, ambientes para o lançamento de políticas públicas, campanhas publicitárias etc. – o melhor conhecimento viria sempre de pesquisas “objetivas”. Vejamos essa coisa mais de perto.

Se feito honestamente, tudo está sendo desenhado **a partir do que as pessoas nos dizem** – e precisamos nos dar conta disso. Ao querer falar objetivamente de qualquer coisa no mundo humano e social, acabamos por ver através dos olhos das pessoas, narrar nossa história a partir das palavras delas. Será isso uma trivialidade, ou aí se esconde problema metodológico crucial?

Pergunto, então: a aplicação do método transforma ou, ao contrário, mantém o ponto de vista de quem ali nos fala? Se o método o transformar, já não teremos o “mundo” desejado pelo pesquisador; se o mantiver, que conseguimos de novo com a pesquisa? Além disso: como ser “fiel” a meus entrevistados, se eu **uso** estrategicamente o que me dizem? É **a questão da objetividade de pesquisas com pessoas**.

Quem já praticou, na pesquisa, essas estratégias metodológicas muitas vezes, pode ter passado por duas impressões conflituosas: a da trivialidade do dado (“as pessoas não me disseram nada de novo”) e a da manipulação teórico-explicativa (“minha interpretação de suas falas acabou valendo mais”) – afinal, com minhas hipóteses, eu escolhi o que perguntar às pessoas e dei o tratamento que quis ao que me responderam.

Isso complica a resposta às perguntas, dois parágrafos acima. E aí?

Quer saber o que eu acho? Deixe de guiar-se, nesse campo, pela ideia tradicional de **objetividade** aplicada às ciências de natureza, as que supõem descobrir um mundo “como ele (probabilisticamente) é” – e os paradoxos começarão a dissolver-se.

Ou, em outros termos, a objetividade de pesquisas com pessoas **significa outra coisa.**

No campo social, objetividade é a condução criteriosa de uma intenção (sua) de pesquisa, sabendo, por isso, como deixar que as pessoas que lhe falam **conduzam** aquela intenção. Porque o núcleo da objetividade nesse tipo de pesquisa não é técnico, tem mais a ver com arte. Está na forma de dirigir-se a alguém, **está na pergunta**, que não é uma “questão” posta a alguém que a “deve” responder. Veja: sua pergunta tem que imaginar bem o que “dará liga”, **o que produzirá sua comunicação** com a(s) pessoa(s). Por aí é que pode “começar o mundo” para você, pesquisador. (Não lembro de entrevistados desonestos ou respondendo forçados, mas já vi muitos sem entender a pergunta. E então...)

As estratégias metodológicas que chamam “pesquisa qualitativa” – parece-me – não chegam bem a essa ideia de objetividade. Mantêm-se presas à objetividade das ciências de natureza.

As metodologias padronizadas, os algoritmos bem desenhados, do começo ao fim, em softwares, supõem contextos, individualizados como “fenômenos”, altamente regulares, como alguns do mundo físico – nada do que são pessoas, sozinhas ou em relação, onde se tornam “outras”, inclusive diante de um entrevistador. E por isso aquelas metodologias **não** são científicas **para estes** contextos. (Um escândalo, o que acabo de afirmar, não é?). Praticaram caricaturas e simplificações práticas.

“Caricatura”. Sabe onde ela se mostra? Na **pretensão de mundo objetivo** com que às vezes se anunciam os resultados de pesquisas com pessoas.

Cícero Dias viveu o ambiente europeu ao longo da vida artística, em que assinou muitas obras. Mas, a despeito dos mestres ou corifeus que teve por lá, ficou inevitavelmente marcado pelo ponto de onde partiu, de onde começou a ver o mundo. Quem pesquisou com pessoas terá sempre feito **com elas** a pesquisa que assina.

27. O que (não) fazer com as pesquisas de survey

Desde que Paul Lazarsfeld, um matemático e físico de Viena, interessado em pesquisa social aplicada e que imigrou para os Estados Unidos na década de 1930 com o apoio da Rockefeller Foundation, conseguiu implantar seu Bureau of Social Research junto à Universidade de Columbia, desde lá, a pesquisa de opinião não parou de expandir-se naquele país. De prestação de serviço a empresas e governo, com resultados amplamente acolhidos pela mídia, o método tornou-se uma das marcas da sociologia americana.

A coisa pegou. Hoje, não há um dia em que você, assistindo noticiários de rádio, TV ou lendo jornais, não se depare com percentuais de “uma pesquisa” feita com as pessoas sobre isso ou aquilo, onde se “mostrou que...”.

Refiro-me à mais comum das pesquisas, planejada com emprego de certa estratégia metodológica que recorre à manifestação codificada de um conjunto representativo de pessoas (amostra) para produzir uma **distribuição padronizada** das opiniões, organização artificial de sua ocorrência, e analisá-las pelo emprego de medidas estatísticas de tendência central, de dispersão em torno dela e de relações entre grupos. Admitido certo erro de amostragem da população-alvo, suposto o ideal censitário desta, obtém-se uma visão de conjunto (*survey*) de uma situação social predefinida. Essa é a lógica do modelo.

A suposição corrente é que, com a (ou o) *survey*, se estaria produzindo um quadro panorâmico **do que realmente está acontecendo**, e daí para a frente cada um passaria a usá-lo para as mais diferentes ações (políticas públicas, estratégias de mercado, planos eleitorais etc.). Como não acabar seduzido por um

conhecimento assim claro e prático? Mas, também, em tais condições, como não acabar **abusando** dele?

De um lado, a academia misturou a *survey* com a pesquisa empírica de teste estatístico de hipóteses, das ciências de natureza. Em poucas décadas formou-se uma complexa “*survey* acadêmica”, delícia de metodólogos sofisticados, e uma estrutura técnica para multiplicação de estudos acadêmicos, facilitados desde a década de 1970 pelo clássico *Statistical Package for Social Science* (SPSS), da IBM, hoje com mais utilidades empresariais. Deixemos, porém, isso para depois.

De outro – ou no extremo oposto do espectro metodológico – os cursos de graduação (em TCCs), e logo a pós-graduação, sob controle da academia, acolheram a reprodutividade do modelo. Multiplicaram-se agências de pesquisa de mercado, avaliação de produto ou serviço e de sondagem de voto, bem alimentadas por softwares especializados ou por uma simples planilha Excel. E agora, quem controlará o amadorismo em pesquisa? Produziu números? Ok, a gente acredita...

Sinceramente, não sei como salvar a *survey* original. Quando Earl Babbie publicou, há mais de vinte anos, seu clássico *Survey research methods*, de quase 500 densas páginas, lançado no Brasil em 1999, certamente não imaginava que a banalização do método chegaria a tanto. Sinto por ele!

Então, que fazer com certo abuso das pesquisas de *survey* quando usadas demasiadamente para basear diagnósticos e importantes decisões de política pública ou empresarial? **Desmistificar**, penso eu, seu uso leviano, sua manipulação jornalística ou política.

Nesse sentido, meu ponto aqui é: **a *survey* não produz uma espécie de “conhecimento multiuso”** que, em projeções e tendências, pode ser enganoso. Para mostrá-lo, e só para isso, quero me imaginar agora com você em quatro momentos da preparação de uma *survey* ideal, no modelo mais comum, entre vários possíveis. Vamos ver o que acontece.

Primeiro momento. Você nunca começa sabendo bem o que quer, nem quantas ou quais pessoas procurar para entrevista e questionários. Tem-se que produzir **uma convergência disso**, e ela se faz por ensaios. Hoje, a *survey* é precedida de alguma “pesquisa qualitativa”: entrevistas preliminares e conversas com grupos *ad hoc* (*focal groups*). Ali você se encontra, entende melhor o campo e o que quer, vislumbra o(s) perfil(is) das pessoas certas e, se aproxima da linguagem adequada da comunicação com elas. **Vocês** se põem em linha. Você e mais quem, exatamente? É o “quantos e quais”, que você vai procurar com uma técnica.

Então, o segundo momento. Você precisa estratificar (estabelecer estratos, agrupamentos por característica, os perfis desejados) e estimar, usando inclusive novos bancos de dados, a **quantidade** adequada ao total e a cada estrato. Como? Se o grupo maior a que pertencem os perfis de interesse tem identificação e quantitativo bem conhecidos, ou seja, “população” definida, ótimo: você poderá definir também uma amostra confiável (há fórmula estatística para isso, com margem de erro admitida por você). Se não, definirá, por outros critérios justificáveis, os quantitativos que procura.

Vamos dar uma parada aqui (neste parágrafo e no próximo). Já que se usa, na *survey*, estatística paramétrica, cabe perguntar: o que seria, para supor-se estabilidade de médias e aplicar ao caso a Lei dos Grandes Números (LGN), um “grande número” de observações, suficiente para a complexidade da situação social “x”? Com esta pergunta, não quero reportar-me apenas ao necessário tamanho da amostra, relativo à variedade de opiniões a captar, mas à mutabilidade de cada opinião ocorrente ao longo do tempo (desatualização da *survey*), e no almejado momento da decisão (compra, voto etc.).

Ora, os fenômenos humanos e sociais **não são aleatórios**, requisito da LGN e, além disso, o uso da curva de normalidade (“Curva de Gauss”), principal distribuição padrão geradora de medidas de tendência central e de variância nas *surveys*, foi

desenvolvida matematicamente por Laplace **para fenômenos naturais** de ocorrência muito elevada. A “naturalização” da **opinião social** é, metodologicamente, solução pobre, precária.

Vamos a um terceiro momento. Em tempos e circunstâncias **diferentes**, entrevistas são feitas, ou cada questionário padronizado é respondido (supondo, claro, a honestidade do respondente). Em que situação e em que contexto a pessoa entendeu sua pergunta? Que estado psicológico ocorreu, dinamicamente, à pessoa enquanto ela evoluía nas perguntas/respostas, as anteriores influenciando nas seguintes (efeito “*carry on*”)? Este seria um dado de realidade que, objetivamente, se perde.

Enfim, um quarto momento. As *surveys* fragmentam em breves perguntas os contextos individuais de compreensão, e não podem captá-los. Contudo, os recriam, para fins inferenciais, em outro nível de significação. Quando reduzidos a “dados”, submetem-nos a modelos estatísticos de distribuição de ocorrências e, em seguida, de análise inferencial, na maioria dos casos **criando, propositalmente, relações** mensuráveis de correlação entre blocos de ocorrência (um ou vários acontecem “quando” certos outros também, ou ao contrário). Chega-se ao final, e o analista sai produzindo mais e mais conclusões **em nome** dos respondentes originais (a realidade social).

Metodologicamente, você não cometeu nenhum erro! Mas terá compreendido uma coisa essencial: **foi você mesmo** que construiu, **em uma interação** explícita, intencional, embora justificável, com um campo social, o que ao final pretende mostrar como “realidade”. O quanto dali é você, o quanto é a realidade social, nunca se poderá dizer exatamente! Mas uma coisa é certa: é uma **construção artesanal de realidade**, ou seja, cada pesquisa é uma peça especial de conhecimento, de referência restrita. Não é como “lei da natureza” que se usa e aplica, esperando resultados idênticos!

Sabe qual é a consequência da adoção massiva das *surveys* para planejamento de mercados e estratégia política? É que, sabendo da fragilidade real delas, “a turma que sabe das coisas” in-

veste pesado na publicidade dos resultados via mídia de massas a fim de aumentar a previsibilidade dos comportamentos – reduzindo desse modo o risco dos investimentos políticos e financeiros. **Automatiza-se o mundo social** que, aliás, está aprendendo a reagir assim, pelo uso constante da tecnologia de comunicação.

Pergunta: mas por que as *surveys* têm, às vezes, bons índices de acerto das previsões – supondo-as honestas? Sim, eles ocorrem. Mas **não nos tiram do puro campo das probabilidades, que não é o campo do real, mas uma categoria de saber “sob condições”**. A cada caso de pesquisa, a ligação mais demonstrável deles com a realidade, ali inteligível, é o comportamento social padrão, hoje favorecido (como mostrei acima). Assim, o resultado matemático de certo índice pode esconder **outras** interpretações causais fora do modelo, não “mais fracas”. E o faz nas probabilidades e grandezas desconsideradas nas médias, nos valores complementares à unidade tomada, e na auto-causação de previsões anteriores publicadas.

Diante de todas essas restrições, é preciso, enfim, dizer: a credibilidade social da *survey* se apoia mais na forma, algo mágica, como o senso comum entende o “acerto”, do que na **lógica** causal do modelo. De outra forma, a tomar logicamente, pela verificação, um caso como “acerto”, prova de causalidade real, outro caso que foi tratado como “erro”, pela não verificação, seria também, “popperianamente”, argumento suficiente para negar conclusões extensivas ao não verificado, quaisquer previsões. E se, mesmo assim, estas recebem status social de realidade, melhor repensar a natureza dessa história toda...

Uma última pergunta, na mesma linha: por que a cultura atual desliza tão facilmente, na *survey*, para extrapolações indevidas, mesmo pelo próprio método? Porque se “coisificam” conceitos e números. Eles, que são abstrações, são entendidos como “pedacinhos de realidade”, onde, como diante de um fato ou cena real, se poderia “ver” muito mais coisas.

Então, no caso de pesquisas de *survey*, devagar com o andar que o santo é de louça...

28. Métodos objetivos de pesquisa das relações entre as pessoas. Que loucura é essa?

Se o título lhe parece provocador demais, releia-o.

É isso mesmo que eu estou querendo dizer! Mas vou dizer devagar, e primeiro marcar bem meu ponto de partida: a pretensão dos métodos ditos “objetivos”, aqueles que convergem para números e modelos estruturados de relações entre as pessoas (diagramas, matrizes, por exemplo), de **falarem adequadamente delas e de suas relações**. Realmente não falam disso. Representam uma espécie de subproduto secundário delas, uma “crosta” social que vai se formando na superfície dos fatos relacionais. Esse tipo de pesquisa, frequente que seja, produz uma superestrutura perigosa de ilusões. Ou úteis a manipulações. Partindo daí, digo, sim, “que loucura é essa?”.

Em primeiro lugar, porque pessoas não podem conhecer pessoas (outra proposição radical...). E não é muito diferente de cada uma em relação a si própria – apesar do aforismo inscrito no templo de Apolo, em Delfos (“Conhece-te a ti mesmo”). Produzirão provavelmente a ilusão perigosa de imagens refletidas, interna ou externamente. Foi por isso que, no mito, Narciso, o caçador da Boécia, encantado com a própria imagem refletida no lago, perdeu sua vida.

Permitam-me os leitores resvalar em digressão para transcreever os versos de Sérgio Magrão e Luiz Carlos Sá, cantados por Milton Nascimento, em *Caçador de mim*: “Nada a temer senão o correr da luta/ Nada a fazer senão esquecer o medo/ Abrir o peito à força em uma procura/ Fugir às armadilhas da noite escura/ Longe se vai sonhando demais/ Mas aonde se chega, sim/ Vou descobrir o que me faz sentir/ Eu, caçador de mim.”

A curiosidade mais profunda que temos é sobre nós mesmos e sobre os outros, impropriamente chamados “semelhantes”. Do horóscopo ou da cartomante ao programa semanal de um “filósofo” falando da natureza humana, quem quer que se apresente revelando-nos a nós mesmos, será sempre ouvido. Então não é de estranhar-se que também a ciência tenha lá feito suas tentativas...

A genialidade teórica de um certo doutor Sigmund Schlo-mo Freud legitimava e justificava sua prática clínica. Mas o critério era o mesmo da ciência empírica: ele só podia garantir que certo relacionamento linguístico com o analista “funcionava” terapêuticamente.

“Que loucura é essa?”, sim, porque, em segundo lugar, as pessoas se escondem. Onde, de quem? Em si mesmas, das outras. Escondem-se, mas continuam procurando “a verdade escondida”, certas de que não a encontrarão em palavras bem arrumadas. E quando, de repente, a reconhecem, experimentam uma troca profunda de identidades. **Entendem-se** umas com as outras, aí sim, “semelhantes” – a espécie humana a reconhecer-se.

Por que o ponto alto e almejado pela TV que entrevista alguém na rua ou no *talk show* é conseguir, ali, ao vivo, a emoção e a lágrima do entrevistado? Por que as pessoas se transportam, inesquecivelmente, quando Simone ou Elis Regina dão voz à emoção das palavras com que Belchior ou Gonzaguinha “abrem seu peito e explodem” algo escondido, que também poderia ser de qualquer dos ali presentes?

É porque a vida social é um grande baile de máscaras. E não fica bem que ali se tire a máscara, nossa regra de normalidade. Que podem, contra aquelas máscaras, os processos objetivos de pesquisa?

A solução para isso? Não há. Mas, se não se pode mesmo ter a realidade do que **são** as pessoas em suas relações, toma-se o que exteriorizam, aparentam, falam. Passa a valer o **comportamento**. Sim, porque a crença científica na evidência empírica, como única forma de conhecimento válido, levou-nos a esta

aplicação da pesquisa biológica às pessoas, o **behaviorismo**. Era insustentável, sem dúvida, a tradicional e ingênua introspecção como método para dizer-se algo logicamente generalizável sobre a interioridade humana. Mas sua negação, como objeto de estudo, pelo behaviorismo, pretendeu recomeçar do zero, após milênios de experiência, todo discurso sustentável do homem sobre si mesmo.

Atribuiu-se a paternidade do behaviorismo ao prêmio Nobel de Medicina (1904) Ivan Pavlov, pela pesquisa do condicionamento operante e do método do estímulo-resposta negativo ou positivo. Mas o behaviorismo encontrou seu lar na psicologia americana, ainda no início do século XX, com John B. Watson, da Universidade de Columbia (*Psychology as the Behaviorist Views It*, 1913, o “Manifesto Behaviorista”), e teve formas radicais em seu objetivo de previsão e controle dos comportamentos. Sob a crença metodológica na experimentação, o behaviorismo não reconhece linha divisória clara entre o ser humano e o animal bruto. Assim, referindo-se ao comportamento humano, inclusive verbal, Burrhus F. Skinner observa que “os resultados do trabalho experimental iniciado com outras espécies se revelaram surpreendentemente livres de restrições quanto a espécie” (*O comportamento verbal*, Cultrix, 1978 [1957], p. 17). (Eu acrescentaria a esta citação “surpreendente” um ponto de exclamação!)

Hoje, a maior parte da teoria do comportamento organizacional, da aprendizagem e da interpretação do consumo e respectivas estratégias, na educação, na psicologia clínica e mesmo na administração, derivam do tronco behaviorista, com felizes acréscimos da antropologia cultural e da aprendizagem ativa, inspirada em Kurt Lewin.

O que realmente aprendemos, pergunto, com toda a centenária cultura científica behaviorista? A nos **entendermos** – ainda que pouco conseguindo mudar – ou, em vez disso, a nos **controlarmos** estrategicamente uns aos outros, em nome de ideias duvidosas, como “mudança” e “equilíbrio social”?

Na direção do entendimento entre pessoas, grupos e culturas, certamente demos um passo importante ao reconhecermos que **o simbolismo** domina as nossas relações. Ou, até melhor, **intermedia** nossas reações relacionais. Como sintetizou Herbert Blummer (*Symbolic interactionism, perspective and method*, 1969), seguindo George H. Mead, agimos em relação às coisas à base do significado que têm para nós, e, em relação às pessoas, à base do que achamos que pensam ou esperam de nós. O **interacionismo simbólico** talvez tenha sido a sistematização teórica que melhor deu conta do momento que a compreensão humana de si mesma atingiu no século XX. Habermas o tomou como um dos pilares de sua Teoria da Ação Comunicativa.

“Qualifiquei, de início, ‘loucura’ como uma metodologia” de pesquisa objetivista para relações entre pessoas, pela pretensão de falar adequadamente delas (não talvez de agir eficazmente sobre elas, infelizmente). Para fazer-me entender, e concluindo, sugiro-lhe que escute mais uma vez *Revelação*, de Fagner. E me diga o que lhe parece **mais revelador**: a eficácia com que brota de você o reflexo condicionado ao aproximar-se do McDonald’s, talvez salivante como o cão de Pavlov, **ou** a expressão daquele cantor: “Quando a gente pensa/ de toda maneira/ dele se guardar/ Sentimento ilhado, morto, amordaçado/ volta a incomodar”?

Entendeu?

29. O Rio Sauaçuhy

Tempos atrás, em momentos de descanso, foi-me inspiradora a tranquilidade com que o Rio Sauaçuhy¹⁰ teve seu encontro definitivo com o mar de Alagoas. Tive medo de, nas asas dessa inspiração que me levava até à filosofia, acabar aqui em um discurso vazio e etéreo, literatura de mau gosto... Mas não resisti. Ali havia algo do tipo “tudo a ver”. “A ver com quê” eu não sabia – já que saber é pensar claro – e por aí começou minha reflexão. (Como é difícil pensar claro!)

A seguir, então, aonde o Rio Sauaçuhy me levou, em cinco pontos.

1. Como trazemos dentro de nós a pressa e a angústia da vida moderna, a tranquilidade daquele rio me atingia. Como a modernidade, compelida pela ciência, nos confunde com as máquinas – próteses que cada vez mais agregamos –, a naturalidade dele me chocava. Ou misteriosamente me atraía, como se evocasse em mim elo perdido de nossa cadeia evolutiva. De qualquer forma, um rio que flui por si não nos chama a atividades intensas, mas à reflexão, à introspecção – fala-se em “contemplar um rio”.

2. Aquele rio a fluir lembrou-me, em referência clássica, Heráclito de Éfeso (século VI a.C). Sem dúvida, tudo é mitificado em torno desses nossos “ancestrais-culturais” da Pérsia-Grécia, mas a imagem distante que nos dá Dionísio daquele homem estranho, autodidata, recluso e solitário é a de ruptura com seu meio, inclusive o de sua família, rica e nobre, à procura da sabedoria. Foi Platão, em *Crátilo*, que o celebrizou em breve citação, como tendo ensinado: “Tudo muda de lugar, nada permanece estável e [por isso] não se pode pisar duas vezes na mesma correnteza”.

¹⁰ https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rio_Saua%C3%A7uhy.jpg.

Platão citou Heráclito como ícone de uma escola de opositores seus, de sua filosofia do ser estável, no mundo dos conceitos, para ele tido como real e acima de nós. O “*panta rei*” (tudo flui) é reinterpretção de um filósofo neoplatônico, Simplicio de Sicília, já no século VI de nossa era. Mas a ideia radical de que tudo é regido pelo tempo que passa, prosseguiu como tradição filosófica paralela à platônica, e não se restringe à cultura ocidental.

3. Pela **impermanência** (Anitya, em sânscrito), uma das três realidades (“verdades”) axiais ao budismo – esta doutrina prática que, não sem fortes razões, no último meio século encontrou repentino eco no Ocidente – o ser humano encontra sentido para sua vida real. Tudo que acontece de físico ou mental se dissolve, assim como os próprios ciclos da vida. A força interpretativa com que a ideia de impermanência pode galvanizar toda a nossa experiência cotidiana, sobretudo a mais dolorosa, se transforma em um olhar mudo sobre ela. A explicação, sobretudo a verbal, satisfaz, mas talvez seja a mesma que infelizmente perturba nossa contemplação do rio a fluir.

4. Por outros caminhos e com outras bases, a metáfora da liquidez – a propriedade do líquido que toma a forma de seu ambiente – foi fecunda na sociologia de Zygmunt Bauman (*Modernidade líquida, Tempos líquidos, Amor líquido* etc.). Ele, que também escreveu fartamente sobre a pós-modernidade, contrastou brilhantemente a realidade da “liquidez” nas nossas relações e ocupações hoje com a solidez prometida pela modernidade (a dos “Tempos Modernos”) que entrou em crise no século XX. Das certezas ontológicas às verdades religiosas, do conhecimento definitivo da ciência aos princípios morais que esteiam a vida social, tudo pode dissolver-se a qualquer momento. Melhor que se encare, pois, tudo isso como a fluir.

5. Este ambiente da nova modernidade reteve do iluminismo dos séculos anteriores a **ideia de confiança no novo**, de que há algo sempre mais novo e melhor a surgir, que por isso o futuro, apesar de tudo, será melhor. A sociedade de mercado

tomou de forma hiperbólica essa ideia, presente em cada novo produto lançado, em cada nova solução tecnológica. De uma forma ou de outra, tudo flui bastante, sem que se precise dizer para onde nem haja tempo de perguntar por quê.

A velocidade e a irreflexão devastadoras deste ímpeto, já nos afastam da imagem de fluidez do rio. Antes, nos levam a pensar nos rios que correm tumultuados e velozes em corredeiras acidentadas. Onde se praticam esportes radicais, não contemplação.

Então contemplemos o rio Sauaçuhy um pouco mais. De preferência em silêncio.

30. O casamento e o pensamento

Semana passada¹¹ fui ao casamento do filho de um amigo. Casamentão! Tudo maravilhoso, impecável – coisa para só ter elogios. Mas a essência de tudo aquilo não era o rito religioso, eram as pessoas. Os noivos, sim, sobretudo a noiva, com presença esperada e preparada por um cortejo cada vez maior de “coadjuvantes” entrando aos pares, com destaque para as daminhas (entre as quais minha neta) enternecendo a todos, e, é claro, ali estava também o noivo...

Os convidados tinham vindo para “o casamento”, este fenômeno social único, de que faz parte se apresentar e ser observado/a por olhares críticos. Fazia uns oito anos que eu não via muitos dos familiares e amigos do meu amigo. Esse é o ponto! Então, os tais “olhares” temidos cruzavam-se discretos entre as pessoas: “como fulano envelheceu!”, “aquele é cicrano?”, “Nossa! como ela engordou!”. As maquilagens e os cabelos arrumados conseguiam até transformar tempo em beleza, mas, dado este desconto, ainda era possível vê-lo bem escondido, sobretudo por contraste implacável: ali estavam os jovens e as crianças. Para mim, pairava naquele meio, e com o conhecimento de todos, uma realidade: **o envelhecimento**.

Salto para uma pergunta que me ocorreu: até o nosso pensamento envelhece? Não me refiro à memória. Essa... “Como é mesmo o nome daquele cara ali na mesa ao lado?”, “Oi, há quanto tempo, não é? Você não mudou nada!” (mas como é a ***** do nome dela!). Me espanta minha mulher que se lembra do nome de todo mundo – o que torna pior minha situação. Não importa. Devagarzinho, a memória também não escapa à sombra do tempo que avança sobre tudo. Mas parece que com

¹¹ Texto escrito inicialmente em 10/11/2017.

o pensamento seria diferente. O que as pessoas dizem, **suas opiniões**, envelhecem também? Mas envelhecem **na opinião** de quem? Dos mais jovens? Dos que acham que trazem novas opiniões? Como, então, “envelhecem”? Tem coisa aí...

Sim, porque pode ser que algumas opiniões, elas sim, estejam “envelhecendo” outras, que a coisa seja por aí. “Pensamento retrógrado!”, “opiniões antigas!”, “superadas!” ... e ninguém quer ser chamado de “conservador”. Prevaecem as falas **preparadas para aceitar** uma opinião nova, e isso pode estar acima da racionalidade. Talvez, em política, o ressurgimento do chamado “pensamento conservador” só esteja ocorrendo porque, de certa forma, passou a ser o novo, no caso, face ao cansaço das revoluções e utopias. O envelhecimento do pensamento seria então um fenômeno **diferente** do que senti naquele casamento. Nada “natural”, mas talvez **cultural**.

Dentro dessa pegada de “quem ‘envelhece’ quem”, fica muito difícil não lembrar que ainda somos herdeiros (devedores?) da **modernidade**, a cultura que no Ocidente se tornou hegemônica desde o século XIX. O **impulso** da modernidade – não quero referir-me a modulações históricas ou setoriais como “modernismo”, “pós-modernidade”, “modernização” etc. – e o **valor** do moderno, por si, têm o principado, capturaram a ideia de desenvolvimento e se incorporaram à noção de tempo. Naturalizaram-se. A ponto de soarem estranhas ou repulsivas perguntas como: por que o “mais moderno” é preferível? “Retregresso” será a única alternativa ao “progresso”? Ou “conservador” a “progressista”? Quem fala em “avanço” pensa na direção em que está indo? Quem garante que a chegada de uma “nova era” – tecnológica, nos diz Yuval Harari – deve ser mesmo celebrada? O “mais humano”, o “mais civilizado” só é encontrável “à frente”, na projeção do presente? E se algo assim já tiver ocorrido algumas vezes na história? Enfim, pergunto ainda, a ideia-mestra de “progresso” – que nos veio no contexto do positivismo de Augusto Comte em meados do século XIX – implica nova concepção determinística da história, um novo historicismo –

tendo os últimos sido sepultados no século XX, junto com suas desastrosas “realizações históricas”?

Amigos, estamos soltos na história e perdidos entre as galáxias. Precisamos **pensar**.

Vou particularizar. O mundo da tecnologia, da economia, das organizações, dos mercados e empresas, vive sob o signo da **inovação**, um movimento avassalador que se supõe “para a frente”, em progresso, e que implica pensamento inovador. Não há tempo nem para pensar se tem mesmo que ser assim...; para perguntar, por exemplo, como pôde a civilização ocidental ter vivido mais de mil anos (da queda do Império Romano à Renascença) **sem** essa ideia da modernidade! Ou que, se alguém quiser pensar, seu pensamento **não** tem que ser necessariamente um reflexo dela. O que aconteceria à inovação, por exemplo, se alguém a desvinculasse da vantagem competitiva? Que ocorreria se as pessoas comesçassem a ver a inovação pelo lado de seu resultado concreto, na sociedade e no equilíbrio do meio ambiente?

A inovação não é natural, como parece. É cultural, pode ser superada. E o pensamento e suas expressões diretas, como a literatura, as artes cênicas e o debate público, talvez sejam uma força melhor (mais reflexiva e com espaço para a crítica) para conduzir a cultura do que o consumo e a competição de mercado.

E me pergunto: será que as pessoas hoje pensam menos?

Sobre a pergunta acima... já que começamos falando em casamento, lembro agora a brincadeira: “quem pensa não casa e quem casa não pensa”. Mas, se as pessoas continuam casando, que devo concluir?

31. “Isso daria um case!”

Abro o *Jornal do Commercio*, Recife, 31/10/2017, que traz o resultado do certame anual Melhores Empresas Para Trabalhar (GPTW, sigla da versão inglesa). A matéria conta a história da Rota do Mar, empresa de confecções sediada em municípios da região de Caruaru, Agreste de Pernambuco, a cerca de 160 km do Recife, hoje com projeção nacional (1 milhão de peças vendidas por ano nas linhas de surf, esporte e *casual wear*) e 600 empregados, “colaboradores” que se declaram felizes ali. O “antes” (no caso, uma família modesta com tradição em confecções e raízes na Feira de Caruaru) e o “depois” (21 anos de expansão, modernização e um parque industrial com várias plantas na região) dão certo toque mítico ao *case* empresarial.

Cases fazem parte da cultura do business que projeta a coragem empreendedora e o pioneirismo. Circulam na imprensa, em publicações dirigidas ao mundo dos negócios. Geralmente são de inovação e sucesso, mas podem ser de histórias inusitadas ou de empresas que não souberam reconhecer que novos contextos se aproximavam, e perderam oportunidades de mercado para concorrentes. Aparecem reelaborados como estratégia motivacional e de aprendizagem em treinamentos gerenciais e MBAs. São modificados em cursos de graduação em administração para o formato de “casos para ensino”, e podem ser **objeto** de dissertações e teses acadêmicas, já transformados metodologicamente em “estudo de caso”.

Algo contra os cases? Reconhecida neles a ingenuidade das histórias de heróis, típicas da cultura norte-americana, em que até presidentes acabam heróis (ou anti-heróis...), não se deveria aplicar aos *cases* a tradicional má vontade acadêmica... Afinal, **não são** nem pretendem ser ciência.

Mas poderíamos falar de um sentido epistemológico (forma de conhecimento) do *case*? Ou perguntar se isso se mantém quando se dá ao *case* força didática e motivacional?

Vejam. Na composição narrativa do *case*, circula uma intenção de conhecimento: “descobre-se” algo **no que aconteceu** e se deseja revelá-lo. O *case* participa desta forma ancestral de saber, a criação narrativa – do mito ao relato histórico. Assim como se passa a conhecer mais pela atividade linguística de análise discursiva ou pelas deduções do cálculo, também narrar um fato é exercício criativo de significado.

Conhecimento preso ao imagético, sim. Singularizado, mas não menos poderoso na riqueza de significados dali desdobráveis. A supervalorização ocidental do conhecimento analítico e da razão pura (metafísica) tende a perder aquela riqueza. Isso se mostra na restrição que introduzem na sua comunicação, em contraste com o número de participantes facilmente envolvidos na comunicação narrativa, no *case*. E para a tradição da linguística que se seguiu a M. Bakhtin, estamos diante de gêneros de discurso (*speech genres*). Só isso. Ali não se valoriza ou desvaloriza o gênero narrativa¹² face a outros, mais formalizáveis.

Não perderia, porém, o *case*, prenhe de significados, o poder generalizante do conhecimento científico, logicamente estruturado para tal? Sem dúvida! Quem admira um *case* de sucesso sabe que não pode extrapolar suas conclusões para outros negócios, como nas afirmações e estratégias de uma teoria econômica bem assente – por exemplo, em microeconomia, a Teoria da Firma, de Ronald Coase (1937). Contudo, se o conceito formal de generalização não cabe a um *case*, recusado para as intenções de segurança e certeza maximizadas pela ciência, há,

¹² Note-se a total diferença de significado desta expressão em relação ao da vulgarização dada hoje pelo jornalismo político ao termo “narrativa”, tomado como sinônimo de versão arbitrária e tendenciosa dos fatos. A narrativa, feita em primeira ou terceira pessoa verbal, é forma de estruturação da linguagem na comunicação, por qualquer meio, que se tornou um gênero literário altamente cultivado.

neste, outra forma de expansão de significados válidos: a **exemplaridade**. Como assim?

Mesmo sem aceitar o conceito de “generalização naturalística”, de Robert Stake, respeitado autor em metodologia de pesquisa, considero perfeita sua análise em que identifica certa “expansão de conhecimento” na narrativa do caso-exemplo. Diz ele (em *Case studies*, capítulo do *Handbook of qualitative research*, de Denzin e Lincoln, 2000, p. 442) que a narração provê oportunidade para a “**experiência substituta**” (expressão dele, grifo meu); os leitores estendem sua imaginação e memórias sobre os acontecimentos, e vêm a conhecer como se tivessem experimentado. Somos assim.

Agora, para salientar esta forma de conhecimento e avançar no assunto, observo que é naquele ponto, o da “experiência substituta”, que **se afastam do case** os Casos para Ensino e os Estudos de Caso.

Há os trabalhos escolares sobre casos – o mais famoso deles sendo o centenário Método do Caso (*Case Method*), desenvolvido há mais de um século na Universidade Harvard. No Brasil, o Método do Caso já está amplamente difundido como “Caso para Ensino”, havendo ricos bancos de dados (casos) disponibilizados e constantemente renovados. Eles pretendem “estudar” um caso, real ou fictício, para: (1) permitir a alunos e treinandos, postos, ainda que artificialmente, na posição de protagonista de um caso-problema, imaginar e justificar cenários e soluções alternativos; (2) adaptar, com informações contextuais pertinentes, soluções de um caso real, supostamente entendendo-lhe as causas.

Já o Estudo de Caso, uma estratégia de pesquisa acadêmica, nada tem a ver com o processo comunicativo de *cases* – mesmo tomando um *case* como **ponto de partida**. Desenvolve-se em contexto de metodologia de pesquisa científica.

Retornemos à perspectiva inicial. Na verdade, tratando-se de empresas ou de pessoas comuns, **vivemos entre cases** sem saber lidar com eles. Ou não os percebemos ou lançamo-nos so-

bre eles, querendo entender seus “porquês” e quase apoderar-nos simbolicamente de seus (bons) resultados. Os *cases* têm algo das pessoas a quem temos que admirar, sim, mantendo, porém, distância, para que, por si próprios, produzam em nós significados “em estado puro”, anteriores às nossas mil ressignificações. Para isso, felizmente, eles são ambíguos, pois, como disse Nietzsche, “Acima de tudo, não devemos querer despir a existência de sua rica ambiguidade” (*A Gaia Ciência*, 2012, § 373)

32. Aprender a escrever em “academês”?

Quarta-feira passada (22/11)¹³ estive em uma universidade federal do Nordeste. Era um seminário sobre interdisciplinaridade. Ao final, levantou-se uma aluna de mestrado em área sociotécnica e, em pergunta-queixa, falou da dificuldade de aprender a escrever textos acadêmicos, como se pedia a ela no curso. Ali estava, de novo, reaparecendo, o problema do “academês”.

Tentei responder desmistificando um pouco a coisa: não é uma espécie de “melhor maneira” de falar dos assuntos. Tal não faria sentido, primeiro, porque o valor está no significado do que é dito (não na “maneira de falar”) e, segundo, porque o fenômeno básico é, no caso, a comunicação – valem os códigos e regras eficazes para “o outro lado” entender. Caracterizei a situação como uma língua em vigor em certo meio social profissional: nas comunicações “oficiais” (os textos) ali se fala academês. E tem que aprender essa língua, ponto.

Mas, como toda linguagem, as funcionais como as naturais são uma **prática**, e só se aprende praticando incessantemente. De tanto repetir isso em *Investigações filosóficas*, Wittgenstein acabou me convencendo: o que há são “jogos de linguagem”, onde há regras, sim, mas as situações de uso delas são sempre únicas (pense no futebol...). A linguagem é uma **prática relacional** e a gramática uma maneira de **fazer**.

Portanto, no mandarim, no JavaScript e no academês, vai-se “pegando o jeito” de usar... Quando vê, você está falando, escrevendo, se comunicando e sendo mais elogiado que censurado. (Claro, não é bem assim, de repente. Tem gente que acaba reprovado... passa a vida em um ambiente profissional e não

¹³ Texto escrito em 27/11/2017.

domina a linguagem dali; ou sabe “enrolar” – no “juridiquês”, por exemplo – e não vai longe.) Aprender formalmente as regras pode ajudar a ir mais longe.

Ao responder à mestranda que me perguntava, minha intenção era fixar o essencial. E aliviar a carga emocional desnecessária e traumatizante que cerca a aprendizagem dos aspectos textuais de um gênero de discurso (no sentido de M. Bakhtin).

Mas continua sendo verdade que é muito grande o contraste do estilo acadêmico com o dos demais da literatura e do jornalismo. O tempo que se passa no mestrado ou mesmo doutorado supõe-se suficiente para o domínio da expressão. Mais tempo, penso eu, será ainda necessário para ir além da expressão e acompanhar aí o bom ou mau desenrolar do pensamento argumentativo.

Agora imagine um profissional (“P”), analista de mercado financeiro ou um consultor de negócios, por exemplo, acostumado às melhores publicações encontráveis na sala de espera de altos executivos, como a *Havard Business Review Brasil*. Imagine-o tentando ler e aproveitar a produção de artigos de pesquisa acadêmica da área de finanças ou marketing. Ele começa interessado, aqui e ali se perde, vai se cansando e larga a leitura. “P” precisa entender inteiramente a diferença entre a linguagem **sin-tética**, de uso coloquial e mais eficaz, e a **analítica**. Mas ao contrário de pesquisas redigidas **como solução técnica**, a leitura de “P” vai engancha mais nos **textos puramente conceituais** ou de pesquisas empíricas para reforçar interpretações teóricas, justamente os de maior poder inspirador. Refiro-me a estes.

Vou arriscar-me aqui a sugerir a “P” umas dicas para facilitar seu exercício naquelas leituras. Se interessarem a você, mes-trando ou doutorando, fique à vontade... (Na verdade, espero que interesse.)

Há **três diferenças essenciais** do texto acadêmico (“há” = organizo assim meu pensamento, só isso). É possível, sim, apontar qualidades decorrentes delas, mas também deformações,

ritualização, recursos de retórica persuasiva, cacoes formais, elementos normativos que se agregam e que, infelizmente, às vezes acabam substituindo-se ao essencial ou lhe fazendo sombra. Vamos a elas.

1. **Reduzir ao mínimo os contextos implícitos, ao contrário da linguagem coloquial.** E quando não couber, referenciá-los, citando outros estudos. Isso significa que o autor vai preparando o contexto, cercando e desdobrando o que tem a dizer, a afirmação principal e suas razões. A linguagem é analítica, não sintética (fatos e exemplos, analogias, palavras fortes, expressões ricas de significado por seu uso coloquial). Mas prolixidade – dizer o mesmo com mais texto – já seria deformação de estilo.

2. **Escolher e tratar de um ponto só, bem-definido, em um ato de fala justificativo.** Um texto acadêmico não é escrito para contar fatos, mesmo que eles falassem “por si”, mas refere-se a fatos constatados para caracterizá-los como algo específico, fazer uma predicação conceitual sobre eles. Mais: o autor não vem ali apenas para afirmar algo claro; seu ato de fala se supõe em contexto argumentativo, ou seja, o leitor quer saber por que, espera argumentos – quaisquer que sejam os “lugares argumentativos” (quantitativos, valorativos, autoritativos, lógicos etc. (veja *Tratado da argumentação: a nova retórica*, de C. Perelman e L. Olbrechts-Tyteca, Martins Fontes, 1999, p. 94-108).

3. **A autossuficiência estrutural do texto.** A unidade estrutural de qualquer redação, de ter “começo, meio e fim”, ensinada desde a escola fundamental, aqui se torna mais rigorosa, porque crescem os riscos de digressão e falta de encadeamento coerente de cada parágrafo com o objeto e objetivo de início definidos.

E termino falando a meu leitor “P”:

– Você entendeu estas três diferenças?

– *Entendi.*

– Entendeu? Então é porque, de alguma forma, já sabia, porque as redigi em **linguagem acadêmica**, que você tinha dito não entender. Acho que você já sabia, apenas não...

- *Como? Não costumo ler publicações acadêmicas.*
- E gostou?
- *Não é bem que tenha gostado... gostei de entender melhor.*
- Pois assim você ficou sabendo mais duas coisas: (a) o que ela **subtrai** à linguagem sintética da comunicação ordinária e técnica, e (b) o que a linguagem analítica **acrescenta** ao significado já percebido.

33. *Data bases, Desk Research, Data Mining, Research Tools...* Que fazer com a informação?

Sim, porque, para quem hoje faz pesquisa, informação seduz, embriaga e, o que é mais grave, deixa feliz... Então a informação é capaz de monopolizar a pesquisa. A nova pesquisa-informação satisfaz, mas, paradoxalmente – pondo-me na pele do acadêmico plenamente envolvido no ofício – deixa também ansioso e sufocado.

Primeiro, vou dar minha opinião sobre alguns processos metodológicos que circulam nesse ambiente. Depois, através da pergunta “Que fazer com a informação?”, tento olhar um fenômeno mais amplo, talvez histórico, aí representado.

O Portal de periódicos, da Capes, disponibiliza quase 40.000 publicações em mais de 200 bases de dados científicas, milhões de artigos. Qualquer que seja sua área de interesse, você terá que definir termos de busca. Pode parecer fácil e espero que, chegando a dezenas ou centenas de textos de seu interesse específico, você esteja feliz, seduzido por “tanta ciência reunida”... Lembre-se, porém: você já terá tomado ali uma decisão de pesquisa, quando pensa que ela está apenas começando!

Há uma questão de raiz da Desk Research – termo aplicável à busca de quaisquer fontes acessíveis “de sua mesa”, sejam textos, sejam dados numéricos – da qual às vezes não nos damos conta. Quero referir-me especificamente ao uso de dados numéricos de pesquisas anteriores, de bancos de dados públicos (IBGE, Banco Central, Portal da Transparência, secretarias de planejamento etc.) ou privados (federações de empresas, ONGs, organismos internacionais): essa Desk Research é pesquisa de dados secundários. O termo supõe que os primários são os provenientes de pesquisa de campo ou coleta direta de autores jun-

to às fontes que identificaram e realmente abordaram. Qual é então a questão sobre a Desk Research?

Se a originalidade e o valor da informação se supunham nos primários, característica esperada de teses e dissertações, a diferença de custos e tempo e mais a abundância invertem hoje, totalmente, a ordem de preferência a favor dos secundários. Seu notebook põe o mundo em sua mesa... mesmo que seja um mundo “de segunda água”, a informação reelaborada que você também reelaborará, história recontada – **a cada vez com propósitos diferentes**. Sacrificam-se diferenciais de inovação e se empobrece a pesquisa.

Já tive uma reação forte contra o Data Mining. Irrracionalidade arriscada, pensava. Mas depois que me ocorreu a metáfora do “farejar”, comecei a achar que aquela “mineração” quase randômica de dados à procura de uma “pepita de ouro” poderia ter lugar no processo criativo, deixando-se, talvez, meio indefinido o objeto da procura. Mais do que pesquisa, teríamos uma técnica de criatividade. Não estou muito seguro disso porque é preciso **ter faro**. Data Mining é para quem domina bem o campo e os processos de geração dos dados. Pairar então sobre eles, até servindo-se de alguns instrumentos técnicos, pode ser inspirador.

Muita gente não se dá conta de que há uma sofisticada engenharia de pesquisa em expansão vertiginosa; e que a energia que move este universo é um conceito novo, produto do século passado, a “**informação**”, que agora, em rápida mutação, tecnicamente denominada “*data*”, **adquiriu vida própria** e gera intensa economia de trocas. Uma experiência disso, infelizmente encerrada no fim de 2017, foi o Silk (então innoscholcomm.silk.co). Mas o intercâmbio e a troca de informações e dados continuam. Deve surgir – ou talvez já haja ainda que setorial – alguma *research tool* que os organize ou facilite.

A pergunta “que fazer com a informação?”, como se, tendo-se a informação, houvesse dúvida quanto ao mais importante (o “que fazer” com ela), começa hoje a cair de interesse,

infelizmente, porque é o dado que está passando a ser o centro de gravidade da pesquisa. Entendo por “dado” uma informação tornada tecnicamente “manipulável”, elemento para alguma engenharia e, para isso, reduzida a unidades. Buscar dados, acessar (a compreensão de) dados, analisar dados, descobrir novos dados para... **publicar** dados. Perigosamente, a informação não é “instrumento para”, é substância, provê-se de tudo, é um projeto bastante em si. Tornou-se central.

Tanto assim, que provocaria a pergunta: “como chegamos tão longe na ciência, se toda a pesquisa científica e filosófica até meados do século XX trabalhava com tão pouca informação coligida e disponibilizada?”. Outra pergunta, em sentido diferente: “será que os grandes cientistas da Física, de outras ‘ciências duras’, e mesmo das incipientes ciências da cultura, como Weber e Durkheim, se tivessem estado envolvidos e afogados na imensidão de pesquisas e dados que se tem hoje, teriam produzido as ideias geniais que nos influenciam até hoje e que se tornaram paradigmas?”.

A Teoria Matemática da Informação, de Claude Shannon, 1948, tornou-se um marco, e o que aconteceu naquele século foi uma brutal influência da **linguagem matemática** e do **interesse de engenharia** na ciência ocidental. A Ciência da Informação está a caminho de assumir a função de eixo articulador entre as ciências que, até o século XIX, se reconheciam à filosofia do conhecimento (epistemologia, lógica e metafísica).

Assim, vai-se dando novo rumo à metodologia de pesquisa, e lugar central ao dado.

Mas o problema crucial do pesquisador não é a informação, é o **critério**. O critério se volta contra o uso irrefletido, já partindo do que lhe é “dado”. No critério, dá-se valor à ação humana porque ele consiste em: (1) **escolher** entre informações e estruturas de informação disponíveis, muitas vezes de vetores diferentes; (2) **justificar** tal escolha, reconhecendo com isso a responsividade social daquela ação; (3) manter a relação entre objetivo, estratégia metodológica e informação.

A ciência e a filosofia que chegou até a primeira metade do século XX dispunha de limitado instrumental técnico de observação – já o lembramos, acima. Mas chegou a poder questionar a própria observação empírica e, de qualquer forma, levou longe o uso do pensamento. Pôde descobrir que o erro começa ali, no pensamento; que a imaginação criativa é a grande força, que precisa de critério; que o conhecimento cresce mais pelo diálogo crítico entre os profissionais da ciência, feito sobre o conceito e a teoria, do que pelo tamanho dos bancos de dados e sofisticação de suas análises. Talvez se deem muitas voltas no tempo até que reencontremos, como novos, alguns problemas da lógica (ou melhor, outra lógica), da validade e da certeza do que se afirma, problemas que nossos antepassados já tratavam e a que deram respostas geniais.

Vejam vocês. Um *turning* na cultura pode estar se produzindo na pesquisa caracterizada pela informação-dado, fragmento de “algo” – que não se quer saber bem o que é – e que se “trabalha”. Há um deslocamento da escolha, representada pelo critério, para o que já lhe está parcialmente, ou de alguma forma, “dado”.

34. Meu Deus! Que fizeram à pergunta de pesquisa?

Nos mares tumultuados de quem inicia um projeto de dissertação ou tese, uma espécie de farol lá na terra distante tem sido a pergunta de pesquisa. É preciso “descobri-la”, e dá trabalho. Mas depois, guiado por ela, você não se perderá e, inclusive, saberá que chegou bem ao seu destino, tendo “conseguido” respondê-la.

De dica metodológica, a pergunta de pesquisa passou a instituição metodológica catalogada em manuais de metodologia. Ela tem uma importante utilidade adicional: uma vez formulada, será tomada pelos avaliadores como primeiro indicador de dissertação “bem-fechada”, recibo passado de entrega feita. Quem pode ser contra figura tão simpática?

Eu não posso. Muitas vezes ajudei alunos a formularem suas perguntas de pesquisa, levei meu orientando a acreditar nela – tal sua aflição. Até que, examinando outros e mais outros projetos de dissertação ou teses, fui notando outro lado da coisa: a pergunta de pesquisa, de instituição informal, estava sendo formalizada. E mais: engrenagem indispensável na máquina do formalismo que viabiliza a industrialização da pesquisa acadêmica. Fazia parte do roteiro ou esquema pré-fabricado. Já não tinha o desafio de uma pergunta, era um item de formulário.

“Meu Deus!”, pensei, “que fizeram à pergunta de pesquisa?!” – e deveria ter dito “o que acabamos fazendo”, não me excluindo do que resultou em abuso. Agora, para expiar minha culpa, sinto-me na obrigação de ajudar, de alguma forma, a reencontrar-lhe o sentido. Vamos lá.

Você deve ter notado que, acima, adotei linguagem levemente irônica. Mas sei que esse trabalho desconstrutivo, necessário, tem também seu limite. Então, qual será o sentido oculto

e válido da pergunta de pesquisa que veio a ter sua formulação externa degradada?

É a questão do **problema de pesquisa**. Aprendemos nas primeiras lições (ou exercícios) de aritmética que é preciso saber formular o problema. Sem formulá-lo você não vai a lugar nenhum e se formulá-lo erradamente acaba onde não queria, na nota zero. A matemática é uma estrutura lógica, inicialmente aperfeiçoada pela nossa espécie, para resolver problemas práticos – que o diga o cálculo geométrico para redistribuir as margens do Nilo após suas enchentes – que tem uma peculiaridade: a estruturação do problema já encerra o próprio encaminhamento da solução. Restará apenas operacionalizar a formulação.

Isso não é verdade só para a matemática, mas para muitas situações **práticas**. Tem-se o binômio problema-solução, dele surgindo outro: diagnóstico-projeto de intervenção. Os problemas práticos **de pesquisa** não rompem com aquele binômio fundamental. Exigem, no entanto, caminho mais crítico e enraizado no plano real, sobretudo para **formulação do problema**. (Quantas vezes vi estudantes formularem facilmente suas perguntas de pesquisa e pouco adiante “baterem na parede”!...)

As ciências aplicadas e tecnológicas têm a **formulação** do problema como a etapa de base da pesquisa-de-solução. Veja esses passos lógicos: o que seria sintoma **de** problema > de que natureza seria **o** problema > com apoio em quê (conceitos e dados) se deve tentar formulá-lo > qual seria a melhor (“ideal”) formulação operacionalizável dele, para que se possa, nas condições reais (quem, quando, como, com que recursos e cuidados etc.) > levantar, enfim, alternativas de solução viável.

As técnicas ou instrumentos técnicos facilitam e encurtam caminhos e custos naquelas ciências e tecnologias. Isso é útil para TCCs, MBAs e alguns mestrados profissionais.

Nas **pesquisas dissertativas**, porém – aquelas estruturadas para produzir assertivas defensáveis, com perspectiva mais ampla – a formulação do problema de pesquisa, possivelmente expressa sob forma de pergunta (“a pergunta de pesquisa”), tem

horizontes e caminhos essencialmente abertos, ainda que os pesquisadores costumem adotar estratégias padronizadas, conforme os paradigmas de trabalho da área.

A essência daquela indefinição prévia (caminhos abertos, disse eu), única capaz de salvar a pesquisa criativa, aponta não mais para a técnica, mas para a **análise**. Você tem que analisar os contextos e sua versão conceitual para formular o problema – ou não sairá do lugar; fica rodando em círculos de discursos e citações insuportáveis. A análise do problema exige, além de informação, competência específica conceitual e histórica.

Há, contudo, algo mais que precisa ser dito, tanto em relação às pesquisas aplicadas e tecnológicas quanto às dissertativas: você tem que ter o *feeling do problema*. A prática – inclusive o hábito do **trabalho** teórico – é que lhe desperta e educa este feeling. Mas, aqui também, uma análise conceitual pode trazer algum esclarecimento, porque, como todo feeling, o do problema surge com alguma ambiguidade. Refiro-me à pergunta conceitual “**o que é um problema?**”.

A conceituação de **Karl Popper** para “problema” é de mestre: “é a discrepância entre fatos experimentados ou apenas antevistos e sua **expectativa**” (*Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária*. Itatiaia/USP, 1975, p. 235) O termo catalizador aqui é “expectativa” (como se espera que algo seja ou se desejaria que fosse). Ela pode ser consistente ou injustificável; pode ser teórica ou fundada na experiência; de exigência elevada ou muito simples. Mas é a expectativa, percebida de alguma forma como negativa para nós em relação a algo, que o define como problema.

Avalie você o alcance desta concepção. Veja a que domínios e limites amplos da experiência e da cultura ela pode estender sua compreensão e o tratamento daquilo que você passará a considerar como **O** problema relevante, seu horizonte de pesquisa e o renovado objeto dela.

No caráter qualitativo da expectativa também se dissolve o formalismo. Por ela você passa a dar a algo um significado jus-

tificado de problema **para você** – sendo-o ou não para outros. É a discrepância de um contexto real com sua expectativa pessoal que o inquieta, instiga, move, motiva. E você passa a ter vontade de dizer algo a respeito. Se ainda não tem, pesquisa, procura o que dizer; ou diz, e logo aperfeiçoa o que disse.

E, sobre um problema, a pergunta de pesquisa terá deixado de ser duvidoso truque de encaminhamento de seu trabalho para ser a inquietação sadia e inteligente com que você criará seus caminhos.

35. “Alguém me explicou cientificamente. OK. Mas, que faço agora?”

Esta situação aí existe, sim, e dá o que pensar. Sugere certa perplexidade de quem, sob influência normativa de alguma ciência, sai do ambiente de certeza desta e sente, honestamente, o choque cego da prática – e nesse caso estamos todos nós, em algum momento, como atores ou figurantes. O título parece coloquial, mas encerra problema epistemológico básico em ciência, a que se refere Karl Popper em sua coletânea de escritos, alguns ainda da década de 1930, quanto teve o primeiro insight de sua teoria, revistos e organizados por ele, já aposentado, em 1978: *Os dois problemas fundamentais da Teoria do Conhecimento* (no Brasil, lançado pela UNESP em 2013).

A ciência **explica**, normalmente por evidências satisfatórias, o que está acontecendo em contextos que importam para as sociedades onde é praticada, e o faz de modo a atender certa exigência humana frequente, a de **saber por quê**. Não é só a ciência que faz isso – cada dia descubro mais vantagens no bom senso – mas, vá lá! A ciência, coisa do Ocidente e de DNA europeu, que se difundiu mundo afora, tem conseguido fazer isso, explica a quem quer saber por quê. Vamos lembrar um pouco deste berço.

A ciência noética, a do espírito contemplativo do universo, e a da procura de evidência lógica, não teriam sobrevivido a pressões econômicas, demográficas e conflitos de origem cultural ou religiosa entre os séculos XIV e XIX se não tivessem desenvolvido habilidades práticas; se não tivessem levado a **fazer melhor** que outras formas de aprendizagem indutiva, artesanal ou, ainda, com o uso apenas da matemática, uma habilidade lógica longamente acumulada em séculos anteriores. Foi a Revolução Científica.

A ciência explicativa da natureza **se impôs**, cada vez mais e desde o século XVII, sobretudo com a Revolução Industrial na Europa dos séculos XVIII e XIX. Como? Na medida em que conseguiu observar rigorosamente as regularidades do mundo material (“leis”), codificá-las analiticamente – Mendeleev, em 1869, ordenou, em sua tabela periódica de elementos químicos, o que havia então – e **manipular a matéria** em composições cada vez mais bem-definidas por critérios reconhecíveis. Geraram-se assim artefatos e utilidades os mais diversos, inclusive processos de autorreprodução (o método científico nos laboratórios). Avançava (e avança) a manipulação controlada pelo teste verificativo.

Com a química e a física, a ciência também conseguiu para a matéria viva uma “explicação prática”, ou seja, manipulável, e por aí a biologia encontrou, já no século XIX, outra forma de falar dos indivíduos da espécie humana, até ali só investigados – além dos aspectos puramente anatômicos e fisiológicos – pela introspecção e pela experiência subjetiva. (Eu disse: “indivíduos da espécie humana”, pois a abordagem era a mesma.)

A pretensão (ou projeto) da ciência moderna, triunfante naquele século, era a de ser o grande, abrangente e universal método de conhecimento. Até as primeiras décadas do século XX, uma das grandes teses do mundo científico era a da **unidade da ciência**, tratando como primitivos ou de frágil nível de certeza, outros saberes antes desenvolvidos para as realidades da subjetividade humana, as de fenômenos sociais e da cultura. Foi então que se mostraram irremovíveis sintomas de uma crise. Vejamos.

A ciência então explicava e fazia. (Note este “e”, implícito na pergunta título, acima.) O paradigma metodológico da manipulação intencional-controlada da matéria permitiu que se “passasse” à ação eficaz, de largas aplicações industriais, **mas com três consequências problemáticas**.

1. A formalização ou objetivação completa do processo científico, desde as suposições e demais condições de partida do experimento até o **uso** final intencionado, gerou a **tecnologia**,

que é o prolongamento técnico da ciência, como sistema epistemicamente fechado. Originou-se a dicotomia incontornável de que fala Habermas (*On the logic of the social sciences*, 1996, p. 1-42): **de um lado, ciências de natureza e suas tecnologias; de outro, ciências humanas, sociais ou culturais**. Quem está neste segundo “lado”, guiando-se pelo primeiro, no afã de reconhecimento social como “científico”, terá problemas insolúveis de identidade de método, inclusive nas tentativas de seguir à risca as regras do processo científico formal, como o faz a sociologia positivista.

2. Quem, optando pelo método da explicação científica generalizante (**a teoria**), pretender este conhecimento para ações práticas em contextos reais enfrentará limitação insuperável, sob a forma de um “*gap*” epistêmico e, para superá-lo, tende a **transformar tal conhecimento em técnica**, a “aplicação” sistemática da teoria, desfigurando-a. A orientação consciente por formulações teóricas decorrentes de pesquisa científica é geralmente inspiradora, ótimo. Mas não pode saltar, em fatalidade das mais graves consequências, **o conhecimento do singular**, do caso, **desta situação, deste cliente, deste paciente** que são únicos e talvez só acessíveis ao agente por uma integração cognitiva que inclua a intuição, o hábito bem orientado e algum “instinto”, em um processo de racionalidade limitada.

3. Finalmente, estabeleceu-se um terceiro problema epistemológico. Pergunta-se: a eficácia do resultado obtido no teste verificativo garante **a correspondência** da linguagem explicativa em que se baseou (a teoria) à realidade a que se refere, o mundo? Este, **o problema da verdade** das sentenças científicas, era o primeiro dos dois problemas a que se referia Popper, citado de início. Popper não respondeu simplesmente “sim” ou “não”. Pela crítica à lógica da verificação indutiva, mostrou que o método científico não pode ir além de hipóteses prováveis sempre refutáveis, mas de grande fecundidade, e que ciência é exatamente este esforço racional interminável de produzir hipóteses testáveis sucessivamente, sob o impulso daquela ideia de verdade. Nisso –

e não entendido literalmente quanto ao teste empírico – Popper não foi superado.

O conhecimento então produzido é do gênero **conjectura** – Popper discutiu isso em *Conjecturas e refutações*, de 1963, com reedições revistas – por mais que dele se desenvolvam utilidades práticas. Desde Einstein generalizou-se a ideia de **imaginação científica**. (Quem quiser entrar mais nisso, com diversos exemplos, veja *The scientific imagination*, de Gerald Holton [Edição de 1998, da Harvard University Press], um dos cientistas mais respeitados do século XX.) A ciência é um processo aberto, não dogmático, **que contribui**, nos limites de seu método, para as situações práticas da vida. Este status epistemologicamente modesto do saber científico muda muita coisa...

Somos filhos deste paradigma científico, e nossos problemas de conhecimento de qualidade científica para situações de prática giram em torno daquelas três consequências do processo epistemológico de formação da ciência ocidental.

Em que pensava eu, pergunto agora, quando, em parágrafos acima, falei do risco da tecnologia como sistema formal fechado, do conhecimento de caso singular e do *gap* epistêmico entre explicação e ação, o qual não pode ser coberto por inferência **dedutiva** da teoria à prática? Eu resumi ali o problema em linguagem teórica, mas pensava **em prática**. Como assim?

Tinha presente o gestor, de qualquer área, diante de sua equipe, sua organização, o professor-educador diante de seu aluno, o psicólogo clínico ou mesmo médico diante de seu paciente, o formulador de políticas diante de estudos e análises sobre o campo de alcance delas, e assim por diante. Esses profissionais que tratam com pessoas, individualmente ou em relações sociais complexas, não são engenheiros ou tecnólogos. E me preocupa simultaneamente a composição dos currículos em que são formados e, na pós-graduação, a metodologia da pesquisa que produz conhecimento para todos eles.

Sim, mas... e a resposta à pergunta-título “que faço agora”? Não faça nada! Fique olhando a explicação científica, olhando...

para ver se aquilo **lhe inspira** alguma linguagem-ação que faça sentido por “dar encaixe” com sua (dela) prática, que produza um *fitting*, o belo conceito de James Mark Baldwin (1864-1931) retomado e desenvolvido por Jean Piaget, em *La construction du réel chez l'enfant* (Neuchâtel, 1937) que ele contrasta com o *match* que é a correspondência com a realidade, prometida pela ciência verificativa. Sim, fique olhando bem para aquela explicação científica, porque justificação, ela lhe dá; solução para o seu caso, não. Esta, você tem que criar.

36. O óleo de coco, o resfriado e o modelo de pesquisa da ciência experimental

Você conhece bem a situação de perplexidade em que a **divulgação científica** nos coloca frequentemente: um estudo científico mostrou **que** [...], outro mostrou **que não**...

Vou para o meu caso. Acredito de todo coração que o óleo de coco é bom para um punhado de coisas, sobretudo depois que li resenha de dois estudos experimentais bem extensos e cuidadosos sobre a redução drástica, no organismo, de certas taxas “mal recomendadas” e de sintomas típicos em um paciente diagnosticado com o Mal de Alzheimer. Acho que acreditei mais pelo medo do “alemão” do que por convicção na pretensão do método científico experimental que, segundo o mesmo sistema de divulgação científica, é a de “descobrir a verdade” (ainda que “só em parte”, “a ser burilada com novas pesquisas” etc., etc.).

Mas vejam o que li na seção de jornalismo científico da *Folha de São Paulo*, de 4/4/2017: “Febre do momento, óleo de coco não traz benefícios e ainda pode fazer mal”. A matéria cita pesquisas experimentais, metodologicamente idênticas às que aplaudiam o óleo de coco e tinham a seu favor a palavra de outros pesquisadores da área endocrinológica, ainda que divergindo entre si. (<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2017/04/1872436-febre-do-momento-oleo-de-coco-nao-traz-beneficios-e-ainda-pode-fazer-mal.shtml?cmpid=newseditor>).

Note bem: não são profissionais que divergem sobre a interpretação do que está acontecendo **em um caso singular** – o de médicos em relação ao diagnóstico de um paciente, por exemplo; não são exames laboratoriais que dão resultados diferentes sobre uma mesma amostra, pela diferença de métodos (declarados, aliás, no laudo de resultado do exame). São estu-

dos com o **mesmo método** empírico experimental (observador isento, rigoroso teste – e às vezes reteste – de extensas amostras, classificadas, segundo teorias e estudos anteriores, em grupos “experimental” e “controle”, exigindo-se alto nível de significância estatística para as correlações etc.).

As diferenças não são acidentais. Parodiando inspirada canção de Oswaldo Montenegro (*Metade*), um estudo diz que “sim”, o outro estudo diz que “não”. E se o método vale para um, deveria valer também para o outro.

Como explicar? Erro metodológico em algum dos dois? Não. Os avaliadores (*readers*) de manuscritos enviados para publicação por famosos *journals* científicos da área se encarregam de afastar essa hipótese. Teriam os tais estudos usado pressupostos teóricos e “condições de partida” diferentes? Sim. Mas isso é natural, pois o acervo científico está mudando constantemente. Não explicaria. Alguém insistirá, para explicar a diferença, que, por essa razão, os experimentos não eram comparáveis, que os *papers* científicos não estavam falando da mesma coisa e que cada um só poderia garantir o resultado do seu. Mas então a comparabilidade e a identidade de objeto tratado **nunca** ocorreriam a caso algum em ciência! E ninguém poderia acreditar em um conhecimento disperso e contraditório. Não, não é por aí...

Como ficamos? Como fica quem olha para a ciência empírica experimental com os olhos do senso comum (que, de vez em quando, também tem lampejos de senso crítico)? Não se sentirá em uma Babel?

Deixem-me insistir no fato-problema (as conclusões “divergentes” de estudos científicos) com outro caso de meu interesse pessoal como o óleo de coco, o resfriado alérgico (só sabe quem tem!). Nossa janela para dar espiadas aos ambientes restritos da ciência é o jornalismo científico, muitas vezes exercido por cientistas mesmo. Então vou agora ao *The Guardian* (seção *The long read*, matéria assinada por Nicola Davison) que cito em tradução livre, **grifando alguns termos** que tento analisar na

mesma linha do caso anterior. Está em: <https://www.theguardian.com/news/2017/oct/06/why-cant-we-cure-the-common-cold>.

“O resfriado comum tem uma dupla notoriedade: a de ser ao mesmo tempo a doença infecciosa mais espalhada no mundo e a mais enganadora. Para iniciantes, o nome ‘resfriado’ é um problema. Porque em quase toda língua indo-europeia, um dos termos para a doença se relaciona com baixa temperatura, enquanto **experimentos mostraram** que baixa temperatura não aumenta nem a probabilidade de pegar um resfriado nem a severidade dos sintomas. E aí há o elemento “comum” [“resfriado comum”], que parece implicar que há, no geral, um único e mesmo patógeno. **Na realidade**, mais de 200 vírus provocam doenças parecidas com resfriado, cada um usando sua própria estratégia química e genética para fugir às defesas do organismo” (Grifos meus).

Vejam aí o que grifei: novos experimentos mostram agora a realidade. Entenda-se: até que outros **novíssimos** mostrem a **verdadeira** realidade... E, mais adiante, o mesmo se repetirá em relação a outros etc.

Mas para mostrar que realidade e opinião são dois gêmeos univitelinos que vivem brincando com a gente, dou também a minha: o problema do modelo metodológico experimental é “genético”. **A observação**, multiplicada que seja por milhares e milhares de vezes, é **pontual, uma de cada vez**, enquanto o tempo e alguma coisa em volta mudam, além da intenção do observador ser decisiva – não há observação “pura”.¹⁴ Aliás, desde Niels Bohr (1885-1962), a Física de partículas já tem assente que a ação de observar altera necessariamente o objeto observado.¹⁵ Todo o esforço e sofisticação estatística e metodológica do

¹⁴ Em linha com Karl Popper e com citações dele e de outros popperianos, veja, de Fernando Gewandznejder, *O que é o método científico*, 1989, p. 29-34, a seção O mito da observação pura (Cap. II).

¹⁵ “Para que um elétron se torne detectável, um fóton deve primeiro interagir com ele, e essa interação inevitavelmente mudará o caminho desse elétron. Também é possível que outros meios de medição, menos diretos, afetem o elétron” (<https://pt.wikipedia>).

experimento convergem para talvez melhorar a generalização e a previsibilidade – “talvez” acreditando que a certeza lógica da matemática se transporte para a regularidade esperada da natureza.

Coitada, porém, da ciência, ela que aceita o destino de Sísifo, sentenciado por Zeus a, eternamente, empurrar uma pedra enorme morro acima e, em lá chegando, ter que começar tudo de novo! Mas não sou contra o Sísifo-ciência. O rapaz era bem-intencionado, e conseguiu aprisionar a morte (Tânatos), reduzindo os índices de mortalidade sem nenhum investimento em saúde. Sou contra quem o sentenciou daquela forma, quem pôs isso no gene do chamado método científico experimental. (Perdoem, mas um parágrafo de bom humor e alguma ironia, de vez em quando, fazem bem à saúde.)

A experiência holística (produzida sempre de conjunto, como quem vê de cima), o saber que percebe integradamente, é, nos humanos, **interior**, só se produz dentro de cada um. É ideia, e ideia “vale menos” que sensações de realidade... Alguém trocaria ciência por filosofia?

Não estou propondo isso. Teríamos que virar o mundo de cabeça para baixo, e a sociedade de Platão, liderada pelos sábios (filósofos), já ficou para trás! A questão é redefinir “**O lugar da Ciência**”, como diz um antigo professor meu, Sérgio Fernandes (*O que nos faz pensar*, n. 5, 2002, p. 73-136), a quem assim homenageio. Entre os saberes e realizações humanas, a ciência tem o seu lugar típico. Só isso.

Mas olha como fica a coisa: há dois séculos iniciou-se na civilização Ocidental um processo em que **os esteios da sociedade** que repousavam sobre a fé cristã mudaram abruptamente para a ciência. Trocou-se **de tipo** de certeza – a expressão dela chamando-se “verdade”. A nova verdade diz que se apoia na observação rigorosa da realidade. Entra, porém, em dificuldades – como estamos aqui mostrando – para garantir sua ligação com a variedade das situações e das vidas das pessoas. Que logro!

[org/wiki/Efeito_do_observador_\(física\)](http://org/wiki/Efeito_do_observador_(física))).

Tem algo de escandaloso nisso... Agora, se entre as *hard sciences* a coisa é assim, se o “escândalo” acontece “nas melhores famílias de Londres”, que dirá nas *soft sciences*, as humanas e sociais? Que dirá aqui, “do lado de baixo do Equador”? Estudos em educação, comunicação, psicologia, política, administração deveriam reformular suas pretensões normativas. Mas o pior não é isso. É que esses saberes (desculpem! “ciências”) acham que precisam **imitar o método** de trabalho daquelas melhores famílias londrinas...

Como veem vocês, a nobreza metodológica prevalece sobre a verdade epistemológica. Fazer o quê?

37. Orientação de teses e dissertações. “Casa de ferreiro...”

É. Eu posso ter pegado muito pesado neste “casa de ferreiro” aí no título. Mas é para começar com o tom certo: os orientadores de alunos de mestrado e doutorado, acadêmicos orgulhosos de desenvolverem e ensinarem teoria, **não têm uma teoria do seu próprio ofício**. Vão tateando, acertando, errando, improvisando. Um empirismo injustificável a quem se especializa em justificar suas afirmações e teses. E nem se atentam a que “do outro lado” pode haver alguém sofrendo essa improvisação, perdendo seu entusiasmo inicial, sendo objeto (!) de personalismos, idiossincrasias, vaidades pessoais e até – espero que raramente – de transferências afetivas.

Uma prática como a orientação acadêmica de mestrandos e doutorandos é basicamente trabalho artesanal, um saber que se transmite no modelo mestre-aprendiz. Esta é a convicção de que parto. E tenho outra: prática não brota de teoria nem cresce por ela – cresce, sim, com a técnica –, mas o desenvolvimento criativo da prática ganha muito com a teoria; ganha com a reflexão, o desenvolvimento conceitual, a capacidade de justificar, ou não, a própria prática. A teoria justifica a institucionalização de controles. Não há discussão sem teoria. **Mas praticamos orientação acadêmica sem teoria.**

A educação produziu a teoria pedagógica. Os orientadores da pós-graduação rejeitam a pedagogia, não sem razão, por dizê-la concebida para crianças e jovens, mas nunca puseram nada no lugar – a andragogia, termo da década de 1970, tomou os rumos da tecnologia didática. Então, insisto: a orientação, pelo menos na área de ciências sociais, não tem teoria.

Volto ao que disse, pouco acima, ser meu ponto de partida: a orientação de pós-graduação cumpre a tradição de um sa-

ber na forma individualizada **mestre-aprendiz**. Este modelo de relação social parece ser universal e tem registros milenares. Na ciência, é clássico. Em torno de conhecimento especial – que a escola, com seus processos coletivos, não supre – aproximam-se gerações culturais, na suposição de que a mais recente tem algo único a receber da anterior. E assim se realiza a tradição.

“Suposição”, “algo único”, “gerações”, disse eu acima. Estes elementos parecem essenciais para definir de parte a parte a relação social. Aí deve fundar-se a relação dependência-ascendência, que gera autoridade, e a motivação mútua do encontro busca-entrega. Uma “orientação” ocorreria nesse ambiente relacional. A integridade desse fenômeno social, historicamente atestado, exige:

(1) que se perceba o saber como **especial**, único, tal que distinga quem se acredita tê-lo e quem se acredita a merecê-lo, distintivamente. O título (mestre, doutor) simboliza e garante socialmente a outorga, de um lado, e do outro a distinção pessoal da acreditação.

2) Que a autoridade sobre qual se funda o vínculo se deva a **valores superiores** que ali interferem, pois gerações não se definem por vontade das partes; o saber, em longa cadeia, não é propriedade de quem o transmite, mesmo reelaborado, nem passa a sê-lo privativamente de quem o recebe.

3) Que a situação de ascendência-dependência só subsistirá na pureza do instituto se, e na medida que, os suportes valorativos do vínculo se mantiverem perceptíveis. **Do contrário** erode-se a autoridade, surgem comportamentos dissimulados, temporariamente mantidos apenas pelo “prêmio final”, e um conflito surdo, contido, torna desgastante, de profundo estresse, a relação orientador-orientando. (Um colega meu repetia que seu orientador, na Inglaterra, definia a orientação como uma relação de amor e ódio...)

Ora, essa análise tipológica da orientação acontece, ou não, sob as condições reais de um contexto institucional, de atores e do caso. E, nesse sentido, desperta observações.

Falamos de orientação de quê? “De dissertações” ou “de mestrados”? “De teses” ou “de doutorandos”? Cabem estas perguntas. Porque quem orienta mestrados está orientando, com isso mesmo, (suas) dissertações. Quem orienta doutorandos, orientando (suas) teses. **Mas não o inverso.**

Como assim? Não são, a dissertação e a tese, produtos individualizados? Orientar, então, a dissertação, questão de competência temática e experiência metodológica, não seria também orientar o mestrado? Sim, mas aqui há algo mais complexo e de experiência geral que precisa ser objeto de reflexão. É que dissertação ou tese não são produtos apenas individualizados, mas, inseparavelmente, **personalizados**. E há, sobretudo para o mestrado, uma primeira experiência de protagonismo na criação científica, única para formar o bom pesquisador, que não pode ser desperdiçada.

Tenho esta preocupação, mas não opinião formada. Apenas a certeza de que há diferenças entre orientação do “produto” dissertação ou tese e o mestrado que se inicia no novo ambiente. Imagino, como forma de abrir o assunto ao debate, três modelos de trabalho, embora não me esteja claro como se daria a escolha/definição entre eles em um programa, a cada ano, uma vez que a carga de trabalho entre os professores deve ser adequadamente distribuída.

Ter-se-ia, primeiro, um modelo de orientação personalizada – mas nada de “orientador-babá” – para situações em que o mestrado, e raramente o doutorando, vem de ambiente ou áreas muito diversos e se prevê uma adaptação mais difícil, ou em casos especiais. Ter-se-ia, além deste, um modelo de orientação em pequenos grupos, quando mestrados ou doutorandos já fizessem parte de um mesmo grupo de pesquisa, ou quando houvesse fortes áreas de interseção entre projetos de tese ou de dissertação. Em um terceiro modelo, o trabalho de doutorandos

– e em menor proporção mestrandos – poderia transcorrer com mais autonomia e encontros periódicos, cabendo talvez melhor ao caso o termo “supervisão”. A decisão aluno-modelo, de qualquer forma, seria feita com ampla participação dos envolvidos.

Enfim, um *pot-pourri* de perguntas para deixar o assunto no ar.

Subsistirá a orientação, tal como a conhecemos, no ambiente de internacionalização da pós-graduação (contato, sem fronteiras, entre pesquisadores e “alunos”) e da disponibilização massiva de informação especializada? Dever-se-ia ampliar o conceito de orientação à luz do conceito “mentoria acadêmica”, de resto um fato incontestado e pouco refletido na academia? Não é inegável, prossigo perguntando, que certa degradação das relações orientador-orientando se deva às atuais condições institucionais de expansão da pós-graduação sem propósito claro, mas estimulada por exigências, já dispensáveis, de titulação, e pela concessão de vantagens salariais desproporcionais a titulados?

Volto ao ponto de partida: como é possível que assunto desse porte não esteja ainda refletido, conceituado, institucionalizado?

38. Para não morrer afogado no mar das bibliografias

Pois é. Porque muita gente passa sufoco em mestrados e doutorados por causa do que “tem que ler” para fazer sua dissertação ou tese (em outro capítulo deste livro já conversamos sobre a “carga de leitura” **nas disciplinas** do curso, coisa diferente). Embora eu sempre prefira discutir o contexto da questão, o “de que estamos falando mesmo”, é preciso sugerir alguma coisa prática como **orientação de partida**. Porque – imagine-se em pleno mar – você, nadando, pode morrer, mas com certeza morrerá se estiver desorientado...

O “mar” a que me refiro são os bancos de dados das bibliotecas virtuais e seus buscadores, o sem-fim de coisas que lhe interessaria ler por lá. É difícil vencer o fascínio de divagar de link em link, internet afora, tocado pela sede de saber infinitamente aquilo tudo. Você só pode entrar naquele mar com algum plano de navegação no bolso. Sabe disso, mas, mesmo assim, pode estar sob risco.

Não subestime os riscos desse “mar”, por dois motivos: ele tem atrações fatais e é feito de criação humana. Atrações, porque, de tanto “peixe farto”, você pensa que já tem sua tese “quase pronta”. Criação humana, porque a diversidade de tópicos, abordagens e métodos é total, e por isso toda ordem lhe é **externa**, posta por quem chega para ver, para ler, para entender. O problema é justamente **você** dar essa ordem externa – e terá que aprender a fazer isso.

De entrada, há uma suposição perigosa: você **teria que ler para estar em condições de** desenvolver a própria dissertação ou tese. Entra pela porta errada quem **começa** por esta suposição, simplesmente porque ninguém começa sabendo o que vai ter que ler!

Primeiro. Quase por praxe, começam pedindo ao mes-trando/doutorando para “levantar o que já foi publicado sobre o assunto”. Puro descaminho! Porque “o mar” do que haveria para ler é incomensurável; porque o “assunto” não aparece sempre sob o mesmo código (*termo de busca*); porque muita publicação não vai lhe interessar (será perda de tempo); e, enfim, porque certamente você iria encontrar lixo demais... Razões de sobra. As “sereias” dos “levantamentos preliminares” chamam em dire-ções divergentes e acontece também de você, mais adiante, ficar forçando maneiras de “encaixar” no texto referência a material bibliográfico então coletado, “para não perder aquele trabalho” (afinal, cortar dói...).

Segundo. Não se trata de montar uma bibliografia, um índice do seu tema. Organizar portfólios bibliográficos, isso se-ria outra coisa, um projeto com fins próprios, como quem orga-niza um acervo qualquer para uso de terceiros que porventura o procurem. Neste caso, caberia sobretudo racionalidade técnica (veja, por exemplo, a metodologia *Methodi Ordinatio*). Mas não há aí argumento, nada a propor e defender perante uma banca, não é o seu caso.

Haveria uma maneira óbvia de evitar os perigos: não adentrar muito ao mar, ficar em águas próximas à praia. Há gente que se restringe a bibliografia pobre, ou já organizada por seu grupo de pesquisa, ou ainda por um único artigo-base; de-fine um tema de trabalho “que caiba ali dentro” e vai cuidar de suas aplicações em um campo empírico. Talvez, docilmente, use apenas o que seu orientador usou em um artigo-mãe. Outros, habilmente, fazem do próprio trabalho bibliográfico o seu tópi-co de pesquisa (o “levantamento e discussão do estado da arte”). Outros, ainda, vinculam a própria dissertação a uma disciplina já cursada, e sua bibliografia. São “arrumadinhos”, formas de se safar do problema. De fato, são formas de perder uma oportu-nidade única!

Em grupos de pesquisa, há a tendência a cingir-se a um braço ou parte da pesquisa maior do grupo, o que restringe e

facilita muito o trabalho bibliográfico. Tratando-se de dissertações de mestrado acadêmico, “vá lá”. Desta e de outras formas, os professores às vezes preferem não exigir muito, pois forçar para cima o nível dos alunos que chegam da graduação é tarefa hercúlea. Já vi programas que sustentaram políticas de qualidade e acabaram prejudicados nos relatórios de produção (número de dissertações concluídas). Mas, se o caso é de teses de doutorado, aí não dá. Tem que entrar no mar e procurar peixe novo, não dá para ficar “caranguejando” próximo à praia.

E assim chego a dois pontos para se entrar com segurança, mar adentro, coisa que exige ter e melhorar alguma “carta náutica”. Momentos de desorientação nas leituras requerem retorno a ela ou, no limite, alguma alteração dela. Mas advirto que, sendo dissertações e teses trabalho artesanal, tal “carta” não existe pronta e é algo dinâmico, que só se faz ao fazer-se.

Ponto 1. Ir dominando certo contexto de pesquisa teórica, a evolução do problema e algumas linhas de sua pesquisa empírica, trabalho em que se vai assimilando **um background** de referência. É a partir daí que nosso tema – o mar das bibliografias – se coloca adequadamente. (Se você já tem isso em sua formação anterior, tanto melhor!)

Ponto 2. Ter uma estratégia de desenvolvimento progressivo de **sua ideia** – todo projeto de dissertação ou tese se forma a partir dessa unidade-embrião, não antes – que passará depois por vários estágios: formulação (clareza e precisão de linguagem), argumentação, instrumentação e execução. Este é o movimento que dá a primeira orientação, ainda que o “parto” da ideia aconteça por idas e vindas, em que é preciso ter *stamina* (“resistência?”), a qualidade do corredor fundista, e sobretudo humildade-realismo para restringir ambições ilusórias. Este é o berço em que nascerá também a estratégia metodológica.

Sem perder o caminho, passa-se, contudo, por **situações típicas** que exigem recurso **ordenado** à bibliografia. Vou mencionar as mais comuns.

Muitas teses e dissertações têm, em sua concepção e estratégia metodológica, um trabalho empírico forte, dados “originalmente” seus. Neste caso, ocorre que algumas leituras, talvez blocos de leitura-estudo, serão aqui e ali necessários. Então **o recurso adicional a bibliografias acompanha a estratégia metodológica**, o caminho lógico-argumentativo. Mas aí, então, esta “subpesquisa” ocorrerá orientada, com direção, critérios de escolha e de limite de saturação.

O **campo institucional** que cerca seu objeto social de estudo está dentro de um **arcabouço normativo formal** (legal ou regulamentar), rege-se por ele; pode estar, por exemplo, dentro de um grupo social, de um mercado com organização interna. Sobre ele é preciso pesquisar e apresentar ordenadamente as informações.

Aquele objeto social sempre tem algum tipo de **história**, seu passado de formação, de crises, de expansão etc., tudo a ser pesquisado em acervos especializados.

Há sempre um contexto de **atores** que compõem a trama em que ocorrem os fatos. Informações biográficas sobre eles podem ser cruciais e é preciso ir buscá-las, uma a uma.

Toda tese tem um “núcleo duro”. **A opção por um só autor ou teoria**, em algum momento, exigirá pesquisar e formar-se, com mais rigor **bibliográfico**, aquele núcleo. E você terá que ser capaz, na defesa de sua tese, de mostrar por que o caracterizou de determinada forma, limitada e suficiente.

Uma situação específica é, **no doutorado acadêmico**, a exigência de que o candidato demonstre razoável domínio da bibliografia básica da área específica da tese. Em alguns programas há até um exame de qualificação sobre isso, e muitas vezes o texto da tese inclui uma seção assim. Será **uma tarefa à parte**, quase um pré-teste de competência **para credenciar-se** à tese.

Postas essas situações típicas, especiais, voltemos a lembrar o principal. Seu problema, caro amigo mestrando/doutorando, não está propriamente no “mar”. Sua festa é em terra. Você vai ao mar, pesca **para** seu cardápio; para ele também procura longe

dali frutos de terra firme (ou um bom vinho branco...), altera seu cardápio, vai de novo ao mar, aparecem mais convidados, lá vai você novamente... E termina feliz com o sucesso do cardápio e da festa...

39. Em ambientes científicos e conversas sobre ideias, dialogamos mesmo?

Muitos dos leitores já participaram ou ainda participam profissionalmente de discussões acadêmicas ou conversas **sobre ideias**. Elas podem ocorrer em um evento com grupo restrito ou em uma mesa de bar. Reportem-se a essa experiência, tenham-na diante de si. Se concordam comigo, ali ninguém sai do jeito que entrou; ali a objetividade é um ideal... (tudo bem! Pior sem ele). É justamente ali que as pessoas poderiam iniciar mudanças de nível, porque a linguagem conceitual e argumentativa funciona como o capital financeiro, quanto mais se emprega, mais se pode vir a ter. “Poderiam”, disse eu...

Antes de tudo, precisamos ter **curiosidade** em relação às nossas discussões. A teoria linguística da conversação identifica e faz análises aproximativas do que costuma ocorrer ali. Deixem-me fazer referência especial a alguém que erigi como mestre: Luiz Antônio Markuschi (entre suas obras, *Análise da conversação*, 2003, é uma “cartilha” obrigatória), professor titular de Linguística da UFPE. De um ponto de vista empírico-formal seria interessante **observar** como se organizam essas conversações: o tópico, a coerência conversacional, as sequências, os turnos (a “vez” de cada um), a tomada e “invasão” de turnos, os marcadores conversacionais etc.

Nossas discussões sobre ideias são interessantíssimas... Vale a pena examiná-las aqui.

Esse é o contexto de nossa pergunta-título. Ela fala em “diálogo” – segundo sua raiz grega, diálogo é uma palavra que vai e que vem, só isso. O termo, porém, cercou-se da aura de conversa agradável, uma troca proveitosa de ideias e razões. Supõe **que as pessoas se entendam**. Mas será? Primeiro, porque diálogo tem assunto definido (não se trata de “conversa fiada”),

mas acontece às conversações ter um assunto definido e de fato ocorrer outro, ou começar com um, meter-se em outro e terminar com um terceiro.

O assunto inicial ou proposto vale pouco por duas razões: **os termos** de sua definição tornam-se, eles próprios, assunto inevitável de discussão; e sob (a formulação de) um tópico há sempre algum outro latente. O começo, pois, já define, dá rumo, viabiliza ou contamina o diálogo. Quer dizer, acontecendo um diálogo, pode haver, ou não, diálogo... (Curioso, não?)

Tiremos, pois, do foco, essa história de diálogo, e falemos que ali acontece **um jogo social** de riquíssimos e imprevisíveis significados. Os participantes da conversação começam experimentando-se uns aos outros, por linguagem oral ou apenas facial – olhares, sorrisos e chistes sendo então importantes. “Tateiam-se”, para irem aos poucos definindo as posições e papéis na arena virtual que ali se construirá; quem está de que lado, protagonismos, potenciais aliados, ameaças veladas, quem já pode receber na testa um selo classificatório, o nível de cuidado que ali será necessário com o que se diz – enfim, mapeia-a o terreno social em que se estará pisando.

Mas, a partir daí, a cada composição grupal, a discussão toma sua própria conformação. Vamos nos fixar em um aspecto deste caso: a **duplicidade** do jogo então jogado e as chances de ele parecer-se com o ideal dialogal – o do entendimento.

Como em outras formas da relação social face a face, nas conversações sobre ideias a comunicação se desenrola **em dois planos**: o plano do que é proferido, verbalizado a alguém, e o plano do que é intencionado na fala, aquilo que de fato se diz, ou seja, se significa ao outro, ao dirigir-lhe a palavra. No primeiro deles, deveria desenvolver-se uma objetividade. Mas no segundo é que acontece a verdade. A isso correspondem dimensões do ato de fala conversacional.

A Teoria dos Atos de Fala foi desenhada inicialmente por John Searle (*Speech acts*, de 1969, e *Expression and meaning*, de 1979), apoiando-se nos trabalhos de vários autores, sobretudo

John L. Austin (*How to do things with words*, de 1962, conferências dadas em 1955). Tornou-se clássica sua distinção entre dois “atos” (dimensões, aspectos) de fala simultaneamente “executados”. Searle chama o primeiro de *locucionário*, o que “materialmente” é dito por alguém, e o segundo de *ilocucionário*, que é onde se descobre o significado maior da linguagem, o pragmático, **aquilo que realmente se faz ao dizer**, a intenção da pessoa realizada no que disse (garante, seduz, ironiza, concorda, agride, demonstra, convida, ameaça, confessa, “enrola” etc.).

Dentro deste **sentido pragmático** – não confundir com certo sentido coloquial de “pragmático”, o comportamento restrito que exclui a dimensão ética, nada a ver – é que se deve interpretar o **sentido semântico**, aquilo que uma composição gramaticalmente correta da língua expressaria – ou, acrescento eu, o que uma máquina, programada para emular falas humanas, “falaria” em determinada situação.

Fixemo-nos nos atos ilocucionários de fala, o plano em que se dão as relações linguísticas durante uma conversa sobre ideias, discussão acadêmica ou não. Ora, ideias podem disfarçar interesses, sim – sendo aceito este conceito de origem gramsciana para “ideologia” – mas aí não se aprofundam convicções. Já quando começa a valer “por si”, na verdade por expressar aspirações, valores íntimos, experiências profundas dos seres humanos, a ideia **tende à crença**, uma forma de adesão simbólica que precisa de linguagem. Na relação conversacional, supostamente de iguais, a crença se apresenta educadamente como opinião. Mas, no fundo, discutir opiniões significa confrontar crenças. E aí...

As crenças a expor, consolidar e defender comandam as razões, os argumentos de qualquer tipo em uma discussão de ideias. Aquele jogo social se torna uma arena de competição. E aí, palco de emoções. Porque a ideia tem uma qualidade a mais: **representa a pessoa** – que, aliás, sabe muito bem disso. São os participantes daquela conversação que estão em confronto, bem presentes atrás de suas ideias. Após a fase inicial de ma-

peamento de campo, o confronto já poderá ser explícito. Será ele “civilizado”? ou nem tanto?...

“Civilizado” sempre foi entendido como de emoções moderadas pelo razoável e pelo comportamento social respeitoso – todos **podem** “ter razão”, e nisso, pelo menos, se igualariam. Jürgen Habermas, contudo, foi muito além disso. Na Teoria da Ação Comunicativa (de 1981, mas só publicado em português em 2012 como *Teoria do agir comunicativo*, 2 v., Martins Fontes), ele elabora uma explicação fundamental, de raiz, para a comunicação humana por linguagem: se **entenderem, você e seu interlocutor**. (Note desde já: “se entenderem” não significa para o filósofo chegar a acordo, a consenso, mas serem capazes de se compreenderem um ao outro no que querem dizer). “O *telos* (a orientação) do entendimento está inscrito na linguagem”, diz ele, porque eu, ao falar, quero e preciso ser entendido em meu ato ilocucionário de fala – ele usa a Teoria dos Atos de Fala – para significar/fazer ali o que desejo. (A citação acima é de *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*, 1990, p. 77.)

Ora, continua Habermas, não posso entender meu interlocutor, seja para concordar seja para discordar, se ele subtrai da comunicação uma “segunda intenção”, esconde ali um outro ato de fala, se ele usa estrategicamente seu ato de fala comigo. O uso estratégico da linguagem vive parasitariamente sob seu uso normal, diz Habermas (local acima). E, se alguém se percebe sendo “usado” para fins ausentes à conversação, frustra-se o entendimento e, com ele, a relação comunicativa. Assim, as pessoas precisam fundar sua conversação no plano explícito da linguagem, mesmo com toda emoção, e a forma que melhor sustenta isso é **a troca de argumentos** – sejam quais forem, seja de que forma linguística se expressem. O argumento é a presença natural da racionalidade na discussão.

E aí chegamos. Diante da descrição que fizemos das discussões e conversas sobre ideias, como fica **o entendimento** identificado por Habermas no âmago da relação linguística? Pergunto: faz sentido pensar nele como conceito de referência

para orientar os envolvidos naquelas conversações? Ou, prossigo na pergunta, pondo-se em dúvida a racionalidade argumentativa nessas situações face a face, a Teoria da Ação Comunicativa **poderia** inspirar solução de conflitos e justificar instituições, acadêmicas ou não, que interferem em discussões?

E como será a **sua** próxima?

40. Que pensar de “participação cidadã aberta” na coleta de dados de trabalhos científicos?

A seção Ciência + Ambiente, da Folha de São Paulo, publicou em 8/2/2018, matéria sob o título “*Site brasileiro permite que cidadão ajude em pesquisa científica*”. Veja em: <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2018/02/site-brasileiro-permite-que-cidadao-ajude-em-pesquisa-cientifica.shtml>.

No site Fast Science (<https://fastscience.com.br/>), produto da tese de doutorado em Sistemas de Informação (UFRJ) de uma bióloga, Gilda Esteves, pesquisadores com seus projetos, cidadãos em geral e mesmo entidades sociais, interessados em um tema, podem se encontrar e realizar os diversos passos de cooperação (“parceria”).

A experiência foi desenvolvida para projetos ambientais – por exemplo, coleta de dados da poluição da Baía de Guanabara e sua orla –, mas poderia aplicar-se, pelo menos, onde couber coleta de dados, em campo ou na internet, fonte hoje facilitadora da multiplicação de pesquisas empíricas. O recrutamento de colaboradores se faz nos espaços sociais de interesse e admitem-se treinamento e formas de estimulá-los, já que devem seguir procedimentos e instruções rigorosas para obter o dado desejado.

Aberta a participação, pensa-se imediatamente no risco de *fake data* (dados forjados), na inobservância das normas e cuidados. Estatisticamente, contudo, a ampliação do tamanho da amostra, da variedade e da duração podem compensar a margem de erro e manter a confiabilidade dos dados, como bem lembrou o professor citado na matéria do jornal. E podemos supor que, com o tempo, previnam-se ou corrijam-se erros operacionais, reduzidos a proporções equivalentes às da forma tra-

dicional, que é a de professores utilizarem em suas pesquisas a participação de alunos, bolsistas de pesquisa, orientandos, pessoal de laboratório etc.

Vamos pensar no caso de mestrandos e doutorandos em suas dissertações ou teses. A iniciativa, que permitiria falar em **um projeto científico participativo**, contrasta fortemente com o quase martírio que eles enfrentam para coletarem sozinhos, poucas vezes com algum bolsista de pesquisa, por meses ou anos, os dados empíricos de sua dissertação ou tese. A partir de tal coleta de dados, que, de repente, com a participação de colaboradores imprevisíveis, multiplica e enriquece amostras, pode-se pensar em ir além: o processamento desses dados também ser feito em colaboração – digamos, “terceirizado”. Pensando nisso, a notícia desperta ainda mais curiosidade.

Continuemos com o caso do desenvolvimento de teses e dissertações. Com a participação cidadã aberta se estaria confrontando uma pedagogia de trabalho rigorosamente individual, por séculos aplicada como grande teste de maturidade do pesquisador, que precisa mostrar que domina todas as etapas de uma pesquisa empírica de maior envergadura.

Estendendo-se a ideia a outras pesquisas empíricas, alterar-se-ia uma perspectiva metodológica fundamental delas: o processo de conhecimento ocorre inteiramente nas mãos dos cientistas. Eles o iniciam, procuram “sujeitos” ou colhem amostras, aplicam sua “mágica metodológica” e entregam os resultados.

Vou insistir. Pondo abaixo muros acadêmicos, a ideia de estabelecer participação verdadeira em larga escala, direta, e sobretudo voluntária, de pessoas da comunidade em uma pesquisa científica, representando um apelo à cidadania, é algo novo, capaz, até, de despertar entusiasmo.

E se poderia até divisar no horizonte um *boom* de replicações dessa experiência, Brasil afora, e – eu não duvidaria – uma correspondente reação contrária, vinda do meio acadêmico, ciioso de seus padrões tradicionais **de qualidade**. Sim, a controvérsia começaria por aí, porque os cientistas veem na qualidade a es-

sência metodológica e o prestígio social de seu trabalho. Mas eles teriam então que dizer o que é “qualidade”...

Que pensar da “participação cidadã aberta” na coleta de dados de trabalhos científicos? Minha pergunta inicial é: a despeito do ineditismo, temos aqui apenas uma facilidade prática para a coleta de dados, ou pode-se mesmo dizer que estaria nascendo um conceito inédito para a pesquisa científica tradicional?

Imaginando estimular discussão, vou fazer três observações que podem levá-la adiante.

Primeira observação. Ao contrário do que a expressão “coleta de dados” sugere, em pesquisas de ciências humanas e sociais não há dado encontrado pronto, inerte, como uma natureza em si. Registram-se, individualmente, ações – alguém, pesquisando, fala com alguém; alguém conduzindo uma investigação registra o que identifica como sendo de seu interesse. Esse tipo de “dado” é **produzido**, porque é previamente identificado, nominado segundo uma intenção e porque só se completa com ação típica em campo. Isso é algo completamente diferente, por exemplo, da coleta de material para um exame de laboratório.

Veja, em exemplo. **Alguém da comunidade, participante de uma pesquisa na internet**, escolhe certa manifestação verbal do visitante a determinada espécie de matéria de um site e define o que vai ser registrado, incorporado, ou não, ao acervo de dados, o que atende à intenção da pesquisa, ou não. Exercerá aí um critério, mesmo tendo sido orientado, porque em grande número de situações, as instruções da planilha de coleta imaginam mal o quadro real, e o participante comunitário acaba exercendo escolha. Se for um algoritmo de máquina que faz isso não se trata da pesquisa de que estamos falando. Até no caso de objetos na praia (caso da *Folha*), as instruções imaginam apenas “mãos estendidas para um objeto desejado”, todas com a mesma intenção. Quanta coisa, porém, acontece na situação real e nas circunstâncias, especialmente quando se trata de pessoas.

Assim, a produção do dado começa no pesquisador, mas acaba lá adiante quando o trabalho trocar de mãos. Não há “co-

letador” de dado, há um **coautor**. Se, portanto, uma **coautoria comunitária na ciência** vem a institucionalizar-se, tem-se aí um conceito que faria repensar a natureza da cientificidade, do método, e o lugar social da ciência.

Segunda observação, em forma de pergunta. O adjetivo “cidadã”, na caracterização da proposta, é **apenas** um expletivo, uma “conciliação” com tendência política atual, não tendo a ver com o núcleo de sustentação conceitual da proposta? Ou, em vez disso, seria **um requisito de legitimação** da pesquisa, pelo menos se feita por instituições públicas ou com emprego de recursos públicos? **De quem** seria esta ciência?

Terceira observação. Na pesquisa de um grupo social, através de formulário ou questionário, você não teria muita dificuldade em introduzir a parceria cidadã, usando talvez o Fast Science. Imagine, porém, **uma entrevista não estruturada**. Pergunto: por que você **não** imaginaria também para este caso a parceria com colaboradores? Por que não? “Porque aí – me responderia você – pela complexidade do diálogo, só mesmo o pesquisador diretamente”. Huumm... “complexidade”... graus de expertise... a decisão sobre isso... Entendo. Negando, porém, a participação cidadã nesse caso, você estaria diferenciando autorias e fontes de legitimação. Com base em quê, dentro do novo modelo?

Pode ser que a experiência da “participação cidadã aberta” tenha mirado um alvo, talvez vulnerável por circunstancialidade. Mas pode ter acertado outro, geralmente tido como intocável: o caráter autóctone da ciência. Ainda falta muito para entendermos os laços essenciais que ela mantém – ao contrário do que imagina – com as sociedades onde surge e se desenvolve. Tais laços, se não precisam ser metodológicos, são certamente éticos e de legitimação política.

41. Triangulação: formalismo sedutor na pesquisa acadêmica?

Quem entra no pequeno mundo da metodologia de pesquisa acadêmica em ciências sociais vai, em algum momento, deparar-se com a chamada “triangulação”. E pode ser um caso de amor à primeira vista, coisa bem mais duradoura do que uma paixão momentânea nas circunstâncias peculiares da dissertação ou tese.

Se a motivação social secreta da ciência é a diferenciação em relação ao conhecimento comum – e, hoje, ao jornalístico – a sofisticação metodológica quase ilimitada a que a triangulação abre portas pode seduzir o jovem acadêmico (e até outros não jovens...).

Enquanto na pesquisa que se apoia na clareza, na precisão e na eficiência do **número**, pela estatística, se usa a análise multivariada (combinação cruzada de correlações entre variáveis), na pesquisa que pretende fugir à rigidez de um só método de análise nada parece melhor que o **confronto e combinação**, em uma mesma pesquisa, de diversos elementos metodológicos – diferentes métodos de análise, diferentes perspectivas teóricas, diferentes fontes de dados, dados de diferentes amostras e momentos no tempo, e por aí afora. Isso tem sido chamado por autores bem lidos de “triangulação”, uma estratégia de pesquisa.

Entre nós costuma-se começar a história da triangulação com a obra de Augusto Triviños *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais. A pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo*, de 1987, que a ela se refere (p. 138). Pela sua visão filosófica do trabalho científico nas ciências sociais; por sua crítica à metodologia positivista (“alheia à realidade local”, segundo diz) e fenomenológica (“conservadora”, adjetiva ele) e por sua preferência pelo compromisso social e

local do materialismo histórico e dialético, Triviños tornou-se a autoridade invocada para a pesquisa qualitativa a que ele associa a “técnica” da triangulação.

No entanto, nos centros de publicação metodológica em língua inglesa, *Triangulation* tem fontes mais antigas e outra justificativa. Surge do gênero *multimethod research* (década de 1950) como “validação convergente” e, na década de 1960, já aparece o termo *triangulation*. Norman Denzin, em *The research act*, 1978, tornou-se a referência para esta “combinação de metodologias no mesmo estudo” (p. 291).

Não vou descrever detalhes dos procedimentos que facilmente se abrigam e se multiplicam sob essa metáfora tomada do sistema de pontos múltiplos de orientação de navegação – a literatura acadêmica é farta. Sobre ela, minha posição, que tentarei justificar aqui, é: a discutível consistência metodológica da triangulação não compensa o risco do formalismo em sua prática na corporação acadêmica.

Já nos ensinava Aristóteles, retomado com maestria por Perelman, em *Tratado da argumentação* (1996, p. 29), que uma coisa é persuasão, por quaisquer recursos de retórica, inclusive os racionais, outra, convencimento, a argumentação suficientemente **justificada** (justificar é mostrar por que algo que se diz, vale). Mais razões podem gerar mais persuasão, sim, mas não necessariamente mais convencimento, porque mil razões frágeis não formam uma sustentável. A ciência não é um discurso de persuasão, mas de convencimento.

Em *Handbook of qualitative research* (2000, p. 4), de Norman Denzin, a ideia de *bricolage* (manipulação lúdica e criativa de uns objetos para produzir outros) aplicada à metodologia de pesquisa e festejada pelo mesmo autor que antes advogara a triangulação, leva a entender o problema desta estratégia de pesquisa. Qual a **justificativa** do discurso que faz montagens com evidências? O que ele garante além da persuasão?

Não é, caracteristicamente, a convergência lógica das evidências o que surge no estudo triangulado. Se ele não ti-

vesse qualquer ponto de convergência, sequer faria sentido. E se é apenas isso, que diferença teria em relação aos inúmeros textos jornalísticos que reúnem argumentos de múltiplas fontes, inclusive conclusões de pesquisas científicas? Ao contrário do jornalismo e do discurso político, na boa ciência, a simples justaposição (às vezes amontoado...) de evidências não reforça a soma conclusiva e sim apenas a persuasão. Da mesma forma, a investigação explicativa de fatos, como em um inquérito policial, pode admitir uma combinação de evidências convergentes, leva à melhor persuasão do decisor (juiz, por exemplo), mas nunca foi dita ciência, que visa um tipo de convencimento em que o(s) argumento(s) formam uma teia lógica que mimetiza a unidade interna da realidade estudada.

Voltando à triangulação. Não posso reprimir o meu bordão: **o método faz parte** – epistemologicamente – **do conhecimento “resultante” dele**. Não é instrumento. A fenomenologia está na análise fenomenológica; a hermenêutica – qualquer delas é boa – se depreende de uma análise hermenêutica; o resultado de um experimento, expressa este método clássico e vale o que ele valer; uma bela *survey* é construção una, conhecimento de abrangência em linguagem numérica; uma análise social do discurso é um meta-discurso, e assim por diante. Já disse aqui: “amigos, método nenhum é neutro”, ou seja, infenso à natureza do conhecimento que produz.

Denzin, autor consagrado na temática, tocou no que considera o problema central de consistência da pesquisa multimétodo em *Triangulation 2.0, Journal of Mixed Methods Research* (fev. 2012). Não invoca mais a compatibilidade de paradigmas justapostos, mas a prática do paradigma pragmático, usando procedimentos “cristalizados” (termo dele) para produzir uma certeza **prática**. Inevitável continuar vendo aqui o ecletismo epistemológico que trai **uma cultura técnica** inspirando uma derivação da ciência, “a ciência que faz coisas”. Está-se no reino da tecnologia.

Nós, porém, estamos no reino dos significados das ações sociais e humanas, o que afinal nos explica melhor e nos move. Aí, a argumentação científica, não importando a natureza do procedimento investigativo – se estatísticas, entrevistas, dados biográficos etc. – vale mais quando mostra melhor as relações internas entre aqueles significados, deixando sempre sua marca. A evidência, aí, que não é lógico-dedutiva, mas expressiva, se mostra no maior **enriquecimento** do significado do objeto de estudo.

O que costume ver acontecer com muitas pesquisas qualitativas de triangulação multimétodo? Vou chamá-lo “encantamento metodológico”.

O ilusivo começa pela expectativa **centrada na correção** do procedimento. Ora, a prática metodológica não opera magicamente resultados válidos – não há abracadabra em ciência – mais métodos, mais validade. “Engrenagens metodológicas” mais poderosas não se justificam melhor nem garantem produtos de significado diferenciado.

Acontece que a complexificação dos procedimentos e seus cruzamentos tende à perda do significado de cada um porque a “fôrma” procedimental assume o primeiro plano. A fixação na observância do procedimento metodológico passa a ser o objeto das relações acadêmicas de orientação, de autoavaliação e de resultado final – inclusive porque são mais fáceis de ver e têm maior positividade. Está posto o ambiente do formalismo.

Assim, enquanto a triangulação nos recomenda mais formas de validação cumulativa e cruzada, o formalismo sacrifica a densidade e riqueza do significado. Ele é disjuntivo, nos põe o dilema: aumentar a validade ou enriquecer o significado? (Em outro lugar deste livro discutiremos essa questão de “validade”.)

42. Deve a pesquisa acadêmica liderar o conhecimento em áreas de prática profissional? Equacionando a questão

Não, não deve. Esta seria minha resposta, mas sua justificativa exige tanto ousadia quanto o esclarecimento prévio da pergunta. Além disso, ainda considero o assunto meio “verde”. Vou, por tais razões, tentar apenas equacionar a questão, ciente de que posso estar escandalizando leitores. Mas ela é importante.

Há duas situações que me parecem distintas: as profissões que vieram a se caracterizar pela aplicação tecnológica (que eu chamaria “profissões de ciência aplicada”) e outras que estão mais diretamente dependentes de relações humanas e sociais (que eu chamaria “profissões de ecologia humana”). **É apenas a estas, as de ecologia humana, que me refiro aqui na pergunta-título.** Deixo fora da discussão as profissões em que a arte é claramente o eixo central (profissões “de criação artística”), por não haver dúvida neste caso.

Sim, cresce, talvez precipitadamente, o número de profissões da ciência aplicada, com destaque para a medicina convencional (“científica”). Entre as de ecologia humana, a tecnologia (ainda) não tem presença decisiva, pela complexidade dos fenômenos sociais e humanos e pelo envolvimento do próprio profissional no que faz. São as clínicas (que consideram a inteireza do paciente diante do profissional), a economia, as políticas sociais, a publicidade & propaganda, o urbanismo, a educação, a administração e outras.

O que acontece hoje? O sistema de pesquisa e pós-graduação desenvolvia, desde os anos 1960, **a partir de fontes e motivos próprios**, e com seu método tradicional, conhecimento

supostamente bom para o uso do mercado profissional – afinal, a maior parte delas se definia oficialmente como “ciência social aplicada”. A experiência brasileira, hoje de duas décadas, de mestrados e doutorados **profissionais**, ainda claudicantes, são um reconhecimento de que algo não ia bem no setor – fato explicitamente reconhecido pelos atos que instituíram esses programas (Exposição de Motivos da Resolução Capes nº 1, de 1995 e Portaria Capes nº 80, de 1998).

Entrecruzavam-se conflitantes laços e desencontros entre os dois campos institucionais, o acadêmico e o profissional, e cresciam mais e mais as queixas de **um distanciamento mal explicado**. Seria este *gap* uma questão (apenas) de diferenças de linguagem? De culturas e valores grupais? De pressupostos metodológicos irreconciliáveis – não se coadunando, da parte de uns, volatilidade e superficialidade com rigor e estabilidade no tempo (o conhecimento científico)? Ou, da parte de outros, incapacidade de entender e acompanhar o que se passa na realidade? Perguntas até hoje sem resposta convincente.

Talvez, enfrentando de outra forma a questão, se deva perguntar: e se, em vez de “*gap*”, que supõe alguma unidade ou continuidade desejáveis, se pleiteasse justamente a **diversidade radical**, originariamente legítima, entre as formas de conhecimento? O desafio passaria a ser chegar-se à cooperação dos diferentes, não havendo mais por que falar-se em “*gap*” entre os semelhantes. Completeemos, porém, a abordagem institucional.

Enquanto se formava, na pós-graduação, uma tradição de pesquisa muito próxima de ciências básicas, como a sociologia, o **mundo profissional**, em nível individual ou empresarial, **passou a criar as próprias soluções de conhecimento** e, especialmente, fomentava uma “periferia da universidade”, abrindo-se aos cursos *ad hoc* e contratando serviços de pesquisa e treinamento. Aí se trabalhava com aquele conhecimento, mantendo-se distinção clara com a pós-graduação *stricto sensu*. Neste contexto, o **distanciamento** se consolidou, sugerindo que naquela área de conhecimento **não acontece o mesmo** que no conhecimento tec-

nológico, naquele que aplica diretamente o cálculo e, em geral, nas ciências da natureza. E deu lugar a **estereótipos**.

O principal destes, ainda forte, é o de que a instituição acadêmica é que produziria e guardaria o conhecimento seguro e criterioso, inclusive com potencial para ideias realmente inovadoras, que consultores e palestrantes aguardam, colhem e adaptam. Ela permaneceria a fonte alimentadora, direta ou indiretamente, do que de melhor aparecesse no mundo do conhecimento de uso profissional. O “deve liderar” (da pergunta-título deste capítulo) corresponderia a esse estereótipo do conhecimento acadêmico.

Até se imaginaria uma espécie de “pirâmide institucional do conhecimento”, com a pesquisa acadêmica no topo e o conhecimento profissional na base, intermediados pelas consultorias e outras instituições que coletam, agregam e organizam dados e, ainda, setores especializados da imprensa.

Isso é sustentável? Esqueça-se por um instante a trama política em que se apoia – a academia é hoje, no mundo todo, uma instituição poderosíssima – e enfrente-se a pergunta.

Há duas linhas de investigação e argumentação.

Primeira: enquanto a fragmentação histórica das ciências traz como crucial a interdisciplinaridade, esta só se tem mostrado efetiva como **cooperação interdisciplinar** face a problemas reais postos pelos meios profissionais e em colaboração com eles, invertendo o sentido do fluxo e esvaziando a ideia de hegemonia da pesquisa acadêmica. Não é possível falar em “liderança”.

Segunda: a **experiência**, que é sempre relativa aos casos singulares postos diante do profissional, não é resolúvel pela generalidade do conhecimento produzido pela pesquisa acadêmica. O mundo da experiência é de outra ordem, acessível aos profissionais em que aquele conhecimento “se compõe” através de outros saberes que mergulham em sua subjetividade. Não é possível falar em “liderança”.

Desdobremos cada uma dessas linhas argumentativas.

Sobre a primeira, o que a história mostra é que, quanto mais se complexificaram os problemas, mais as grandes contribuições do conhecimento científico para a humanidade no último século e no presente só vieram a ocorrer pela cooperação de diversas disciplinas científicas, seja para a construção seja para a destruição. Ora, por seus métodos, que se diversificam pelos objetos específicos à procura de evidências próprias e sempre contextualizadas, as ciências **não** tendem a se encontrar, **nem** a construir linguagens próprias e círculos de autoavaliação que viabilizassem avanço harmônico. A cooperação exitosa só começa quando se tem à frente das iniciativas de pesquisa integrada os reais responsáveis pelas demandas, exigindo soluções integradas e se dispondo a financiá-las – o que vem do meio profissional.

Sobre a segunda, o problema central e milenar da epistemologia, hoje reconhecido como tendo sua raiz na linguagem humana, é o do conhecimento válido. Ele tem pretensões generalizantes sobre o mundo real, mas é singular no tempo e no espaço – e não é possível ciência do singular (*De singula non fit scientiam*, diz o adágio da filosofia aristotélica). Encontra-se barreira intransponível quando se deixa o plano da filosofia e das ciências. O discurso destas é teórico, e se limita a interpretar sua limitação intransponível, epistêmica, com outra teoria, como a da complexidade do real.

Elas só terão dois caminhos se pretendem falar à singularidade da ação. Ou transformam aquele discurso em linguagem técnica, gerando soluções tecnológicas em modelos, algoritmos etc., e assim padronizam a ação e os ambientes, **ou se rendem à experiência**, que é o mundo real dos casos e situações singulares, constantemente posto ao profissional que o acessa por outro tipo de saber. Elas então poderão apenas voltar a observá-lo para gerar novo conhecimento generalizante, nova solução estandarizada, sem fugir à sua limitação “genética”.

Fiz, acima, uma pergunta ao falar do *gap* conhecimento acadêmico – conhecimento profissional (“que tal se pleiteássemos justamente a **diversidade radical**, originariamente legítima,

entre as formas de conhecimento?”) Disse então que, pelo menos, deixaríamos de tentar artificialmente resolver o *gap*, pois não haveria por que falar em *gap*. Proponho completar, por aí, a investigação.

Não foi por injunções fortuitas ou recentes que chegamos, nós no Ocidente, à situação atual de tensão e desencontro entre formas de conhecimento. Isso foi o resultado de milênios em nossa história cultural de raízes helênicas. Temos na voz de Platão e Aristóteles o trabalho que se tornou clássico de categorizar formas de conhecimento. Essa categorização, **no entanto**, incluía a hierarquização que faziam de valores, formas de vida e de classes sociais. Vejam: fatores culturais e sociais!

Eles distinguiram o estilo de vida dos que se dedicavam a pensar e divulgar seu pensamento (*bios theoretikós*) e o estilo de vida dos demais, a grande maioria que tinha a vida prática (*bios praktikós*).¹⁶ Houve, em séculos, uma evolução conceitual do termo *epistême*, o tipo de conhecimento praticado pelos cidadãos de *bios theoretikós* (afinal, formulado pelos próprios), sempre em oposição à *praktikê* e à *poietikê*, os tipos de conhecimento de quem, na *bios praktikós*, vivia de trabalhos que exigiam atuação habilidosa ou que fabricavam (verbo *poiéin*) objetos materiais, os artífices. Estes últimos, que levavam uma *bios praktikós*, compunham o estrato inferior da estrutura política que, com a diferença introduzida pela classe intermediária de guerreiros, acompanhava a mesma hierarquização.

Para resumirmos a história e chegarmos à formulação dada por Aristóteles, já no século IV a.C., eis como ficou a correspondente classificação das formas de conhecimento, tal como ele apresenta em *Ética a Nicômaco*, sua obra de maturidade: a *epistême*, o conhecimento exercido na atividade *theoría* (e cuja virtude própria é a *sophia*); a *phrónesis*, conhecimento exercido

¹⁶ MONDOLFO, R. *Momentos del pensamiento griego y cristiano*. Buenos Aires: Paidós, 1964, p. 49-65. Ver também, do mesmo autor, *O Homem na cultura antiga*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

na *práxis* e que tem uma virtude própria, a prudência/sagacidade nas decisões; e a *téchnê*, conhecimento exercido na *póiesis* e que exige arte (do artífice).¹⁷

A compreensão do conhecimento como expressão da própria atividade foi um gol de placa dos filósofos gregos. **Aí está o critério da diversificação dos saberes profissionais**, cada vez mais elaborados. A forma de exercer o conhecimento é uma expressão da atividade laboral. A estratificação valorativa dela, **porém**, presa à pequena sociedade da Grécia Antiga, perdeu o sentido com a evolução vertiginosa das sociedades modernas. Dá lugar à pergunta: por que ficaríamos nós, hoje, a sustentar a prerrogativa de valor de um desses saberes sobre os demais?

¹⁷ ARMELLA, V. A. *El concepto de técnica, arte y producción en la filosofía de Aristóteles*. México: FCE, 1993, p. 25.

43. “Como [x] não seria verdade, se dá certo e funciona?”

Devo advertir, preliminarmente, que, nesta frase-título, “verdade” é entendida no sentido de afirmação interpretativa de um estado de coisas existente ou por vir, chame-se sua formulação “teoria” ou de outra forma, como “lei da natureza”. Está no senso comum que, se alguma interpretação “se confirma”, ou seja, se as coisas acontecem como anunciado, “dão certo”, “funcionam”, é porque ela era “verdadeira”; as coisas se passam assim mesmo “na realidade”. “Verdade” passa de um sentido apenas prático – funciona, sem que se precise saber por que – para o nível de descrição do mundo, ele próprio como é, independente de nós, o nível ontológico.

A sentença coloquial deste título poderia ser deixada para os “garis da racionalidade”, os que recolhem restos de uma racionalidade já superada desde meados do século XX, se não estivesse profundamente enraizada na cultura circulante em áreas profissionais com aspiração a ciência. De algum modo, todos nós, independente de educação universitária, somos abalados pela pergunta. Como pode haver controvérsia sobre algo que vem dando certo e funcionando? Mas há, sim.

Pergunto: estamos aí diante de um problema de semântica (o significado de “verdade”) ou de lógica, a sustentação racional da sentença inteira? Diante dos dois, porque vou partir do significado comum para “verdade”, a correspondência entre linguagem e coisa, para examinar a lógica do “dar certo” e “funcionar”, **a lógica da verificação**, e ao final rever a tal “verdade das coisas”, a que poderíamos razoavelmente aspirar.

Meu ponto é: a ciência seria insustentável se, de fato, buscasse **fundamento** na lógica da verificação, já que a pratica como método eficaz para o que **pretende**. Mas não busca. Isso é coisa

de senso comum e jornalístico que fala de “descoberta da verdade” pela ciência. Já os saberes de prática com aspiração a ciência, ficariam mais livres para achar sua verdade se abandonassem essa trilha (fundamento na lógica da verificação) e se orientassem pelo pragmatismo humanista.

Estabeleçamos primeiro que a **verificação se reduz à lógica indutiva**, aquela em que de várias observações sucessivas se conclui algo ainda não observado – ou porque é futuro ou porque faz parte de um conjunto maior que o observado e sem limites precisos. Na verificação, tem-se apenas **mais** observações que são propositalmente feitas depois que se tem uma conclusão como provisória, duvidosa ou merecedora de mais experiência. Nossa questão-título, portanto, é de lógica indutiva.

Praticada de forma sofisticada ou simples, a indução é a lógica do senso comum, que avança por tentativa e erro. Não podemos viver sem ela, diz Popper (nem mexer em computadores, completo eu...). E a ciência? São tradições **de prática de investigação empírica** que sempre procuraram ir além do senso comum, e são socialmente fechadas em suas regras e procedimentos. A ciência empírica não tem como fundamentar-se com apoio na própria empiria (o conhecimento pela experiência), já que esta mesma é que precisa de fundamento. E, note-se, a ciência (os próprios cientistas) **nunca se definiu como** “indutiva” ou “verificativa”. Como assim?

Foi a **filosofia** no século XVIII, os filósofos do empirismo inglês, tocada pelo ideal iluminista moderno, o do conhecimento verdadeiro e libertador do homem, e Kant, iniciando outra tradição, o “iluminismo alemão”, que buscaram – eles – fundamento para a ciência. Eles viram a ciência incipiente e, diante dos resultados **práticos** extraordinários obtidos com a objetivação total da observação, tentando excluir a influência do observador, se perguntaram: como a certeza nesta ligação “efeito-causa” seria **possível**? Uma pergunta **metafísica**. Seguindo Aristóteles, respondem: isso é lógica indutiva (do singular se conclui o geral). E se perguntaram: qual o seu **fundamento**?

Era a modernidade nascente que deixava subentendida sua intenção maior: fundamentar a nova ciência da “natureza-como-ela-é” **para declará-la independente da fé cristã** (cientistas não dependendo mais de tribunais eclesiásticos), então fundamento da civilização ocidental, a que se curvou o próprio Descartes (século XVII) com seu racionalismo puro, pondo Deus como fundamento último de nossas certezas. Sem fundamentação racional, imaginavam **os filósofos modernos**, nossa física e nossa química flutuariam no ar, ou acabariam sendo socorridas por alguma crença mística no invisível, como a alquimia que já haviam abandonado.

Dignos de admiração! Mas a ciência-tecnologia de hoje não tem a mínima preocupação com questões filosóficas como aquelas. Antes de tudo, porque já se estabeleceu como a grande forma de conhecimento legitimado pela sociedade. Bastam-lhe princípios metodológicos de alta e crescente efetividade factual. E se não estiver descobrindo a “verdade da natureza” ela está, com certeza, criando produtos e soluções, indefinidamente, na linha pretendida, transformando a economia e o mundo.

Historicamente, todas as indicações são de que os cientistas que evoluíram a partir de sua própria tradição não se pautaram pela filosofia.

Retornemos, porém, aos filósofos modernos. A lógica indutiva não se sustenta, diz David Hume (1711-1776), porque há injustificável “salto lógico” das observações para as conclusões. Ele foi direto ao ponto, aliás, simples: se a base da certeza é a observação segura, como concluir para o futuro ou para os casos não observados? A dúvida de Hume ficou no ar – no ar respirado pelos filósofos, é claro.

Até meados do século XX, eles, que ainda tinham prestígio, acharam suficiente a metafísica de Kant com a suposição de um “*fainômenon*” (o que se apresenta a nós), como limite de todo objeto observável, renunciando-se ao conhecimento do “*noumenon*” (a coisa em si). Mas esqueceram que, para a racionalidade crítica do grande filósofo alemão da modernidade, a

“universalização empírica” (expressão que usa em vez de “indução”) é presumida e comparativa, não estritamente verdadeira, “uma extensão **arbitrária** da validade de alguns casos” (Sérgio Fernandes, *Foundations of objective knowledge*, 1985, p. 70–71, grifo do autor, que o extrai do próprio Kant).

Depois de Karl Popper (*The logic of scientific discovery*, 1959), o método indutivo deixou de ser visto, para os filósofos da ciência, como processo simples ou autônomo e passou a ser entendido **dentro** de um contexto maior de lógica **dedutiva, dela sendo a “premissa menor”**. Toda ciência parte de hipóteses sob teste verificativo, que leva com segurança a um conhecimento **suficiente** para o momento, mas indefinidamente testável, de novo sob forma de hipótese, para que assim a ciência possa avançar.

As teorias científicas sobre o mundo são “conjecturas” sustentáveis, disse Popper. Não dá para dizer que a verificação garante a própria “verdade da natureza”. Não dá para dizer que se pode passar do *fainômenon* ao *noumenon*; nem que, dando certo e funcionando – mesmo posta toda a sofisticação metodológica possível –, seria “verdade” (no sentido de correspondência linguagem-mundo). Sinto muito, mas somos limitados mesmo (!) e devemos deixar “verdade”, naquele sentido, para a linguagem coloquial e jornalística.

Afastado esse, qual seria para a “verdade” o sentido a que poderíamos aspirar, como disse eu de início? Nisso, caminho para o pragmatismo humanista (W. James, J. Dewey, D. Davidson, R. Rorty). **Criamos** “natureza” (entidades) e “destino” (um sentido humano para o tempo), sim, mas, basicamente, nos reconhecemos em ação, **somos ação** (daí “pragmatismo”, da raiz grega “*pragma*”, ação) – ela que nos constitui e nos define como responsáveis. Falaremos então da **verdade a realizar**. A verdade de pessoas (suas vidas), de grupos, da própria ciência ou de áreas de atividade profissional. É o encontro de uma vontade com uma “natureza-de-ação” que se vai reconhecendo ao longo do tempo (vida), sem que este reconhecimento seja algo estático ou definitivo como uma “essência”.

É difícil, muito difícil, entender isso (“a ficha não cai”) porque estamos domesticados por toda uma cultura milenar, incluindo aí nossa linguagem de substantivos, de “coisas”, de objetos fixos cuja essência procuramos e descrevemos, para com eles lidar melhor. E isso exerce uma função alienante de nós próprios.

Mas a nossa **verdade a realizar**, de que temos intuição direta, está **escondida** em cada desejo, plano, projeto, empreendimento, objetivo no tempo que transcorre. Essa nossa verdade evolui como tudo no tempo e o que se tem a fazer é **realizar** a própria verdade individual e coletiva. Somos chamados a essa **realidade** e a esquecer o mundo platônico das ideias.

Curioso lembrar que Tomás de Aquino, no século XIII, em sua filosofia, hoje chamada aristotélico-tomista, ensinava que nossa felicidade consistia em realizarmos o que ele, educado na mesma filosofia clássica, chamava de “nossa essência”... Não há mais nada a dizer sobre “verdades objetivas” do mundo “lá fora”.

44. “Posso analisar com objetividade e números o conteúdo de uma entrevista.” Ótimo, que game é esse?

Os que conhecem e até já usaram esses softwares de análise de entrevistas e de discursos, mostrando ali, na clareza de números, os temas preferidos da pessoa, as associações constantes a eles, os verbos preferidos, as adversativas e negações predominantes etc., perceberão minha ironia no título acima. É como se a complexidade e sutileza de uma pesquisa sobre o que entrevistados e oradores dizem fossem de repente substituídas pela facilidade e diversão de um jogo, um *game*...

Provocação, é claro! Mas leva a olhar melhor e a desafiar o atraente e o claro. Como a “**análise semântica de textos**” (de fato, léxica), hoje frequente no jornalismo, começou na academia há mais de 50 anos e seduziu muitos, tomei a coisa como tema. Acho que no assunto há distinções a fazer, mais abusos do que usos legítimos, e estes são restritos. Na pesquisa científica em ciências sociais, restritíssimos... vamos lá.

Para começar e ter uma ideia mais bem localizada do que estou falando, visite – seguindo milhares anteriores a você – um endereço como este: <http://www.portaldeconhecimentos.org.br/index.php/por/content/view/full/14014>.

Ali, a descrição dos softwares diz: “*Semantic-Knowledge is a leading provider of Natural Language Processing (NLP) software, including Semantic Search Engine, Text Analysis, Intelligent Desktop Search, Text Mining, Knowledge Discovery and Classification systems*”. Fixe daí, para o que nos interessa, os seguintes termos de uso: “*natural language*” e “*NLP software*”, “*text analysis*”, “*text mining*”, “*knowledge discovery*”.

Estamos falando de **linguagem natural**, não de linguagem de máquina ou entre máquinas. E nossa pergunta é: “Como

posso chegar ao que realmente quis dizer o meu interlocutor?”. (Pois “o que ele disse” segundo códigos interpretativos externos, inclusive os meus, é diferente). Qual o significado da fala que presenciamos ou mesmo em que estivemos envolvidos?

Transporte-se agora para um ambiente de pesquisa científica. O entendimento metodológico das perguntas acima pode dividir fundamentalmente paradigmas de trabalho e resultados de pesquisa, porque representa diferentes concepções do que sejam **relações sociais**, pessoas em comunicação, suas reações e tudo que vêm a expressar sobre seu mundo. As ciências sociais nascem de **uma concepção de linguagem**.

Quando Klaus Krippendorff lançou, em 1980, seu clássico *Content analysis: an introduction to its methodology*, a obra já representava consolidada extensão prática da **concepção estruturalista da linguagem**, há décadas inspirada na linguística de Ferdinand Saussure (1916). Que diz ela? Toda linguagem pode ser entendida – e por isso decomposta – em elementos e sistemas de signos **em articulação**, formando as estruturas profundas em que repousam os significados. Nelas, objetivamente identificáveis, uma ciência positiva poderia então desenvolver-se à **margem** dos usos reais da palavra.

No Brasil, desde o início dos anos 2000, a teoria e os procedimentos metodológicos da **Análise de Conteúdo**, feita a partir de categorias baseadas em unidades de codificação e registro de um texto, ganharam divulgação e autoridade com o trabalho de uma pesquisadora da Universidade Paris V, Laurence Bardin, *Análise de conteúdo* (originais de 1977).

Ora, quando a computação eletrônica de dados alcançou a Análise de Conteúdo, “bombaram” trabalhos acadêmicos... Quase atividade técnica, era maneira fácil de multiplicar a “produção”. O gênero de softwares foi inicialmente chamado de CAQDAS (*Computer Assisted for Qualitative Data Analysis Software*). Os produtos da francesa Sphynx – Sistemas para Pesquisa e Análise de Dados entraram em grupos de pesquisa, especialmente na área de administração, com o apoio do livro *análise*

léxica e análise de conteúdo, de Freitas & Janissek, 2000, também patrocinado pela empresa.

Mantém-se, no entanto, minha pergunta: “Como posso chegar ao que realmente disse – não apenas externou verbalmente – o meu interlocutor? Qual o significado da fala que presenciámos ou mesmo em que estivemos envolvidos?”.

Não a respondemos bem com o binômio forma-conteúdo porque, escandindo-se a forma, não se encontrará “conteúdo”, mas apenas o significado da “fôrma” aplicada. Concebido um sistema de códigos e estruturas, tecnicamente decifráveis, nossa compreensão suprime da linguagem a presença da pessoa que tenta se expressar, o universo rico e insondável de alguém em confronto com outrem que, às vezes, mal imagina quem seja. De nada vale produzir clareza de análise se as pessoas que falam não são assim. “O que a pessoa disse, objetivamente” é um objeto de interesse dos processos de responsabilização social (acusação, culpa etc.), não é o significado linguístico do ato de fala.

A diferença de concepções não é trivial, é radical. Dois parágrafos sobre isso.

Ainda em meados do século passado a linguística deu uma guinada de afastamento em relação à teoria estruturalista. O próprio Saussure, seu corifeu, já havia distinguido “*mot*”, a palavra como elemento de uma língua, de “*parole*”, a palavra **em uso** – dedicando-se ele, como dissemos acima, à primeira. Com Benveniste e Ducrot, o interesse da linguística evoluiu para a **linguagem como forma de ação**, que pode “operar o que significa”, disse Austin. Proferimos atos de fala, estudados por Searle, cujo significado depende do uso aqui e agora, **depende do contexto da interlocução**. Alguém sempre fala, escreve ou grava **para um “ouvinte”** – real ou imaginado, um público presente ou potencial.

O essencial da linguagem não pode ser entendido só pelo significado semântico da expressão (aquilo a que se refere uma composição vocabular e gramatical). Entende-se uma fala se, quando e na medida que **a intenção** que ela carrega é percebida,

como insistiu Grice.¹⁸ É o **significado pragmático** (de *pragma*, ação) da linguagem, pioneiramente demonstrado por Wittgenstein, seguido por muitos. Ela é, antes de tudo, uma forma de relacionar-se e faz parte do mundo social.

Voltemos agora à questão metodológica. Tudo que encontramos escrito ou nos foi dito (em pesquisa) teve um contexto específico e se guiou por uma intenção. O público pressuposto pelo orador ou escritor (seus pares, seus seguidores, seus opositores, seus potenciais clientes etc.) é que gerava o que ele disse. Você mesmo, entrevistador, queira ou não, determina a direção e os limites da resposta de seu entrevistado.

Como imaginar que esses textos se revelem pelo instrumental técnico de uma análise de conteúdo? Expressões mais usadas pela pessoa podem fazer parte de uma estratégia dissimulatória. Negativas às vezes escondem concordância. “Espuma” e “fumaça” de retórica não podem ser levadas a sério e influir em conclusões científicas.

Rejeito, pois, a “análise semântica de conteúdo” para o produto de **entrevistas** e prefiro começar a entendê-lo por uma análise pragmática da fala do entrevistado, pondo seus termos à luz de suas intenções diante de mim – ou de quem represento ali, no momento da entrevista – e do contexto de sua experiência relativa ao fato ou tópico em questão.¹⁹

Admito, porém, que, em situação de **monólogo**, textos escritos tenham seus eixos de articulação e seus prolongamentos identificados – ou sua inexistência, talvez inconsistência, demonstrada – a partir de aspectos semânticos. Situações específicas.

¹⁸ GRICE, Henry Paul. Meaning. In: STEINBERG, D.; JAKOBOVITS, L. (orgs.) *Semantics*. Cambridge: CUP, 1971. p. 53-59

¹⁹ Quem estiver interessado em entender melhor como eu trato, teórica e metodologicamente, o assunto deste capítulo pode dar uma olhada em: A entrevista não estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. *Revista de Administração Pública – RAP*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, p. 823-47, jul./ago. 2005.

De qualquer forma, é preciso pensar duas vezes antes de aplicar-se o *Semantic-knowledge* com os *NLP softwares*. Para que ficar garimpando dados (*data mining*) em um texto? Para impressionar incautos? E quando então se promete “descobrir conhecimento” com a “análise de textos” está-se, de fato, criando sentenças soltas no ar, informação por confirmar, pois que artificialmente deduzidas de uma base linguística mal-entendida.

Exagerei, sim, ao falar em “*games*” de pesquisa. Mas acho que cheguei aonde queria...

45. “Como montar um trabalho para publicação” (um aconselhamento perverso)

Quem chegasse a um programa de pós-graduação e oferecesse uma palestra com o título acima (em aspas) encheria com certeza qualquer auditório! Porque revelar como, afinal, se monta um trabalho para publicação mexe com as entranhas daquela comunidade. Primeiro, porque, paradoxalmente, em cultura como a acadêmica, onde o conceito genérico vale sempre mais que o caso concreto, as pessoas anseiam secretamente pelo prático – o “diga-me como se faz”. Segundo, porque todos sabem qual é ali a moeda de valor, que diferencia o currículo rico do currículo pobre e em torno da qual gira toda aquela economia: a publicação de trabalhos!

Mas ensinar técnicas de “escrever trabalhos para publicação” é **condescender** com uma pedagogia meio criminosa (crime contra o espírito científico)! Faz muito tempo, mas eu já fiz isso – e como me arrependo! De certa forma, este breve texto é uma tentativa de purgar um pouco dessa culpa antiga...

Que quero dizer com “trabalhos para publicação”? Consideremos um espectro que, segundo a exigência da instituição a que deve ser apresentado e o tempo de preparação, iria de uma tese de doutorado a um trabalho “avulso” e eventual, estando as dissertações de mestrado flutuando entre os dois. Refiro-me apenas a este segundo polo do espectro, as produções de menor porte, chegando no máximo ao nível de uma dissertação. Vamos chamá-lo aqui “artigo”, embora haja artigos que resumem teses e dissertações. Internacionalmente, é o “*paper*”.

A questão de meu interesse aqui está no “**montar**”.

Considere, em um primeiro momento, “montar” como representando o seguinte. “Elementos estruturadores do traba-

lho, no padrão mais usado. 1. Escolha um tema/problema. 2. Defina um objeto concreto ou campo de estudo e os objetivos gerais e específicos do trabalho. 3. Pesquise uma fundamentação teórica/conceitual de referência para o tema/problema. 4. Escolha uma metodologia – nas ‘oficinas metodológicas’ há inúmeras ferramentas disponíveis, qualitativas, quantitativas, e até coisas mais novas. 5. Vá atrás da informação, colete seus dados conforme sua metodologia. 6. ‘Trabalhe’ os dados segundo as técnicas da metodologia escolhida. 7. Apresente e comente os resultados. 8. Cuide do texto e dos anexos (dados, gráficos, tabelas etc.). 9. Mande para um encontro, congresso etc., observando o formato no edital.” E cruze os dedos...

Agora, deixe este artefato acadêmico de lado e considere duas de minhas crenças: (a) a questão de estruturação da pesquisa em área sociotécnica não é de processo metodológico, é de organização e disciplina criativa; (b) a compreensão de toda ação de fala começa pelo seu contexto.

“Montar” um trabalho não é montar um texto. É **chegar** melhor e mais encaminhado ao momento do texto. Proponho-lhe, em dois pontos, o que deveria **preceder** este momento.

1. O trabalho, individual ou grupal, deve ser fruto e parte de um **projeto de pesquisa**. Projeto de um grupo de pesquisa ou seu, individual. O projeto tem que ser sempre o empreendimento maior, no espectro (objetivo, ambição) e no investimento em tempo e esforço. Este seu trabalho, o artigo, flui dele, que lhe dá o problema maior, as referências, fontes, motivação e às vezes até estratégias metodológicas de investigação. O artigo “*free lancer*” não costuma ser duradouro, e às vezes nem compensa.

2. O artigo pode mostrar, melhor que artigos-resumo de pesquisa, que ali se tem **uma fala argumentativa**. “Eu vim aqui apresentar a vocês uma ideia, uma solução, uma conclusão a que cheguei, e **dizer-lhes por quê**.” Como na conversação ordinária, quem toma a palavra e se dirige aos outros tem um ponto, algo que “abre a boca para dizer”. Você tem que se fazer entendido – e por isso imagina de onde tem que partir e o que precisa ou

não precisa lembrar aos interlocutores para que distingam bem o seu “ponto” ali – e tentar o assentimento dos presentes, para isso apresentando razões estruturadas, argumentos tirados de qualquer fonte acreditada naquele grupo.

Substituam-se, nessa conversação acima (“2”): interlocutores presentes pelo “auditório universal”²⁰ (qualquer pessoa que possa vir a ler o texto); o que fica subentendido ou abreviado na dinâmica da conversação, pela **explicitação** completa da redação, das fontes e dos dados citados, e se terá, essencialmente, a estrutura de um artigo acadêmico. Simples assim.

E por que não parece “simples assim”? Porque não sabemos transferir para o texto formal a unidade e continuidade argumentativa da conversação. Fragmentamos a **construção do sentido** do nosso discurso, presos que ficamos a frases, parágrafos, citações, “pedacinhos” diversos, quando ele está de fato **em contextos** que se sucedem e evoluem para o convencimento do interlocutor (leitor, no caso). Eles, em grande medida, mantêm **fora** do próprio texto, parte do significado que carregam – e todos entendem isso. E se não dominarem minimamente os contextos pertinentes ao assunto, não acompanharão a conversação (a leitura), não adianta: não entenderão nada.

A Linguística Textual, já há mais de 50 anos, aposentou as teorias sintáticas e semânticas limitadas ao nível das sentenças, ou que partiam das frases para entender os parágrafos e todo o texto (análise transfrástica). A referência (o que se está querendo dizer) é um fenômeno múltiplo e sequencial no texto, exige vistas ao conjunto e à coerência de unidades textuais maiores. Quem quiser, dê uma olhada em livros da professora Ingedore Koch (*A coesão textual e Texto e contexto*, ambos da Contexto, 1989 e 1997, respectivamente). De fato, a investigação já foi muito além disso, ampliando-se a ideia, de décadas anteriores, de contexto ao próprio extratexto (T. van Dijk, *Text and context*, 1977).

²⁰ Expressão de Chaïm Peralman e Lucie Olbrechts-Tyteca em *Tratado da argumentação*, 1999, p. 7.

Estranhamente, os trabalhos acadêmicos parecem ter perdido esse sentido comunicativo essencial do texto – tão enrolados que acabaram em procedimentos formais. Ritualizam-se os textos como se fossem oráculos a serem proferidos de determinada maneira para produzir efeito. E quanto menos se conhecem os códigos da linguagem e como aquele discurso é montado, mais se imagina que ali se encerra um sentido “importantíssimo, que eu não percebi”. No meio disso, às vezes se disfarça alguma desonestidade.

Em alguns congressos acadêmicos há, além das seções de apresentação de trabalhos concluídos como resultado de pesquisa, a modalidade de sessão “Comunicação”, a simples participação, àquele grupo de pesquisadores, da ideia da pesquisa que se está preparando ou mesmo só planejando fazer. A apresentação da ideia/projeto é breve e as discussões mais alongadas. Tenho, das sessões deste tipo de que participei, as melhores lembranças. Não só como estímulo à criatividade e à colaboração, mas porque dali se tinha experiência direta de duas coisas: (a) o trabalho pretendido e a desenvolver era, afinal, um ato comunicativo “real” e (b) dali se saía com um compromisso também “real” – as pessoas, algumas conhecidas nominalmente, passavam a esperar o resultado. Esse contexto social, uma conversação, punha a gente nos trilhos.

46. “Hipóteses falsas podem gerar previsões verdadeiras.” E agora?

Esta afirmação – aparentemente paradoxal – está na página 46 de *O que é o método científico*, de Fernando Gewandszneider, Pioneira, São Paulo, 1989, um livro muito bem-feito que apresenta e defende a teoria da ciência na linha popperiana, hoje ainda útil, mas insuficiente. O título do capítulo é “O problema da indução – um adeus à certeza”.

Leia de novo a sentença. Você deve ter sentido uma espécie de “razão travada” ou dissonância cognitiva, como dizem os psicólogos. Acho a afirmação um bom pé de conversa. Aqui pretendo apenas três pontos: (a) explicar porque ela está correta, ou seja, poderia ser justificadamente feita (previsões que se confirmaram baseavam-se em hipóteses que não se sustentavam); (b) por que razão temos essa sensação de paradoxo; e, por último, (c) o que “a” e “b” nos levam a concluir.

Primeiro. Sentença correta, sim. E se você só se convence com exemplos bem conhecidos, vamos lá.

Durante mais de um milênio foi crença geral que a Terra era centro de um sistema planetário onde o Sol lhe girava em torno regularmente. Ptolomeu de Alexandria (60-168 d.C.) formulou matematicamente o Geocentrismo, e homens de ciência, por séculos e séculos, tomaram-no como hipótese para seus cálculos de previsão sobre a localização e hora **exatas** do nascer e do pôr do sol. Estações e calendários mostravam a segurança das previsões. Poucas certezas duraram tanto. Apesar de tudo, Nicolau Copérnico (1473-1543), clérigo e matemático, levantou hipótese exatamente contrária, o Heliocentrismo, experimentalmente demonstrado por Galileu Galilei (1564-1642). O acerto

das milhares de previsões baseadas no Geocentrismo ficou “no ar”... Ou melhor, na atmosfera, sobretudo depois que Newton explicou por que o Sol, que também não era centro de muita coisa, se comportava daquela maneira...

Como é possível que, igualmente por milênios (pelo menos desde Hipócrates, no século V a.C., até o início do século XX, com Francis Galton), uma hipótese de transmissão de características genéticas tenha comandado observações e experimentos bem-sucedidos? Refiro-me à pangênese. Admitia-se que de todas as partes do corpo partículas de dimensão quase atômica, as gêmulas, se desprendiam das células para os órgãos reprodutores e passavam, combinados, para os filhos. Charles Darwin – o grande Darwin – e Herbert Spencer trabalharam com a pangênese. Há décadas, porém, esqueceram-se as gêmulas, e a genética pós-Mendel, com apoio na estrutura do DNA, e as proteínas atuantes em nível molecular são a hipótese aplicada com êxito em milhares de experimentos de biotecnologia. Até aqui...

Pensando bem, há inúmeras teorias, tomadas como hipóteses, que sobreviveram certo tempo – geraram previsões exitosas, portanto – e desapareceram.

Então você concorda: a sentença-título está correta. Afirmar que hipóteses que se mostrariam falsas puderam basear previsões (observações intencionais, experimentos) que se cumpriam. Mas aí vem o problema: por que não se deveria pensar o mesmo de **todas as explicações científicas**, teorias sob constante teste como hipóteses? Ôpa...

Segundo ponto. “Hipóteses falsas podem gerar previsões verdadeiras.” Por que a sensação de paradoxo?

O travamento viria de um “falso” gerando um “verdadeiro”. Não se pensa, de imediato, que a hipótese não era tida como falsa **quando** foi tomada e veio a produzir resultado verdadeiro. É que estamos preparados para entender “falso” e “verdadeiro” por uma semântica **essencialista** de senso comum: verdadeiro é o que é e falso o que não é. E mais:

com uma correlação negativa (ou de opostos) entre “falso” e “verdadeiro”.

O seguinte: nem as hipóteses merecem ser ditas “falsas” nem as previsões confirmadas, “verdadeiras”.

O que está aí nos iludindo, ou aí se escondendo, é o que determina (“gera”, produz) a atribuição de “falsidade” e de “verdade”: o pressuposto da verificação empírica **como critério absoluto** de certeza (as previsões são testadas empiricamente).

O que constitui aqui “verdadeiro” e “falso” como opostos e correlatos não é uma essência alcançada (ou não), é **uma prática**, uma técnica de pesquisa, construída com uma lógica, a da verificação, e geradora de sua crença. (Em outro capítulo, número 43, lembrando a evolução da filosofia da ciência, tentei mostrar os limites e fragilidades da crença na verificação.) Parabéns pela firmeza de sua crença, que simplifica muita coisa, mas...

Então “Hipóteses falsas podem gerar previsões verdadeiras” é uma maravilhosa chave para abrir o cofre secreto da epistemologia da ciência.

Terceiro ponto. Inevitáveis conclusões (o que eu vi dentro daquele “cofre”).

Maravilhoso ou trágico, não saberia dizer. Mas em poucos séculos, com esta prática sistematizada, aperfeiçoada, institucionalizada, que consumiu milhares de vidas de homens e mulheres notáveis, chamada “ciência”, construímos um monumental acervo de saber, espalhado por quase todo o planeta, de potencial incalculável e imprevisível, e estamos transformando inteiramente o nosso *habitat*. Surpreendentemente, contudo, não podemos garantir nem afirmar em definitivo **o que**, afinal, estamos fazendo.

É assim: com certeza mesmo, sabe-se **que** (plano constatativo), mas não se sabe **por que** (plano intelectualivo) alguns “eventos provocados” ocorrem, com altíssima probabilidade – certeza **prática** total – quando procedimentos metodológicos são adotados seguindo certas formulações (as hipóteses teóricas). Releia, por favor.

Note: eu não disse “não se sabe por que razão certas formulações **correspondem** a alguns eventos, em altíssima probabilidade”, como se garantisse uma correspondência linguagem-mundo, ainda que cega. Não. Temos **uma forma de fazer**, que se expressa com linguagem (muitas vezes matemática) de altíssima precisão para que possa ser repetida outras vezes; que produz ocorrências que nomeamos como as imaginávamos antes do experimento. Vamos variando a forma de fazer, guiada e registrada com linguagem rigorosamente desenvolvida, e o esperado acontece. Ou não acontece. Vai-se tentando sempre. Isso é a **ciência** (no sentido estrito e clássico do termo), **um tatear de hipóteses sem fim** onde a linguagem pode iludir os praticantes (e os pretenciosos). E é por isso que ela não para, está sempre insistindo nesse jogo de surpresas, mais do que de certezas. E diz que “descobre” apenas porque não sabia – ela própria, sob seus próprios critérios, e, sobretudo, o jornalismo científico – e passa agora a saber.

Inevitavelmente pensamos nessas **movimentações culturais** quando acontecem nas áreas de interesse que Abraham A. Moles, um dos cientistas mais completos e fecundos do século XX, chama de *As ciências do impreciso* (Civilização Brasileira, 1995), a antropologia, a sociologia, a ciência política, a psicologia, a educação humana – e suas numerosas famílias... Ah! E a economia de sociedades complexas e tecnológicas, também!

Meu Deus! É muita gente falando... e querendo que os outros acreditem na certeza das opiniões, observações e fatos de tendência com os quais fazem confronto de suas hipóteses! Exatamente assim.

47. Crenças epistemológicas “secretas” da academia

Em que, realmente, creem os acadêmicos quando se trata de conhecimento? Este “realmente” admite a diferença entre crença professada e crença praticada, porque à racionalidade ocorre frequentemente isso. A grande prática dos acadêmicos – falo como quem teve uma longa experiência deste meio cultural – é, sob várias formas, **de linguagem**. Que mostraria então esta prática, aos olhos de um observador externo?

Os acadêmicos falam (aulas, discussões, palestras) ou escrevem dentro de padrões metodológicos que funcionam perfeitamente como **regras do comportamento verbal admitido**, aceito e legitimado – como acontece com qualquer grupo social bem caracterizado. Minha posição é a de que, tomando a prática como a expressão mais autêntica do que se é, ocorre um afastamento real daquelas regras, só revelado pela análise, uma adesão implícita à epistemologia não confessada (por isso, “secreta”).

Analisemos, então, cinco expressões típicas e correntes na vida acadêmica. Mas não se engane, caro leitor, com este termo “analisar”. Tente perceber o que eu estou querendo **mostrar**; não se atenha ao significado semântico das frases. Ou seja: siga a recomendação de Ludwig Wittgenstein para entender a linguagem: **“não pense, veja!”** (*Investigações filosóficas*, Nova Cultural, 1996, § 66).

(1) **“Interessante!”**, exclama – apenas – o acadêmico com ar algo esnobe (eu retiraria este “algo” se o acadêmico fosse um anglo-saxão com o seu lacônico *“interesting”*), desproporcional à extensão da fala que acaba de ouvir, ou qualidade do *paper* que acaba de ler. Nenhuma fala argumentativa bem elaborada pode atraí-lo, despertar-lhe concordância ou discordância. **Ele não entra na relação comunicativa da fala**, mesmo que fosse para

julgar-lhe o mérito! Aquilo apenas chega, ou não, a despertar seu interesse. Então, diante disso, não pense, apenas veja!...

(Parêntesis. Que pensar deste traço de caráter – recuar para o mundo da linguagem interior, o pensamento, aí exercendo juízos autônomos – frequente entre acadêmicos? Procuraremos interpretação ética no individualismo? Ou lhes caberia o conceito de **mônadas**, do idealismo de Gottfried Leibniz (1648–1716), unidades de consciência autônoma e reinterpretativa, só acidentalmente comunicativas, únicas capazes de gerar um mundo inteligível? O caso dos acadêmicos seria, então, sem remédio...)

(2) “**A literatura diz que...**”. O que significa o uso acadêmico que toma emprestado de outro contexto, o termo “literatura”? Creia-me, o uso é próximo a ele. Literatura não tem compromisso com o real. São coisas que se dizem **de forma** bela, criativa, maravilhosa riqueza do espírito humano, grande acervo cultural – mas coisa para admirar, não para tratar como real. Ora, a linguagem científica é assertiva. Pense no autor que desenvolveu todo o seu trabalho para poder afirmar ou negar algo, como resultado, a alguém. Como, então, “a literatura diz”? Não pense, veja!...

(3) “**Os resultados sugerem que...**” Assim se expressam os resultados dos estudos empíricos mais rigorosos. Espere: apenas “sugerem”? Você aplicou toda essa parafernália metodológica para no fim apenas me sugerir algo? Não pense, veja!...

(4) “**Isso poderia explicar por que** [ocorre este ou aquele fato]...”. É igualmente nestes termos que o pesquisador apresenta o teste positivo de sua hipótese explicativa. É só até aí que ele pode chegar. Daí para a frente – falar da hipótese confirmada como fato da natureza – é coisa de manual didático para estudante, enciclopédias de ciência ou, mais frequentemente, linguagem de jornalismo científico. Aí penso: “Ele diz, ao final, ‘poderia explicar’. Quer dizer que eu, leitor comum, mas iniciado na área, terei que reler o artigo desde o começo e rever

minha expectativa do resultado, eu que acredito no paradigma de verdade da evidência científica?”. Não pense, veja!...

(5) “**A discussão é sobre [...]**”. Tudo na academia está em discussão. Em permanente controvérsia. Não há verdades garantidas e os consensos são transitórios e implícitos. “*On dispute*” (discute-se) é a expressão pernóstica (dita aqui no Brasil) para alguém fazer o interlocutor voltar à realidade da comunicação dentro da academia e indicar que discorda, sem que precise dizer por que – supostamente todos sabem a regra ali. Fica implícito que entre pares ninguém pode afirmar verdades. Confunde-se a norma epistemológica com a social? Não pense, veja!...

Minha conclusão: **serão os acadêmicos mais pragmáticos e “relativistas” do que se imaginam?**

Não acabei ainda. Vejam outra coisa que acontece. Que manda a praxe na academia que se diga quando você começa sua fala em uma palestra ou em uma banca examinadora para a qual o julgaram competente? “**Antes de tudo, obrigado pelo convite.**” Que coisa curiosa! Você veio ali depois de trabalhar dias e dias, gratuitamente, para chegar bem-preparado, e começa agradecendo a oportunidade de ter feito isso... Esses eventos da própria academia devem ser algo muito honorífico – falar ali, um privilégio. Por quê? Ora, porque é dada a você a oportunidade de afirmar suas opiniões, convicções e verdades naquele ambiente. Sim, mas ambiente social, de pessoas especiais – pergunto – ou epistemológico, **de especiais incertezas?** Não pense, veja!...

48. O revisor de papers

Este título aí parece de filmes famosos (*O pagador de promessas*, *O corcunda de Nôtre Damme*, *O vampiro de Dusseldorf*, *O exterminador do futuro...*), mas nada tem de dramático.

Se você quer conhecer o âmago de um sistema acadêmico – orientação, qualidade, padrões metodológicos, “vícios & mazelas” – torne-se avaliador (“revisor” é o termo especializado) de *manuscritos* acadêmicos para publicação. (Vou preferir “manuscritos”, em vez de trabalhos e artigos, e até *papers*, por ser o termo específico quando se trata de textos submetidos a congressos ou periódicos científicos). Mas tem que avaliar por um bom tempo: 15, 20, 25 anos. Eu fiz isso, e estou deixando de fazer – talvez o texto que tenho para avaliar esta semana seja o último.

Qual é o procedimento geralmente adotado em meios acadêmicos? A avaliação é feita em regime de “duplo cego” (*double blind review*), ou seja, o autor não sabe nem fica sabendo quem é/foi o revisor, e este também não sabe de quem é o manuscrito que está avaliando. Em congressos, os trabalhos são distribuídos a revisores por um coordenador, tentando que sejam da área de conhecimento destes, mas sem saber, ele próprio, quem é o autor, cujo manuscrito é alocado à área pelo sistema de submissão, sem triagem de conteúdo e qualidade redacional. Em periódicos, o editor – pode ser mais de um – faz a distribuição manuscrito-revisor, após uma triagem, mantido o regime duplo cego (revisor/autor).

Não pense que aquelas horas de trabalho voluntário e anônimo são estritamente racionais, ou de um prazeroso “jogo de juiz”. Não. Você pode passar por estados emocionais talvez opostos. Mesmo só e anônimo, você pode se envolver e simpatizar, ou impacientar-se e se irritar, enquanto tem diante si aquele texto de autor sem rosto. E o anonimato é um perigo! Libera o controle de vaidades e “sadismos civilizados”... Você, revisor, está sob teste!

Vamos pensar um pouco sobre esta situação.

Normalmente as pessoas se mostram na linguagem conversacional. No face a face, ao telefone, ao celular na mensagem escrita, falada, com ou sem vídeo, na foto enviada, na matéria do jornal etc., há uma forma sensorial qualquer de interação, lugar natural da emoção.

Mas no texto de estilo objetivo, estruturado racionalmente, muitas vezes redigido na terceira pessoa, acontece algo diferente. A experiência imediata sugere absoluta impessoalidade. E não é. Há alguém esperando o que você, revisor, vai achar, vai fazer.

Você, revisor, pode estar preparado para seguir, seriamente, os critérios de avaliação propostos pelo editor. Ok. Mas não estará delirando se, de repente, entrar ali, sozinho, na dimensão simbólica de uma interação humana. Se recusar aquele trabalho (sugerir rejeição) terá que dizer por que, “explicar-se ao autor”, “enfrentá-lo” irritado porque quem o “ataca” – é assim que ele imagina – é inatingível. No lugar dele, você pensaria: “com certeza este revisor foi algum energúmeno, que não entende da minha área”. Já se você o aprovar...

Para onde, subliminarmente, caminhará seu parecer? Há certo incômodo... E, por cima, não tem como trocar opiniões com o outro revisor (há sempre mais de um) – você decidirá solitariamente.

Console-se, porém. Porque o sistema está mais sob estresse do que você. A avaliação “duplamente cega” é uma instituição curiosíssima! Entrega-se o coração do sistema acadêmico ao **anonimato** de julgamento **quase soberano**. A ciência estaria **negando ali** duas coisas constantes em seu discurso: (a) que rejeita, por princípio, a subjetividade; (b) que a linguagem e os critérios de qualidade do texto científico são – como pretendem ser – estritamente objetivos e neutros.

“Ah, mas a coisa não é tanto assim!” – você objetará. Concordo, não é. Dito o que me parece central no assunto, como fiz até aqui, vamos agora, em quatro pontos, pôr os pingos nos is.

Primeiro, reconhecamos os próprios is, ou seja, a condição básica e inevitável da avaliação pela qual é filtrado qualquer *manuscrito* científico: **ocorre em ambiente privado e uma subjetividade origina o juízo**. Básica e inevitável, portanto, condição normal. É assim, ponto! Habermas diz que o critério final da cientificidade repousa sobre uma intersubjetividade, um acordo tácito entre os “sujeitos-cientistas” sobre o que seja “científico”, a cada caso (e o acordo negociado entre membros de uma banca examinadora, sobre o trabalho do candidato, mostra isso).

Segundo, há um roteiro objetivo, questões e critérios, balizando o trabalho do revisor, itens a serem pontuados por ele, escalas numéricas; e mais: o revisor é solicitado a justificar sua nota. Dessa forma o editor do periódico ou coordenador do evento divide a responsabilidade e a qualidade do juízo. Esses procedimentos não mudam, contudo, a subjetividade original daquele juízo. Porque ele não é exigido em razão do (direito ao livre) juízo, tanto que não há qualquer tipo de responsabilização qualitativa dele, revisor, mas em nome de **seu caráter institucional** – o revisor fala pela instituição que ali é soberana.

Terceiro, o sistema admite modulações que evitam excessos. A avaliação deve ser expressa em uma escala numérica (notas) para possibilitar o uso de estatísticas de médias históricas de aprovação/rejeição, e de outros fatores de moderação, como o nível de rigor diferenciado entre os revisores para evitar-se a “desvantagem” do autor cujo manuscrito caia na mão de revisor mais rigoroso (eu fui um desses...).

Quarto. No periódico, quaisquer que sejam as questões de avaliação postas ao revisor e as escalas qualitativas ou numéricas de diferenciação das respostas, pede-se a ele, ao final, juízo sobre uma de três alternativas: aprovar sem restrições (caso raro), aprovar pedindo alterações, rejeitar. Em congressos, não há meio termo.

O que minha experiência me ensinou sobre este processo ao mesmo tempo subjetivo e institucional? Que a avaliação se faz, sim, **através** de categorias, critérios formais, notas e juízos

por fim solicitados, mas é orientada e definida por duas **percepções de conjunto** – uso o conceito da Gestalt –, ambas reais, substantivas e concomitantes a análises (ou seja, avançam “em faixa própria”).

A primeira é a percepção do que é **um bom paper**, “a gestalt de *papers*”. A segunda é a percepção do *paper* que tenho diante de mim, “a gestalt deste *paper*”, que pode variar em relação à primeira. Não é um “modelo mental”, rígido e descritível, mas também não é puro *feeling*. Muitas vezes o revisor não se satisfaz com a estrutura formal de avaliação; **foge a ela ou a usa** de forma a manter íntegra sua percepção geral sobre o manuscrito, deixando satisfeita sua consciência moral.

O que preciso dizer aqui é que esta “gestalt de *papers*”, vai sendo educada e desenvolvida aos poucos, com o tempo, de modo que o revisor vale o que vale sua “gestalt de (um bom) *paper*”.

Já a “gestalt deste *paper*” exige três condições básicas: domínio da área e contexto do *paper*, não necessariamente de seu tema; leitura tipo recorrente do texto (avança, volta, lê e relê); controle do juízo precoce. Este último é o momento “humano” do revisor (sua pressa, seu cansaço, idiosincrasias etc.).

Há esforços institucionais para melhorar **o quadro de revisores**? Essencial! Aí repousa a esperança de valor acadêmico. O *feedback* por parte do avaliado e as *nominatas* dos revisores em destaque nos anais e sites de periódicos são algumas estratégias válidas. Mas o estímulo pela contabilização (por código) de cada *paper* avaliado no Currículo Lattes, o banco de CVs acadêmicos, só funciona para iniciantes... perdoem. Porque não tem relação alguma com qualidade. Como fica o espaço de registro no CV, depois de dezenas, talvez centenas de códigos? Quase ridículo. Remuneração financeira? Nem pensar! O convite **pessoal** para avaliar, quando feito por prestigiado editor ou coordenador de evento, ainda é o estímulo mais eficaz e digno.

Mesmo assim, seja um bom revisor. Oportunidade de cultivar o melhor da ética acadêmica.

49. Com licença, uma perguntinha sobre o “relativismo”

O título acima pode ser leve, mas o conteúdo, talvez não... Peço sua atenção. A “perguntinha” é: “A metodologia que, **por diferenças entre** coisas, conclui o que cada uma delas é, mereceria ser chamada **relativista?**” Sim ou não? (Note aí as palavras em negrito.)

Pedindo licença para fazer esta pergunta, por voltar à antiga polêmica realismo x relativismo, tento introduzir um argumento pouco comum – o da identificação pela diferença – contra o “escândalo epistemológico” do relativismo. O argumento não é a favor deste, é contra a falácia da polêmica.

Quem gostar deste tipo de assunto, que toca as bases de sustentação da metodologia de pesquisa, e quiser ver como é difícil sair de um dilema lógico criado pelos próprios filósofos que se envolvem em sua discussão, veja, de Larry Laudan: *Beyond Positivism and Relativism* (Harper Collins, 1996). A cilada (e lição) é a seguinte: quem entrar em um debate polarizado, dificilmente deixa de tomar posição fora da equação epistêmica que o rege, mesmo que, como aquele autor, imagine um “pós-positivismo” sucedendo o relativismo. Afinal, ninguém sai fora do próprio contexto histórico, a não ser, talvez, revisitando casos de “anomalia” científica (conceito de Thomas Kuhn). O debate, de qualquer forma, terá sido bom: as pessoas, mesmo que não suas teses, dele saem diferentes. E talvez – insisto no “talvez” – mais livres. Vamos lá.

Desde que Nietzsche, no século XIX, lançou dúvidas sobre nossas crenças básicas, quem defendia a ordem moderna de um mundo estável, política e economicamente fundado na ciência, levantou a guarda. Revelando uma concepção de conhecimento **absoluto** – como na lógica de Parmênides e Platão, o mundo de essências, onde “o ser é, e o não ser não é” – a filosofia

tradicional do conhecimento pensou no oposto a si como “relativo”, sempre dependente disso e daquilo (da perspectiva, de ponto de vista etc.).

Contudo, nenhuma escola filosófica se denominou “**relativista**”. Foi, insisto, a filosofia do conhecimento de identificação da realidade por essências (conhecimento absoluto) que chamou Nietzsche de “perspectivista” e que criou o relativismo como o seu “não eu”.

Contra ele lançou então seu argumento “fatal” **no plano lógico**: o relativismo é contraditório ao afirmar que tudo é relativo, pois uma afirmação pelo menos **não** o seria, a de que tudo é relativo. Mas, quem negaria que tudo, **no mundo real**, tem relação com algo mais? Ninguém. E como sustentar que a afirmação de tal fato do mundo real seria “contraditória”? Não há como. Só mesmo saltando do mundo real para o mundo lógico, ou querendo que aquele se reduza a este, como tentou Platão.

E aí resta evidente que é no mundo lógico **que o conceito** de “relativo” se opõe ao de “absoluto”. E desta forma se denuncia o que faz o pensamento essencialista ao criar e condenar o tal “relativismo”. Gilbert Ryle mostrou, deliciosamente, algumas dessas falácias e confusões da linguagem em *Dilemas* (Martins Fontes, 1993).

Mesmo tradicional e clássica, deixemos a filosofia platônica e seus prolongamentos em paz na história. Lembremos que tem raízes naquela tradição filosófica a crença de que há uma correspondência simples entre pensamento (pensamos por conceitos) e realidade. Outros capítulos deste livro referiram esta questão, ao analisar o lugar epistemológico das afirmações científicas.

Então posso agora voltar à perguntinha-argumento inicial: *a metodologia que conclui, por diferenças entre coisas, o que cada uma delas é, mereceria ser chamada “relativista”?* Que metodologia é esta a que me refiro? – A da ciência empírica moderna, nosso paradigma maior.

Estratégias básicas da ciência paradigmática são centradas na **diferença**.

Como saber se o comportamento de um conjunto de fenômenos de seu interesse (“variável dependente”) tem relação com o de outro ou outros (“variável/veis independente/s”), sendo as amostras de cada um – se forem parte de conjuntos maiores – suficientemente representativas? Resposta: vendo se a comparação dos conjuntos mostra **diferença significativa em relação** ao que aconteceria se não tivesse relação alguma (“hipótese nula”). Note os grifos.

Nos experimentos em que o desempenho de um grupo amostral objeto de teste (“grupo experimental”) é comparado com o de outro (“grupo controle”), não submetido ao fator especial do teste, são as **diferenças** que nos dizem algo significativo daquele. Note o grifo.

Em geral, a evolução de uma situação, fenômeno ou opinião no tempo, isoladamente estudado, só é possível dentro de um modelo qualquer, como o mais simples deles, os eixos de ordenadas, por exemplo, que oferecem escalas. Só se diz algo daquele fenômeno ou opinião conforme apareçam as **diferenças** (distâncias ou proximidades) dentro das escalas. Quanto mais complexos os modelos, mais **relações** e maior número de diferenças são postas como base para inferências. Note os grifos.

A resposta, portanto, à pergunta inicial deste post sobre a metodologia hoje paradigmática em ciência é **sim**. Mereceria ser chamada relativista, em sentido legítimo, por não ter critério absoluto – no que está certíssima. Baseia-se em variações **relativas a um padrão qualquer arbitrado**, e não há nada de errado nisso. Exceto quanto a um único caso: o de ser considerada resposta única, absoluta, com exclusão de todas as demais, “as relativistas”.

P.S. Escrevi este texto pensando em doutorandos, que precisam estar advertidos para grandes polêmicas epistemológicas, mesmo hoje superadas, e em um colega, que realmente admiro e que, anos atrás, em uma palestra que dei na Universidade Estadual de Maringá (PR), perguntou se minha orientação

epistemológica construtivista não seria “relativista”. Não “entrei na dele”, mas não tive tempo, então, de responder-lhe melhor. Ficaria feliz se ele me lesse agora.

50. “Não sei”

O que é mais comum acontecer na conversação ordinária, pergunto, quando alguém diz: “não sei”? Uma confissão simples de que não tem resposta ou uma forma de não querer levar a conversa adiante? Sou pela segunda. Como vivi em um meio em que as pessoas (professores) carregam o ônus social de saber – espera-se que saibam – é raro ouvir um “não sei”, sem emendas nem ressalvas. Tão raro, que pede explicação.

Vejam: a grande e avassaladora realidade é a de que **não sabemos**. Estaria implícita em toda procura de saber, em cada erro, em cada ato de fé. Ninguém sequer conhece o próprio estado de desconhecimento de algo, ou sofre por isso. Os que “sabem” é que dizem que outros sofrem porque não sabem. Mas isso acontece a eles também. No mito bíblico, foi quando o primeiro casal de humanos, seduzido, quis experimentar o fruto “saber” que percebeu sua própria nudez, de que antes não tinha consciência. Depois que “despertamos”, por sedução ou civilização, estamos todos condenados a saber. Porque não sabemos.

Mudemos, contudo, o rumo da conversa. Deixemos este nível radical de significado para “saber”. “Saber” poderia ser entendido como algo subliminar, você sentir-se no caminho certo, querendo continuar nele, mesmo sem ser capaz de dizer por quê; “não saber”, seria então sentir-se inseguro. Talvez seja por isso que o significado mais frequente para “sei”, “não sei” é “tenho certeza”, “não tenho certeza”. Toca-se o motivo e a aspiração profundos de toda insegurança humana: **a certeza!**

Mas aí, com a questão da certeza, a conversa também se complicaria! Porque se teria:

- (a) que mergulhar na dimensão subjetiva do saber para tentar inutilmente isolar de convicções pessoais, crenças e

ideologia uma desejada evidência objetiva. E, de quebra, ficar com a pergunta “o que é objetividade?”;

(b) que tomar como método o binômio estado de dúvida – estado de clareza nas ideias, como fez Descartes;

(c) que recomeçar a desfiar aqui a longa história da filosofia do conhecimento do Ocidente, que pode ser recontada a partir dessa questão: “como podemos estar seguros de nossas ‘certezas?’”.

Não, não dá! Mudemos outra vez de foco! Isso faz lembrar Bruno Latour (*Science in action: how to follow scientists and engineers through society*, 1987, p. 7) quando parodiou o dístico que Dante (Divina Comédia, Canto III) viu no pórtico do inferno: “*Abandonai o conhecimento sobre o conhecimento, vós que aqui entrais!*”.

No anedotário que cerca o “não sei” está um Sócrates dizendo: “só sei que nada sei”. Como alguém poderia saber que de fato não sabe? E então dizer que só sabe que não sabe? Porque é óbvio que, se alguém sabe que não sabe, sabe pelo menos disso. O “só sei que não sei” seria o famoso Paradoxo Socrático – “seria”, apenas, porque a formulação não é do Sócrates do século VI a.C.

O que é isso e por que lembrá-lo agora?

Sócrates era suficientemente sábio para não dizer uma bobagem dessas! Vejamos. Só chegamos a conhecer palavras de Sócrates pela boca de Platão, seu “discípulo” (se não de presença, pelo menos de ideias). Platão, em dois escritos, em *Apologia* e em *Meno*, faz referência ao assunto. Em *Apologia*, Sócrates diz estar certo de sua própria ignorância, e relata que saiu da discussão com alguém tido por sábio, dizendo que talvez fosse mais sábio que ele porque “**não achava que sabia o que não sabia**”.

O filósofo, inspirador do pensamento cético moderno, ficou mais lembrado por **seu método, a Maiêutica**, que supunha exatamente isso: ele estava convicto de que não sabia e levava seus discípulos, que começavam **achando que sabiam**, a se con-

vencerem de que não sabiam. Quem dialogasse com ele, em suas sucessivas perguntas, como Meno, acabava também sem certeza sobre suas próprias opiniões. Séculos depois, a tradição caracterizou Sócrates como tendo dito que nada sabia, exceto isso (“só sei que nada sei”). É diferente de “não acho [não digo] que sei o que não sei”. Na primeira formulação, a apócrifa, é afirmado um estado de conhecimento (Sócrates teria chegado a uma certeza), nesta última, em *Apologia*, apenas um estado de ignorância.

E aí está a coisa: perguntar, **por não ter a ilusão de saber**. Quem **imagina** que sabe tem dois caminhos: não perguntar e ficar provavelmente sem saber, exposto ao erro, **ou** trabalhar uma suposição de que sabe para manter viva a pergunta – o que faz o conhecimento científico. Ele é uma forma de não saber. Popper diz que não é lógico não ser assim, ou seja, deixar de tratar o conhecimento como uma hipótese (“conjectura”, diz ele) em processo permanente e metódico de reexame (“teste”, diz). Científico é perguntar, não responder. Que inversão!

Contudo, você já viu alguma pesquisa acabar sem uma conclusão, sem uma resposta? Dizendo que não sabe responder à pergunta que colocou inicialmente? Nunca viu isso? Então eu posso concluir que os métodos de pesquisa são:

- (a) **antes de tudo**, processos de construir respostas justificadas, sobretudo quando se trata de opinião, como nas ciências humanas e sociais;
- (b) mecanismos de “descobrir” uma “causa” que ajude a lidar com algum “efeito” problemático – **uma imposição prática**;
- (c) formas de fugir à situação embaraçosa que é não saber, como diria Wittgenstein.

Pergunto: se a objetividade científica deve ser levada a sério, não seria o caso de lembrar às ciências da complexidade social quantas sondagens e perfurações, por exemplo, se faz à procura de petróleo e depois se fecha o “buraco” que não pôde

tornar-se um “poço”? Perdoem-me: o método tratado em certos projetos acadêmicos como estruturas lógicas **de produzir respostas** a “perguntas de pesquisa” que nos brotam da cabeça, é uma degradação. E isso existe.

Explico-me. **Procurar** conclusões práticas de uma investigação científica, é uma coisa – afinal, não se começa um projeto de pesquisa sem objetivo compensador; **estruturar**, ainda, uma investigação **exatamente para gerar** alguma certeza sobre solução prática socialmente demandada, também entendo – é a pesquisa tecnológica, que pode fracassar ou não. Outra coisa, porém, é torcer um projeto teórico ao longo de seu desenrolar; é procurar, em um projeto teórico-empírico, fontes teóricas convenientes ou refugiar-se em medidas estatísticas cujo contexto de validade se omite. E isso existe.

É fazer a resposta valer mais que a pergunta, é afirmar que sabe, já que não sabe.

As ciências sociais, especialmente as áreas sociotécnicas – que têm sempre um “pezinho” por lá – deixaram-se seduzir, além da conta, pelo método **como instrumento de produzir**, se não certezas, pelo menos *papers* para publicação...

Como nos faria bem alguma Maiêutica!

Guia de Leitura

Título	Indicações sobre o conteúdo	Temática (aproximação)	
1. O amanhã, a serpente de bronze e a tradição do conhecimento	Os <i>best sellers</i> de Yuval Harari, sobretudo o segundo (<i>Homo Deus: uma breve história do amanhã</i>), nos despertam, de um ponto de vista do conhecimento, duas perguntas: Primeira: no fundo, e além da ciência em si, em que confia Harari? Segunda: será preciso ver nossa própria história sob outra forma, além do método científico?	Questões de epistemologia e ciência	19
2. Ter o que dizer versus dizer	A pressão por “dizer” (escrever <i>papers</i> etc.) avança sobre o ritmo e o momento em que o mestrando já teria alguma coisa relevante e consistente para dizer. Isso é uma “patologia metodológica” da academia. “Como promover inspiração a um artista?” – esta seria a pergunta certa.	Ambiente acadêmico e da pós-graduação	23
3. Entrou no mestrado? Então apaga, apaga. Começa tudo de novo...	O novo mestrando, sobretudo vindo do meio profissional, é levado, como neófito em comunidade monástica, a recomeçar sua experiência para, supostamente, ter acesso ao mundo científico e ao status de seus títulos. O impacto: troca-se a crença na prática pela crença na teoria.	Ambiente acadêmico e da pós-graduação	26
4. E é aí que o diabo se esconde...	A diferença entre um programa de pós-graduação em área sociotécnica “voltado para dentro” e outro “voltado para fora” não está nos títulos e mesmo no currículo, mas nas estruturas de relacionamento – é aí que “ele” se esconde – com os ambientes profissionais. A cultura autorreferenciada vicia a relevância.	Ambiente acadêmico e da pós-graduação	30

<p>5. A busca da realidade pela pesquisa. Mas que “realidade”?</p>	<p>Superada a confusão primária entre manipulação tecnológica dos sentidos, sobretudo da visão, e mundo real, procuraríamos a ciência para perguntar: “como podemos ter certeza de que nossos esforços de conhecimento expressam fielmente o mundo de que falamos?” Mas a ciência não responde. Ao contrário, parte daquela certeza. Que pensar, então, sobre essa pergunta clássica?</p>	<p>Questões de epistemologia e ciência</p>	<p>33</p>
<p>6. A dica metodológica: na berlinda ou no banco dos réus?</p>	<p>Que pensar da dica salvadora, na dificuldade do “como se faz”? A culpa não é “dela” nem do aflito estudante de pós-graduação. Que será que produz e mantém a demanda pela dica? Em que ambiente de pesquisa desapareceria sua sedução? Metodologia pende mais para tecnologia ou para artesanato?</p>	<p>Práticas metodológicas</p>	<p>36</p>
<p>7. Teorias e Modelos. Como entendê-los?</p>	<p>Modelos econômicos, de negócios, modelos mentais, de mercado, de produção, de organização... e vai por aí. É palavra de moda, ou também habita os meios científicos, supostamente mais rigorosos? Mas, para entender “modelo” é preciso começar por “teoria” – e o problema toma novo interesse. Que tal, recorreremos à filosofia da linguagem em L. Wittgenstein?</p>	<p>Questões de epistemologia e ciência</p>	<p>39</p>
<p>8. Ver para crer ou crer para ver?</p>	<p>“Ver para crer” é o que diz o paradigma dominante da ciência empírica. Mas “crer para ver” é por onde seguiríamos à procura das crenças subliminares que orientam inevitavelmente nossa racionalidade. E é justamente por isso, e para salvar o diálogo científico, que ali se joga um jogo estritamente objetivado e formal.</p>	<p>Questões de epistemologia e ciência</p>	<p>43</p>

<p>9. “Você pode divergir quanto à interpretação do fato, mas não quanto ao fato em si”</p>	<p>A ideia de “fato” é central na epistemologia tradicional e moderna. Mas quando se pensa em termos de significado (linguagem), tudo muda. O significado do que chamávamos de “fato” se desloca para a simples constatação ou para o contexto da fala e lhe dá significado diferenciado. E “fato em si” é apenas um artifício argumentativo.</p>	<p>Questões de epistemologia e ciência</p>	<p>47</p>
<p>10. “Isso é fato estatístico!”</p>	<p>Contra uma concepção fetichista dos fatos estatísticos é preciso examinar sua convencionalidade, muitas vezes escamoteada. Onde então estaria a cientificidade dos estudos que se baseiam neles?</p>	<p>Questões de epistemologia e ciência</p>	<p>51</p>
<p>11. “Contra fato não há argumento”</p>	<p>A força desta asserção está fora dela: na evidência. Atribuída neste caso aos fatos, a evidência não é uma qualidade do fato, mas um estado de quem se envolve com ele, e não encerra uma discussão. Antes, inicia-a. Discutem-se evidências. Porque elas são relações lógicas entre eventos, sistemas e contextos de que fariam parte. Nosso foco deveria passar da evidência à argumentação.</p>	<p>Questões de epistemologia e ciência</p>	<p>56</p>
<p>12. O fato, o Direito e a identificação da realidade social</p>	<p>Na vida ordinária, há um uso do conceito de “fato” que, por sua importância social, limita fortemente nossa disposição de entender melhor as realidades sociais. É o do lugar do “fato” no Direito, valorizado pela “materialidade”. Um exemplo na Lava Jato: na ausência de um ato da autoridade (um “fato”), o “ato de ofício indeterminado”. Impossível ser diferente?</p>	<p>Questões de epistemologia e ciência</p>	<p>59</p>

13. Foucault e o “chão epistemológico”	O “chão” da nossa forma de pensar não aparece, a não ser sob forma de análise. Foucault chama isso a <i>epistême</i> de cada cultura. Kant a colocou na metafísica, Foucault na formação histórica, Benjamin na narrativa presente sobre o passado como definitiva. Este “chão” tende hoje para a ciência empírica e sua tecnologia.	Questões de epistemologia e ciência	63
14. “Pós-verdade”: novo paradigma, mal-entendido epistemológico ou modismo mesmo?	Aproveitando ecos da pós-modernidade, há algo mal-entendido (ou enganoso mesmo) neste “verbete do ano” (<i>Oxford Dictionary</i> , 2016). Por que este novo produto de nossa crise cultural “encaixou” no senso comum de hoje? E onde está sua falácia como justificativa teórica?	Questões de epistemologia e ciência	66
15. A “carga de leitura”	As centenas de páginas para ler (ler?) nos cursos de pós-graduação dão-lhes o tom. Abrigam hipocrisias e formalismos. Entre os três tipos de leitura mais comuns, como entender (e enfrentar) os textos teóricos, situação em que vale o “círculo hermenêutico”?	Ambiente acadêmico e da pós-graduação	70
16. Afinal, por que mesmo a referência bibliográfica?	Posta liminarmente de lado a formalidade da referência bibliográfica, qual seu sentido maior, que o pós-graduando tem que entender? E quais, na vida acadêmica, os “pecados” contra a referência bibliográfica?	Ambiente acadêmico e da pós-graduação	73
17. O Referencial Teórico	O formalismo com que se trabalha o “Referencial Teórico” na pós-graduação encerra distorções. Mas ali se revela o isolamento metodológico da teoria, ou se joga em tal rubrica o que não é teoria. Como refazer o caminho?	Práticas metodológicas	76

18. Professor (só isso mesmo, o título)	Por que, na pós-graduação, os professores têm preferido chamar-se “pesquisadores”? Alguma depreciação (ou mistificação) social se esconde na sociedade do cliente, da celebridade, do executivo. Se a cultura não é nossa aspiração comum e civilizatória, para onde se volta o professor?	Ambiente acadêmico e da pós-graduação	80
19. “Fala sério, professor!” (Reflexões sobre a crueldade do ofício)	Sobre o título de livro de Talita Rebouças (2007) para público juvenil, valem reflexões de professor para professor de pós-graduação. A expectativa do papel presente no estudante em relação a ele, que escolhe um programa de leituras e as “professa” por dezenas de horas, tem algo de cruel... Caberia ali o papel da simples opinião sustentável?	Ambiente acadêmico e da pós-graduação	82
20. 007, <i>License to kill</i>	Em sociedades sob regime de democracia legal, não há paralelo com o que era permitido ao agente secreto de Sua Majestade, 007... Mas se entrarmos em um ambiente acadêmico e perguntarmos a estudantes , a analogia poderá ser entendida... Então vamos falar claro sobre certos aspectos chocantes da relação professor orientador / estudante orientando.	Ambiente acadêmico e da pós-graduação	85
21. A “industrialização” da pesquisa acadêmica e seus códigos-fonte	Na grande máquina de produção supostamente científica, professores e alunos poderiam dizer-se “rodando sob um software”. Mas, na metáfora, o “código-fonte” da linguagem de programação seria a metodologia de pesquisa. Aí, poder-se-ia indicar cinco padrões metodológicos representativos.	Práticas metodológicas	88

<p>22. A ciência, o método e a teologia medieval</p>	<p>Questionava-se, na teologia católica medieval, a que se deveria atribuir a eficácia dos sacramentos ministrados pela Igreja, se dependia da reta intenção do celebrante do rito ou se apenas à força operativa do rito em si, corretamente executado. A operação correta do método, em si, garante a cientificidade do conhecimento produzido? Como entender certa concepção fetichista da metodologia de pesquisa?</p>	<p>Questões de epistemologia e ciência</p>	<p>91</p>
<p>23. Perguntando sobre a pergunta “o que é ciência?”</p>	<p>Uma cilada hermenêutica, que herdamos de Platão, se esconde na forma de perguntar “o que é ciência?”. Em que direções você pode estar-se colocando ao fazer essa pergunta? A resposta dependerá disso. Mas algumas delas já esbarraram em becos sem saída. Por onde seria melhor avançarmos hoje?</p>	<p>Questões de epistemologia e ciência</p>	<p>95</p>
<p>24. O negócio de Fausto</p>	<p>O sentido salvífico com que a ciência empírica foi tomada pela cultura iluminista da sociedade moderna merece reflexão, porque este produto da civilização Ocidental ocupa crescentemente todas as esferas da vida humana e das sociedades. Nosso deslumbramento com a ciência a torna uma eficaz estratégia de marketing. Mas a promessa iluminista da ciência merece fé?</p>	<p>Questões de epistemologia e ciência</p>	<p>100</p>
<p>25. Só a ciência pode contestar a ciência</p>	<p>Imaginar o inverso do que aconteceu com Galileu Galilei na Basílica de Santa Maria Della Minerva, em 22 de junho de 1633, ou seja, a ciência agora incontestável, nos leva a pensar em quem estaria hoje nas cadeiras dos teólogos do Santo Ofício. O julgamento acadêmico em <i>blind review</i> definitivo, às vezes fatal, desperta a pergunta: “por que só a ciência pode julgar a ciência?”</p>	<p>Questões de epistemologia e ciência</p>	<p>103</p>

<p>26. Construindo o mundo a partir das pessoas</p>	<p>Em pesquisa social, inclusive na organizacional, na política ou na de mercado, as estratégias metodológicas recorrem às pessoas – elas que criam mundos. A aplicação do método procura manter palavras de quem ali fala ao pesquisador, mas transforma contextos e intenções. Que significará “objetividade” nas diversas alternativas daquela pesquisa?</p>	<p>Práticas metodológicas</p>	<p>106</p>
<p>27. Que (não) fazer com as pesquisas de survey?</p>	<p>Hoje, em larga escala, os levantamentos e pesquisas de opinião (<i>surveys</i>) são usados para basear diagnósticos e decisões de política pública ou empresarial. Mas há abusos com o significado dos números – da “leviandade metodológica” nos trabalhos de final de curso à manipulação jornalística ou política.</p>	<p>Práticas metodológicas</p>	<p>109</p>
<p>28. Métodos objetivos de pesquisa das relações entre as pessoas. Que loucura é essa?</p>	<p>Pessoas não podem conhecer pessoas. Radical assim. Porque, neste grande baile de máscaras que é a vida social, as pessoas se escondem umas das outras e iludem-se sobre si próprias. Que fazer? Cingir-se à evidência empírica do comportamento (behaviorismo) ou transportar o interesse para o simbólico que domina nossas relações? Crer no artificial ou aceitar o impreciso?</p>	<p>Práticas metodológicas</p>	<p>114</p>
<p>29. O Rio Sauaçuhy</p>	<p>A contemplação de um rio evoca milenar experiência humana de reflexão, no Ocidente e no Oriente, que contrasta com a agitação da vida moderna, dos mercados e do mundo corporativo. Mas a que reflexões (divagações?) poderia o Rio Sauaçuhy levar alguém, como aconteceu ao autor?</p>	<p>Questões de epistemologia e ciência</p>	<p>118</p>

30. O casamento e o pensamento	Em eventos sociais fica às vezes dolorosamente claro o nosso envelhecimento. Com o pensamento seria diferente? O que as pessoas dizem, suas opiniões , envelhecem também? Envelhecem na opinião de quem? Tem coisa aí... O envelhecimento do pensamento é natural ou cultural ?	Questões de epistemologia e ciência	121
31. “Isso daria um case!”	Cases fazem parte da cultura do business que projeta a coragem empreendedora e o pioneirismo. No <i>case</i> , de força didática e motivacional, perde-se o poder generalizante do conhecimento científico. Mas ganha-se na expansão de significados válidos pela exemplaridade e pela “experiência substituta”. Que são seus quase-cognatos Método do Caso e Estudo de Caso?	Práticas metodológicas	124
32. Aprender a escrever em “academês”...	Em certos lugares se fala “academês”... Este “idioma” não tem privilégios de linguagem superior, capaz de encerrar verdades, mas só se aprende praticando. Subsidiariamente, após observação reflexiva sobre essa prática no mundo das ciências humanas e sociais, algumas estruturas específicas de composição redacional podem emergir, como “regras” a aprender. E talvez ajudem.	Práticas metodológicas	128
33. <i>Data bases, Desk Research, Data Mining, Research Tools</i> ... Que fazer com a informação?	A pesquisa-informação seduz. Mas também ilude. De onde vem e o que de fato oferece essa engenharia de pesquisa? Será ela rica de informação e pobre de pensamento, de critério?	Práticas metodológicas	132

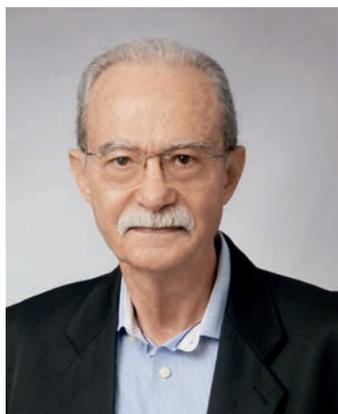
<p>34. Meu Deus! Que fizeram à pergunta de pesquisa?</p>	<p>A simpática pergunta de pesquisa passou de dica a instituição metodológica. Mas caiu no formalismo e, em vez de auxiliar, cerceia a criatividade. A questão, nada artificial, é a da formulação do problema que, sobretudo nas pesquisas dissertativas, é do binômio problema-solução. Como entendê-la?</p>	<p>Práticas metodológicas</p>	<p>136</p>
<p>35. Alguém me explicou cientificamente. OK. Mas, que faço agora?</p>	<p>A ciência explica a quem quer saber por quê. O espírito contemplativo do universo e a procura de evidência lógica não teriam sobrevivido se não tivessem desenvolvido habilidades práticas, levado a fazer melhor certas formas de saber intuitivas e de aprendizagem indutiva. Mas há um <i>gap</i> insolúvel entre o explicar e o fazer. Estariam justamente aí, três questões epistemológicas básicas.</p>	<p>Questões de epistemologia e ciência</p>	<p>140</p>
<p>36. O óleo de coco, o resfriado e o modelo de pesquisa da ciência experimental</p>	<p>Tornou-se comum o jornalismo científico – o que vive à cata de novidades no variado e intenso mundo das publicações e congressos científicos – deixar-nos confusos com pesquisas contraditórias: sobre o mesmo assunto umas dizem que sim, outras que não. Mas a “culpa” não é do jornalismo, é do modelo de pesquisa da ciência experimental (ou de nosso mal-entendido sobre ele).</p>	<p>Questões de epistemologia e ciência</p>	<p>145</p>
<p>37. Orientação de teses e dissertações. “Casa de ferreiro...”</p>	<p>Os professores, trabalhando diariamente com teoria, não têm uma teoria que oriente e controle sua atividade de orientação de mestrandos e doutorandos. Campo para personalismos e vaidades... Trabalham empiricamente e, por não teorizarem sua prática, não transmitem bem sua experiência. De onde se tirariam elementos para uma teoria da orientação acadêmica?</p>	<p>Ambiente acadêmico e da pós-graduação</p>	<p>150</p>

<p>38. Para não morrer afogado no mar das bibliografias</p>	<p>No contexto de uma pós-graduação, esta pode ser a situação. Que poderia dar uma ordem externa a este “mar” para nele você não se perder? Deve-se ter uma “carta náutica” ou algo como a <i>Methodi Ordinatio</i>? Há o descaminho frequente de pensar que, primeiro, tem-se que levantar “tudo que foi escrito sobre o assunto”. Qual será sua bússola na dissertação/tese?</p>	<p>Práticas metodológicas</p>	<p>154</p>
<p>39. Em ambientes científicos e conversas sobre ideias, dialogamos mesmo?</p>	<p>Nossas conversações em ambiente acadêmico são curiosíssimas. Originais, do ponto de vista de sua descrição formal, há sobre elas o eufemismo “diálogos acadêmicos”, mas trata-se, de fato, pela pragmática da linguagem, de um jogo de oponentes, jogado em vários planos. Que buscam ali os participantes?</p>	<p>Ambiente acadêmico e da pós-graduação</p>	<p>159</p>
<p>40. Que pensar de “participação cidadã aberta” na coleta de dados de trabalhos científicos?</p>	<p>Chega ao Brasil, a partir do mote “cidadania” ou da pressão por publicação, o recurso à colaboração, voluntária, mas incentivada, de pessoas da comunidade beneficiada pelos resultados. A Fast Science, como chamada, tem limites imprecisos, mas pode atingir espaços intocáveis da ciência.</p>	<p>Práticas metodológicas</p>	<p>164</p>
<p>41. Triangulação – formalismo sedutor na pesquisa acadêmica?</p>	<p>Na sofisticação crescente da “pesquisa qualitativa”, nada parece melhor que o confronto e a combinação, em uma mesma pesquisa, de diversos elementos de raízes metodológicas diferentes. O que se ganha com isso? Que concepção epistemológica encerra tal ecletismo?</p>	<p>Práticas metodológicas</p>	<p>168</p>

<p>42. Deve a pesquisa acadêmica liderar o conhecimento em áreas de prática profissional? Equacionando a questão</p>	<p>A resposta seria “não, não deve”. Em áreas de prática profissional diretamente dependentes de relações humanas e sociais, a academia manteve a crença de que lhe cabia a liderança conceitual, enquanto se desenvolvia, na 2ª metade do século XX, um <i>gap</i> entre ela e aquele mundo profissional. Como se equacionaria a questão?</p>	<p>Questões de epistemologia e ciência</p>	<p>172</p>
<p>43. “Como [x] não seria verdade, se dá certo e funciona?”</p>	<p>Pela cultura circulante, não poderia haver controvérsia sobre isso. Mas há. Estamos diante de um problema de semântica ou de lógica material, a sustentação racional da sentença inteira? As duas coisas convergem para o problema clássico da verificação. Ela é insustentável. Haveria outra forma de entender “verdade”?</p>	<p>Questões de epistemologia e ciência</p>	<p>178</p>
<p>44. “Posso analisar com objetividade e números o conteúdo de uma entrevista”. Ótimo, que <i>game</i> é esse?</p>	<p>O título-provocação, sobre os aplicativos de “análise semântica de textos” (na verdade, léxica) que estimulam uma exultante mina de conhecimento [...] nos lança uma questão básica: que é nossa linguagem natural? Ela significa: como posso chegar ao que realmente disse o meu interlocutor? Qual o significado da fala que presenciamos ou em que estivemos envolvidos? Não dá <i>game</i>...</p>	<p>Práticas metodológicas</p>	<p>183</p>
<p>45. “Como montar um trabalho para publicação” – um aconselhamento perverso</p>	<p>Uma palestra com tal proposta ao nosso meio acadêmico lotaria auditórios. Mas seria aconselhamento perverso... A questão não é “montar” um texto, é já ter chegado aí em condições de montá-lo. E, primeiro, entender que ele é uma conversação argumentativa.</p>	<p>Práticas metodológicas</p>	<p>188</p>

46. “Hipóteses falsas podem gerar previsões verdadeiras.” E agora?	Esta sentença provocativa, de F. Gewandzajder (<i>O que é o método científico</i> , 1989, p. 46), nos causa uma espécie de dissonância cognitiva. Por quê? Está correta? A resposta nos levaria a entender melhor o paradigma histórico de toda a ciência empírica.	Questões de epistemologia e ciência	192
47. Crenças epistemológicas “secretas” da academia	Em que, realmente, creem os acadêmicos quando se trata de conhecimento? Que mostrariam, epistemologicamente, suas práticas de linguagem, como regras de comportamento verbal admitido? Alguns exemplos de expressões correntes poderiam ser reveladores.	Questões de epistemologia e ciência	196
48. O revisor de <i>papers</i>	Se você quer conhecer o âmago de um sistema acadêmico – orientação teórica, qualidade, padrões metodológicos, “vícios & mazelas” – torne-se avaliador de <i>papers</i> acadêmicos para publicação. O que acontece nesta situação de anonimato? Quem ali mais se revela, mais está sob escrutínio? O avaliado?...	Ambiente acadêmico e da pós-graduação	199
49. Com licença, uma perguntinha sobre o “relativismo” ...	A perguntinha incômoda é: “ <i>A metodologia científica quantitativa que, por diferenças entre variáveis, conclui o que cada uma delas é, mereceria ser chamada relativista?</i> ” A polêmica “realismo x relativismo” é das que ainda perduram entre nós, mal apoiadas por paradigma dominante. O argumento não é a favor do tal “relativismo”, é contra a falácia da polêmica.	Questões de epistemologia e ciência	203

50. “Não sei”	<p>A grande e avassaladora realidade é a de que não sabemos. Estaria implícita em toda procura de saber, em cada erro e, talvez, em cada ato de fé. Associado, está o problema da certeza. Que queria dizer Sócrates? Sua virtude era não achar que sabia o que de fato não sabia. E nossa metodologia de pesquisa? Você conhece alguma que leve a dizer “não sei”, “não tenho certeza”, “não cheguei a resultado algum”?</p>	Questões de epistemologia e ciência	207
---------------	--	-------------------------------------	-----



Pedro Lincoln Carneiro Leão de Mattos é professor titular (aposentado) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ph.D. pela The London School of Economics and Political Science (LSE, 1988). Tem formação em Filosofia e em Administração. Mestrado em Administração (EBAP, 1979) e pós-doutorado em Filosofia da Linguagem (PUC-Rio, 2002/2003). Foi professor da UFPE e exerceu cargos públicos, entre 1968 e 2008, quando se aposentou. Teve atividades de coordenação ou liderança de área na Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (ANPAD) de 2005 a 2012.

O que é mais comum acontecer na conversação ordinária, pergunto, quando alguém diz: “não sei”? Uma confissão simples de que não tem resposta ou uma forma de não querer levar a conversa adiante? Sou pela segunda. Como vivi em um meio em que as pessoas (professores) carregam o ônus social de saber – espera-se que saibam – é raro ouvir um “não sei”, sem emendas nem ressalvas. Tão raro, que pede explicação.

Pedro Lincoln

Apoio:

ESPM



Editora Sulina

www.editorasulina.com.br

ISBN: 978-65-5759-046-1



9 786557 590461